



O Desporto na República da Guiné Bissau

“Análise evolutiva da legislação e
do nível de prática desportiva”
(1974-1999)

PAULO FONSECA MENDES

*Dissertação de Mestrado em
Treino de Alto Rendimento*

*Sob orientação do
Prof. Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes*

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Desenvolvimento do Desporto

O Desporto na República da Guiné Bissau

Análise evolutiva da Legislação e do nível de prática desportiva
(1974 – 1999)

Orientador: **Professor Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes**

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em
Ciências do Desporto na especialidade de Treino de Alto Rendimento
Desportivo

Paulo Fonseca Mendes

2001

O homem só pode ser compreendido nos termos da sua história e a sua história é a de uma sociedade de homens (Steven Rose).

*Dedico esta dissertação a todos quanto
directa ou indirectamente, lutaram e lutam
pelo reconhecimento traduzido na
valorização, enraizamento e
desenvolvimento da Cultura Desportiva
na Guiné Bissau*

Agradecimentos

O presente Estudo foi realizado tendo em vista a obtenção do grau de mestre em Ciências do Desporto, área de especialização de Treino de Alto Rendimento Desportivo. Um trabalho desta natureza que procura o aprofundar do conhecimento, passa necessariamente, por um congregar de esforços que naturalmente envolve pessoas e instituições. Assim sendo, o presente trabalho não foge a essa regra se não fossem os inúmeros contributos e estímulos recebidos ao longo de todo o processo, não teria sido atingido o objectivo principal de análise da realidade que nos propusemos estudar.

Queremos em primeiro lugar revelar o apoio e estímulo recebido do orientador da dissertação sem o qual não teríamos conseguido ultrapassar as dificuldades e obstáculos que se nos foram deparando. O meu agradecimento profundo e sincero ao Professor Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes, pela sua disponibilidade, espírito crítico, dialogo franco, pelo estímulo e conselho permanentes, pelo apoio científico, e pela incomensurável paciência e amizade sempre demonstrada.

Ao professor Doutor António Teixeira Marques, pela orientação e encorajamento constante no sentido de concluirmos não só a parte curricular do nosso Mestrado, mas, acima de tudo, a presente Monografia relacionada com uma temática e problemática que, ele próprio, tem reflectido numa perspectiva de mudança, de inovação e de gestão deste sector específico. Por isso acrescentamos a nossa voz em prol duma luta que nos é comum o Desporto no contexto sócio-político guineense.

Ao Professor Doutor Manuel António Janeira, pela colaboração imprescindível prestada a este trabalho e pela sua participação no aconselhamento e sugestões relativamente ao tratamento estatístico dos dados recolhidos e pela disponibilidade demonstrada desde a primeira hora.

Os presentes agradecimentos são extensivos a todos os professores envolvidos na vertente curricular do Mestrado, pelos conhecimentos ministrados que me permitiram efectuar todo um cruzamento do quadro teórico com a realidade da Guiné Bissau.

Queremos ainda salientar com apreço e gratidão o apoio concedido pela Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses (CNDP), pela Bolsa de Estudos, que permitiu subsidiar este enriquecimento científico.

Um agradecimento extensivo a Direcção da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP), ao colectivo de funcionários

pelo caloroso acolhimento a que fui objecto e que de certa forma conduziu-me aos resultados hoje evidenciados.

A reitoria da Universidade do Porto, na pessoa da sua Direcção pela disponibilidade e contributo dado.

Ao amigo Eng. Cristóvão Domingos Semedo, funcionário da Empresa Guiné Telecom., pelo contributo prestado, materializado na disponibilização do Fax e Telefone desde o início dos contactos da nossa candidatura ao presente Mestrado

Ao então Director Geral dos Desportos Sr. José Anastácio Medina Lobato, os meus agradecimentos pelo contributo dado na disponibilização de dados relativos à publicações oficiais da instituição.

Ao Doutorando Alberto Puga, pelas opiniões e constantes trocas de impressões, encorajando amigavelmente o desenvolvimento do trabalho.

Ao Dr. André Esteves, pelo apoio prestado na organização e enriquecimento inicial do presente projecto.

A Dr.^a Sonia B. Hoffmann, fico a dever um grande agradecimento pela prestigiosa colaboração prestada, dando sugestões a melhor organização científico metodológica do trabalho.

Ao Dr. Francisco Manuel Lopes, pelo apoio à distância materializado no envio de parte do questionário aplicado, assim como de alguns documentos solicitados.

Ao Dr. Augusto de Oliveira e o Eng. Carlos Mendonça do Espírito Santo, pela prontidão sempre manifesta na discussão de ideias relativas a melhor organização do trabalho, assim como na sua informatização.

Ao colega e amigo de muitos anos, o Doutorando Victor Hugo de la Fontainha que sempre esteve ao meu lado apoiando e encorajando-me desde os primeiros momentos da minha chegada a Faculdade totalmente abatido do conflito político militar que no momento ainda assolava o meu País e de cuja família deixei numa incerteza total.

A todos quanto aqui não cito individualmente mas que se sabem credores do meu reconhecimento e amizade.

Institucionalmente não posso deixar de revelar e agradecer a colaboração da Direcção Geral dos Desportos (DGD), o Comité Olímpico da Guiné Bissau (COGB), Federações Desportivas Nacionais (Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol, Luta, Ténis e Voleibol), muito particularmente aos seus respondentes, pela colaboração e cedência de informação que me proporcionaram. Ao Gabinete do Secretário do Conselho de

Ministros, por me ter disponibilizado toda a legislação possível, que nos serviu de suporte a realização do presente Estudo.

Que me seja permitido também, neste caso, que os últimos sejam os primeiros.

Aos meus filhos, porque eram deles as horas que por aqui ficaram, e à minha esposa, Maria Isabel Gomes, que na situação difícil de guerra, teve a coragem e determinação de ficar com os filhos, encorajando-me deslocar ao presente Mestrado, dedico a alegria e a emoção deste momento, pela compreensão e pelo carinho com que me acompanharam ao longo deste Estudo.

A minha inesquecível avô Isabel Tomé (Bablimão), quem em substituição do meu falecido pai que me deixou aos dois anos de vida, assumiu a responsabilidade do meu destino e sempre preocupada em verme “voar mais alto”.

A minha querida mãe Maria Augusta da Mata, pela postura de verdadeira mãe evidenciada na educação e formação dos meus ente queridos irmãos mais novos.

Ao querido e inesquecível sobrinho Padre Domingos da Fonseca, fico a dever um grande agradecimento pela prestigiosa tarefa que constituiu o assumir a responsabilidade da família, tendo-me encorajado e apoiado na deslocação de Bissau via Dakar nos momentos difíceis do levantamento político militar de /98.

INDICE

DEDICATORIA	1
AGRADECIMENTOS	2
INDICE GERAL	5
INDICE DE QUADROS	8
ÍNDICE DOS GRÁFICOS	9
ÍNDICE DE FIGURAS	10
INDICE DE ANEXOS	11
RESUMO	12
CAPÍTULO I INTRODUÇÃO	
1.1. Delimitação do Objecto de Estudo.	17
1.2. Âmbito do Estudo.	17
1.3. Pressupostos.	18
1.4. Limitações.	18
1.5. Pertinência deste Estudo.	19
1.6. Metodologia e procedimentos	19
1.6.1. Definição e selecção da amostra.	20
1.6.2. Procedimentos na aplicação do inquérito.	20
1.6.3. Ética.	21
1.6.4. Procedimentos.	22
1.6.5. Tratamento estatístico.	22
CAPÍTULO II O DESPORTO COMO SECTOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	24
CAPÍTULO III SINTESE DE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUINÉ BISSAU	
3.1. Panorama político administrativo	40
3.2. Panorama geográfico;	40
3.3. Panorama sócio-demográfico;	41
3.4. Panorama económico do país e sector de actividade;	42
3.5. Panorama da alfabetização, educação, formação e acesso á informação;	45
3.6. Panorama histórico do desporto guineense;	47
3.7. Panorama turístico e a promoção do desporto.	53

CAPÍTULO IV O ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO DESPORTO NA GUINÉ BISSAU

4.1. Legislação desportiva consagrada na constituição;	56
4.2. História de evolução da política desportiva nas estruturas desportivas da Guiné Bissau	61
4.3. Programa de diferentes Governos para a área desportiva e suas estruturas desde a independência 1974 até 199	66
4.3.1. Promoção do sector social (Desportos)	68
4.3.2. Reforço institucional, com:	70
4.3.3. Capacitação de recursos humanos, com:	70
4.3.4. Equipamentos e infra-estruturas, com:	70

CAPÍTULO V CARACTERIZAÇÃO DO DESPORTO NA GUINÉ BISSAU

5.1. Os quadros humanos como agentes de suporte as práticas e desenvolvimento do desporto;	72
5.1.1. Os praticantes;	72
5.1.1.1. Os praticantes desportivos federados;	73
5.1.1.2. As mulheres na estrutura de praticantes;	74
5.1.1.3. O custo do praticante desportivo federado na Guiné Bissau;	76
5.1.1.4. Atletas de alta competição;	77
5.1.2. Os quadros técnicos e o sistema de formação;	80
5.1.2.1. O Director Técnico Desportivo;	85
5.1.3. Os dirigentes desportivos;	86
5.2. As instalações desportivas na definição da Estrutura e da política Desportiva;	87
5.3. As actividades	97
5.3.1. Intervenção da Direcção Geral dos Desportos;	97
5.3.2. O Desporto Escolar na Política Desportiva Nacional;	100
5.3.2.1.1. Conceito;	100
5.3.2.1.2. Valor e objectivos;	102
5.3.2.1.3. O caso guineense;	103
5.3.3. As Actividades Desportivas no Desporto Federado e seu suporte financeiro;	106

5.3.4. O Comité Olímpico face a política de promoção e desenvolvimento do desporto Nacional.	108
5.4. Fontes de financiamento do desporto Nacional;	112
5.4.1. Financiamentos do sector privado;	112
5.4.2. Fontes de financiamento da Direcção Geral dos Desportos;	113
CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6.1. Conclusões	114
6.2. Recomendações;	118
CAPÍTULO VII BIBLIOGRAFIA	
7.1 Bibliografia;	120
7.2 Anexos	

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Número de praticantes por modalidade desportiva	74
QUADRO 2 - Taxa de participação de mulheres por modalidade	74
QUADRO 3 – Custo por praticante desportivo federado 1999	77
QUADRO 4 – Participação nos eventos internacionais categorias de formação futebol	79
QUADRO 5 – Estrutura qualitativa dos quadros técnicos na Guiné Bissau	81
QUADRO 6 – Técnicos do sector do desporto federado	83
QUADRO 7 – Relação entre o número de praticantes e de técnicos	84
QUADRO 8 – Estrutura da tipologia de instalações desportivas por região	91
QUADRO 9 – Distribuição tipológica da superfície desportiva por região	94
QUADRO 10 – Superfície desportiva útil por habitante	95
QUADRO 11 – Tabela classificativa da relação entre área desportiva útil e o número de habitantes aprovado pelo Conselho da Europa	96
QUADRO 12 – Evolução das receitas federativas (Orçamento Geral de Estado atribuído pela Direcção Geral dos Desportos), comparação com a taxa de inflação – evolução em Escudos.	98
QUADRO 13 – Apoios financeiros que declara receber o Comité Olímpico da Guiné Bissau	109
QUADRO 14 – Acções de formação financiadas pelo Comité Olímpico da Guiné Bissau	110
QUADRO 15 – Federações filhadas no Comité Olímpico da Guiné Bissau	110

INDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Praticantes federados estrutura por sexo	76
GRÁFICO 2 – Estrutura qualitativa dos técnicos na Guiné Bissau	82
GRÁFICO 3 – Inflação e o crescimento de verbas federativas	99

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da República da Guiné Bissau	39
FIGURA 2 – Organograma da Direcção Geral dos Desportos	52

ÍNDICE DE ANEXOS

INQUÉRITOS

- 1 – Direcção Geral dos Desportos (DGD)
- 2 – Comité Olímpico da Guiné Bissau (CO-GB)
- 3 – Federações Desportivas Nacionais (FDN)

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo, o Estudo sociológico do desporto na República da Guiné Bissau, tendo como parâmetro de base a análise de evolução da legislação e do nível de prática desportiva de 1974 até 1999, ou seja, nos 25 anos de independência. A investigação envolveu a Direcção Geral dos Desportos (DGD), o Comité Olímpico da Guiné Bissau (CO-GB), as sete (7) Federações Desportivas Nacionais (FDN) e a Federação do Desporto Escolar e Universitário da Guiné Bissau (FDEU-GB). As fontes utilizadas foram os dados recolhidos através de inquéritos feitos a essas instituições desportivas. Os dados foram igualmente recolhidos a partir de entrevista e leituras analíticas minuciosas da bibliografia pertinente, documentos nacionais, estudos e estatísticas disponíveis. Com fundamentação na literatura e nas discussões de resultados obtidos, podemos concluir que o desporto guineense encontra-se na fase embrionária de organização e desenvolvimento, dependendo para o efeito da vontade política e coordenação das acções entre os governantes, os responsáveis pela Administração Pública e das instituições privadas vocacionadas e/ou associações desportivas, no assumir das responsabilidades na valorização e priorização do sector traduzidos na melhoria da situação desportiva e do nível desportivo na República da Guiné Bissau, confirmando desta forma os pressupostos do Estudo.

SUMMARY

The dissertation here presented has as its main goal, the sport sociological study in the Guinea Bissau Republic. The study is based on the analyses of the legislation evolution and on the levels of sports practice from 1974 to 1999, that is to say, in the 25 years of independence. This investigation has involved The Sports General Direction (DGD), The Guinea Bissau Olympic Committee (CO-GB), the seven (7) National Sportive Federations (FDN) and The Guinea Bissau School and College Sports Federation (FDEU- GB). The sources were the data collected from inquiries made in the sportive institutions mentioned above. The data were also collected from interviews and detailed analytical readings of relevant bibliography, national documents, studies and statistics available. Bearing in mind the literature consulted and the discussion of the results attained, we may come to the conclusion that the sport in Guinea Bissau is in an embryonic stage of organisation and development, depending on the political will and on the government, public administration representatives and private institutions and/or sportive associations co-ordinated actions, in assuming the responsibility of giving priority and value to the sport sector by improving in an effective way the sportive situation and the sportive level on the Guinea Bissau Republic and so confirming this study purpose.

RÉSUMÉ

La présente dissertation a comme objectif, l'Étude sociologique du sport dans la République de la Guinée Bissau, ayant comme paramètre de base l'analyse de l'évolution de la législation et du niveau de pratique sportive de 1974 jusque 1999, c'est à dire, dans les 25 ans d'indépendance. La recherche a engagé la Direction Général des Sports (DGS), le Comité Olympique de la Guinée Bissau (CO-GB), les sept (7) Fédérations Sportives Nacionaux (FSN) et la Fédération du Sport Scolaire et Universitaire de la Guinée Bissau (FSSU-GB). Les sources utilisées ont été les données recueillies en travers d'enquêtes réalisées à celles institutions sportives. Les données ont été également recueillies depuis l'entrevue et de lectures analytiques minutieux de la bibliographie pertinente, documents nationaux, études et statistiques disponibles. Avec appui dans la littérature et dans les discussions des résultats obtenus, nous pouvons conclure que le sport guinéen se trouve dans la phase embryonnaire d'organisation et développement, dépendant par l'effet de la volonté politique et coordination des actions entre les gouvernements, les responsables par l'Administration Publique et des institutions privées et/ou associations sportives dans l'endosser des responsabilités dans la valorisation et priorisation du secteur traduit dans l'amélioration de la situation sportive et du niveau sportive dans la République de la Guinée Bissau, en confirmant de cette manière les présuppositions de l'Étude.

CAPITULO I INTRODUÇÃO

O trabalho em que estamos empenhados no âmbito do mestrado, e que agora aqui tem um ponto alto no seu processo, foi para nós, e vai com certeza, continuar a ser, uma aventura no domínio da investigação em matérias que nos levem a melhor compreender a dinâmica das práticas desportivas na Guiné Bissau. Queremos com isso dizer que este trabalho, não resulta apenas de uma exigência académica ou de uma emoção momentânea, mas sim representa um passado de interrogações e reflexões, um presente de grande esforço de concretização e um futuro de esperança duma melhor compreensão do processo de desenvolvimento do desporto, e, portanto, à satisfação interior construída na atracção que sempre nos suscitou o desporto em geral e sua gestão em particular na Guiné Bissau. Este Estudo também resulta de um interesse pelo caminho científico, pelos métodos de análise da realidade, isenção e curiosidade científica, pela interdisciplinaridade com as outras ciências e os seus actores na vida académica e profissional, que nos aproximam cada vez mais da verdade. Para ser mais precisos, o mesmo resulta da experiência que está a ser vivida na República da Guiné Bissau desde a sua independência em 1974 com a implementação da política desportiva própria, para cuja reflexão fomos estimulados no começo da nossa carreira profissional, em situações de trabalho no domínio da Administração Pública Desportiva do País.

No quadro desta vivência, constatamos também que no desporto, se colocavam a todo o instante problemas que se prendiam com a necessidade de melhor utilizar recursos humanos, materiais e financeiros, que eram, e continuam a ser, limitados.

Sabemos que o desenvolvimento e o acesso aos benefícios civilizacionais correspondentes, não se fazem de um modo uniforme e universal. Há desigualdades na sua distribuição que são acentuadas quando os detentores do poder não o exercem no sentido do interesse das populações, verificando-se assim a tomada de decisões, muitas vezes carecida de critérios e coerência entre aquilo que se dizia e aquilo que na realidade se realizava.

Estas entre outras foram as motivações e as preocupações que desencadearam todo o nosso processo de trabalho, que foi norteado por um conjunto de questões, que tinham a ver com a necessidade de melhor compreender o fenómeno desportivo, sob o ponto de vista social, político, organizacional e económico. Por isso e preocupados com os aspectos que regulamentam a actuação dos principais responsáveis pela administração nacional da vida colectiva dos cidadãos, no que se refere particularmente ao desporto, e,

como contribuição para um melhor conhecimento das questões relativas ao mesmo, efectuamos o nosso estudo sobre O DESPORTO NA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU – “Análise da evolução da Legislação e do nível de prática desportiva (1974 – 1999)”. Essa iniciativa materializa-se hoje com a nossa intervenção junto das respectivas instituições e particularmente do governo, tentando apurar os processos de medida e evolução da situação desportiva que as sustentam.

Os êxitos do amanhã dependem dos problemas colocados pelos novos padrões dos sistemas de educação e formação. Colocam-se assim problemas de Educação e de Educação Física. O combate ao “analfabetismo desportivo”, em particular, deve ser consequência do analfabetismo em geral, que continuam a ser estigmas cravados no processo de desenvolvimento do Homem Guineense. As taxas de analfabetismo e de praticantes desportivos são os indicadores que nos alertam sobre a difícil situação em que nos encontramos. O sistema educativo entendido na sua globalidade deverá ter um papel fundamental no processo de modernização educativa e tecnológica nacionais.

Na Guiné Bissau, tem-se constatado que o acesso dos cidadãos ao desporto não obedece a uma lógica de continuidade que prolongue para além do tempo em que o cidadão andou na escola (tempo escolar) as possibilidades de prática desportiva.

A comparação do número de praticantes existentes com o número de alunos das escolas secundárias, obtendo uma taxa de abandono da prática desportiva, permitiria confirmar a presente afirmação. Por processos directos e indirectos de selecção e exclusão, muitos dos cidadãos são afastados progressivamente dela logo que abandonam o ambiente escolar. No entanto, na vida activa, o cidadão é esquecido no que diz respeito a continuidade da sua prática desportiva, já que os tempos e os espaços que outrora desfrutava na escola lhe são agora vedados, sendo remetidos por outros processos, para o estatuto de espectador e consumidor da prática de outros. Tal deve-se ao facto de, entre vários motivos, vivermos cada vez mais numa sociedade espectáculo onde não há lugar para a ocorrência do erro nem para a actividade de amadores.

Só que o modelo de sociedade que considera o desenvolvimento é outro!. O desenvolvimento que se pretende é pensado e dirigido para as pessoas (Perroux, citado por Pires, 1985), para os cidadãos e não apenas para os consumidores, para o funcionamento dos sistemas e mecanismos de consumo. Também o desenvolvimento desportivo se consagra, pela prática desportiva, na vida e na felicidade de cada um e de todos, e não só pela demonstração espetacular a terceiros.

Nesse sentido, os objectivos que devem presidir à ocupação do tempo livre das populações, no domínio das práticas desportivas devem relacionar-se com a salvaguarda de uma boa qualidade de vida pessoal e social e, consequentemente, com uma boa disponibilidade física e psicológica para tarefas da sociedade do futuro onde os desafios são inúmeros.

Os problemas de saúde são grandemente originados pela cerebralização do trabalho, que dará origem a um conjunto de doenças provocadas pela falta de movimento. O combate ao sedentarismo tem de ser desenvolvido em múltiplas frentes, e iniciado tão cedo quanto possível, colocando-se assim questões de saúde pública. Por exemplo, “uma boa condição física deve ser de alguma maneira compensada”.

Este direito alienável deve encontrar a sua efectivação quer através da sua expressão objectiva na constituição, quer obtendo os meios necessários para a sua concretização. Mas a simples consagração deste direito no documento básico orientador da vida da Nação não é suficiente, ainda que, quando isso acontecer se assuma uma responsabilidade colectiva que, no fundo traduz com clareza uma nova consciência objectiva.

Nesta ordem de ideias, a atitude do Estado não se poderá limitar a um simples apoio. É indispensável que este se coloque decididamente frente de um processo de renovação capaz de transformar a situação vivente no desporto nacional. Organizando a participação democrática da população civil na direcção da vida económica, social, política, cultural e na vida desportiva do país.

No desporto, o desenvolvimento também já não se traduz apenas pelo número de medalhas, vitórias, pelo aumento dos registos relativos aos vários elementos da situação desportiva (Pires, 1993) (praticantes, recursos humanos, actividades, instalações, recursos financeiros e outros.), mas pelo o melhor nível de funcionamento do sistema, em função da situação das necessidades e aspirações das populações em matéria de desporto.

O conceito de desenvolvimento desportivo considerará, numa visão global, todos os elementos como constituintes de um processo propiciador de aquisições pelo maior leque de ofertas, cuja promoção resultará num maior nível de proficiência motora e de cultura desportiva mais elevada dos cidadãos de um país, de uma região ou de um sector. O desenvolvimento da cultura motora e desportiva é parte integrante da vida e da cultura de um povo, permitindo que as novas gerações tenham acesso e domínio sobre mais modalidades desportivas, com graus crescentes de complexidade motora nos seus

gestos constituintes. Todas as modalidades desportivas contribuem com as suas especificidades, para o desenvolvimento da cultura motora dos indivíduos que as praticam ou pretendem praticar.

O desporto é hoje um instrumento que pode ser utilizado de uma forma racional e coerente em matéria, não só de política interna, como no domínio das relações internacionais. Hoje em dia, as questões do desenvolvimento são globais não podendo estar dissociadas das dinâmicas não só internas (nacionais) como externas (internacionais). Posto isso, a globalização é hoje económica, é política, mas também é cultural, se incluindo nela, obviamente, o desporto.

Assim, pretendemos realizar um Estudo que aponte a realidade desportiva na República da Guiné Bissau e para tal, estruturamos o trabalho em sete (7) capítulos.

De modo a darmos respostas às questões que fomos colocando, longo é o caminho a percorrer, mas, é o palmilhar desse caminho que nos propomos neste Estudo. Para tal, e no quadro do primeiro capítulo, iniciamos o percurso pela organização relativa a introdução, composta por seis itens, onde se faz a apresentação do Objecto de Estudo, âmbito, pressupostos e limitações de Estudo, pertinência e a metodologia a seguir quanto a definição da amostra, instrumentos de pesquisa e procedimentos de aplicação do inquérito.

No segundo capítulo procuramos caracterizar o desporto como sector de desenvolvimento social, sistematizando o conhecimento que fomos adquirindo pela leitura da bibliografia, ou seja, pretendemos apresentar uma visão do que existe a respeito desta matéria, onde existe, como existe.

O terceiro capítulo é constituído por uma síntese de caracterização histórica da Guiné Bissau, desde o ponto de vista político administrativo, geográfico, socio-demográfico, económico e sector de actividade, alfabetização, educação, formação e o acesso a informação, desportivo, turístico e a promoção do desporto nacional.

O quarto capítulo é constituído pelo enquadramento político do desporto na Guiné Bissau, desde o ponto de vista Constitucional, nas Estruturas Desportivas e no Programa de diferentes Governos dentro do período da Independência (1974 - 1999). É, queremos

dizer precisamente, onde se fará a revisão da legislação que permite a análise do enquadramento político do desporto guineense.

O quinto capítulo é constituído pela caracterização do desporto na Guiné Bissau, baseando na análise documental, entrevista e dos dados obtidos, quando às respostas das instituições inquiridas.

No sexto capítulo, procuraremos elaborar uma análise conjunta de toda informação que contribuiu para alicerçar o nosso Estudo, assim, procuraremos reflectir e estabelecer algumas ilações sobre possíveis orientações estratégicas que conduzam a um enquadramento adequado para o desporto guineense.

No sétimo capítulo, terminamos com as referências bibliográficas, quadros, gráficos e anexos imprescindíveis ao Estudo efectuado.

1.1 Delimitação do Objecto de Estudo

Este Estudo sobre o Desporto na República da Guiné Bissau, apresentou como objectivo, a análise de evolução da legislação e do nível de prática desportiva a partir de 1974 até 1999. Desde o ponto de vista metodológico, nos interessou a intervenção do Estado, fundamentalmente nos domínios normativo, concessão financeira e de infra-estruturas, construção de instalações desportivas, assim como a intervenção dos diferentes organismos públicos, privados e/ou associativos na promoção e desenvolvimentos deste importante sector social.

1.2. Âmbito de Estudo

A possibilidade de obter informações mais abrangentes relativas a problemática desportiva do País (República da Guiné Bissau), foi possível a partir da aplicação de inquéritos específicos e discriminados dirigidos a todo o universo em análise, no que diz respeito a Direcção Geral dos Desportos, Comité Olímpico e as Federações (anexo 1; 2 e 3). Para o complemento das informações, para além desses instrumentos de pesquisa, se manteve uma entrevista aberta (registrada por escrito ao longo da conversa) com o Presidente da Federação do Desporto Escolar e Universitário no sentido de obter maior conhecimento sobre a organização e funcionamento da estrutura.

1.3. Pressupostos

Na concepção, aplicação e processamento dos dados deste estudo, foram considerados os seguintes pressupostos:

1. As instituições desportivas que fizeram parte do estudo foram efectivamente integrantes do movimento desportivo e participantes activos da política desportiva no país.
2. As instituições pesquisadas em função dos conflitos consequentes do levantamento político militar de 7 de junho de 1998 no País, apresentavam sua estrutura e organização ainda em fase de desenvolvimento.

1.4. Limitações

Na concepção, aplicação e processamento dos dados deste estudo, foram também encontradas as seguintes dificuldades e/ou limitações:

Alguns dos questionários não foram devolvidos apesar dos permanentes contactos directos mantidos com todas as entidades inquiridoras para os esclarecimentos de possíveis dúvidas e a recolha dos mesmos no prazo que delimitávamos na carta de apresentação. A respeito, tivemos que enviar por correio mais uma cópia do referido questionário as instituições que não responderam e/ou não os devolveram na aplicação anterior.

Relativamente ao conteúdo específico de cada questionário, das nove (9) entidades inquiridas, obtivemos na primeira aplicação uma média de 65% de respostas ao questionário entregue, mediante um protocolo oficial. O que se deveu grandemente ao estado emocional em que ainda se encontravam nesse período após guerra e a ausência dos arquivos destruídos durante o conflito político militar de 7 de Junho/98 que atingiu grande parte dos Ministérios Públicos incluindo a Secretaria de Estado da Juventude Cultura e Desportos (Direcção Geral dos Desportos), onde com excepção a Federação do Futebol, igualmente sedava as restantes e o Comité Olímpico. Seria importante dizer que, durante o conflito, a nossa instituição era a base dos militares da República vizinha do Senegal onde os murteiros eram lançados contra as posições da Junta Militar e vice versa.

Como apenas seis (6) das entidades inquiridas responderam os questionários, houve a necessidade de reenviar por correio os mesmos para as demais três instituições e, desta forma, obtivemos o total dos nove questionários respondidos.

1.5. Pertinência deste Estudo

Os estudos sobre o tema em questão, enquanto organização desportiva, carregado, portanto, de uma ideologia e filosofia muito próprias e inserido num contexto muito particular eram, até ao período que abrange o presente estudo, praticamente inexistentes. Na linha dos estudos realizados noutras áreas de intervenção social, tentamos no caso específico do sector desportivo guineense, o que naturalmente passaria pelo conhecimento de uma outra realidade, consubstanciada na importância e opinião que os Governantes e os Administradores da Função Pública da Guiné Bissau têm sobre o Desporto nas suas muitas e variadas vertentes.

Como em qualquer estudo de natureza impírica, pretendemos abrir caminho e/ou linhas para futuras investigações sobre o Desporto na República da Guiné Bissau baseados nos parâmetros da “Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva (1974 – 1999)”, que cremos devam ser centradas na abordagem da qualidade e satisfação dos seus actores principais quanto ao desporto, para além de estudos centrados na eficiência e eficácia organizacional da estrutura e orgânica do Desporto Nacional.

Este estudo vem na linha das investigações realizadas noutros Países, e particularmente em Portugal em torno do Desporto Nacional enquanto organização de intervenção política, da Direcção Geral dos Desportos como produtora de serviços e, particularmente, os serviços desportivos, através da estrutura autónoma dentro do Desporto Nacional. Pretendemos, ainda que modestamente, possamos contribuir para apoiar a estrutura central e local responsáveis pelo projecto de desenvolvimento do Desporto Nacional, a repensar sobre uma nova organização, se possível, através da adopção de novos paradigmas organizacionais que permitam conceber e reinventar uma estrutura de enquadramento e orgânica do desporto, mais adaptada às contingências da juventude e cultura guineense.

1.6. Metodologia e procedimentos

Como metodologia analisamos a evolução ao longo dos últimos vinte e cinco anos de independência (1974 a 1999), dos diversos factores de desenvolvimento desportivo na República da Guiné Bissau tendo como parâmetros de base, a análise de evolução da Legislação e do nível de prática desportiva.

Igualmente procuramos a obtenção de outros indicadores de ordem económico e social reportados ao mesmo período em estudo.

As fontes utilizadas foram os dados recolhidos através de inquéritos feitos as instituições desportivas do país (Federações desportivas existentes; Direcção Geral dos Desportos e o Comité Olímpico). Recolhemos igualmente dados através da leitura e análise da bibliografia específica, de documentos nacionais, estudos e estatísticas disponíveis e entrevista.

1.6.1. Definição e selecção da amostra

O universo das entidades inquiridas foi composto por sete (7) Federações Desportiva Nacionais, Direcção Geral dos Desportos e o Comité Olímpico da Guiné Bissau. Considerou-se possível dirigir o inquérito a todo o universo em análise e por conseguinte obtendo-se uma amostragem quase coincidente e muito próxima da realidade em estudo. Segundo os princípios geralmente aceites de que a amostra deverá ser representativa de todos os sub-extractos do universo em análise, em particular quando o universo se apresenta, como é o caso, pouco homogéneo, ao obter-se uma representação particularmente universal (acima dos 60%) evitou-se a necessidade de estratificação e garantiu-se maior fidelidade dos dados apresentados, havendo o cuidado de verificar a presença de respostas de todo o tipo de agentes em análise.

1.6.2. Procedimentos na aplicação do inquérito

Os instrumentos de pesquisa foram compostos por três questionários de inquérito dirigidos respectivamente ao Director Geral dos Desportos, Comité Olímpico da Guiné Bissau e as Federações Desportivas Nacionais, assim como por uma entrevista com o presidente do Desporto Escolar e Universitário.

O preenchimento do modelo dos inquéritos foi inicialmente discutido com os inquiridos no sentido de um melhor esclarecimento de possíveis dúvidas com os mesmos.

A ficha de inquérito apresentou os seguintes tópicos:

- a) Direcção Geral dos Desportos Identificação e endereço completo; formação académica e desportiva do Director Geral dos Desportos (DGD); existência e formação académica dos técnicos desportivos da estrutura; política de organização funcional da estrutura e fontes de receitas e verbas da instituição e sua aplicação.

b) Comité Olímpico Determinação quanto a sua contribuição no desporto guineense; caracterização e identificação institucional; formação académica e desportiva do seu presidente; existência e formação académica dos técnicos da estrutura; política de organização funcional da instituição; quantidade de federações filhadas e fontes de receita e verbas da instituição e sua aplicação.

c) Federações Identificação e caracterização das federações; formação académica e desportiva do respectivo presidente; existência e formação académica dos técnicos da respectiva estrutura; política de organização funcional de cada federação; quantidade e caracterização dos clubes filhados em cada federação e fontes de receita e verbas de cada federação e sua aplicação.

Os resultados obtidos permitiram uma mais completa caracterização do desporto guineense do ponto de vista social, económico e político, vectores importantes para análise global que se pretende efectuar.

Na entrega por via oficial do inquérito (mediante um protocolo tipo), foram contactados pessoalmente os dirigentes das instituições em estudo e promovido o seu preenchimento acompanhado com medidas de esclarecimento de possíveis duvidas. De partida, os inquiridos consideraram haver dificuldades em obter informações relativas aos anos mais atrasados fundamentalmente no concernente aos orçamentos e/ou subsídios de funcionamento anuais das mesmas em valores exactos, assim como de alguns dados estatísticos solicitados, por terem os arquivos todos destruídos durante a guerra de 7 de junho/98.

Em relação as entidades inquiridas, obtiveram-se respostas de 85% do conteúdo interno do universo total após o segundo envio. Esta parte do nosso trabalho procurou seguir os princípios da análise estratégica, de modo a obtermos os conhecimentos e os dados relevantes que possam influenciar tanto positiva quanto negativamente o desenvolvimento do sector desportivo nas suas variadas vertentes na Guiné Bissau.

1.6.3. Ética

Foram ainda garantidos aos respondentes, que os dados recolhidos seriam apenas para uso académico, salvaguardando-se os direitos de privacidade, anonimato e confidencialidade da informação.

1.6.4. Procedimentos

Os procedimentos estiveram vinculados à análise do envolvimento geral, à análise do envolvimento específico, à análise conjunta de toda a informação analisada. Alguns dos procedimentos foram explicados novamente aquando da apresentação e análise dos dados de modo a facilitar a compreensão do estudo.

No cômputo geral do estudo, utilizamos tanto dados primários como secundários, os primeiros, correspondentes à informação recolhida através de um inquérito feito às instituições desportivas do país. Os dados secundários foram recolhidos através da leitura e análise de bibliografia específica, de documentos nacionais, estudos e estatísticas disponíveis e entrevista complementar.

Com o objectivo de um controlo efectivo das respostas obtidas, foram confrontados os dados primários com os secundários, o qual permitiu confrontar os dados agora fornecidos com os então apurados.

1.6.5. Tratamento estatístico

Para o tratamento dos dados do questionário socorremo-nos tanto da estatística descritiva como não paramétrica e da análise de conteúdo. Através das técnicas de estatística descritiva, com base em tabelas percentuais e gráficos, utilizando média, desvio padrão, limites máximos e mínimos. Com ela pretendemos expor apenas os dados que consideramos mais pertinentes ao Estudo, não sendo nosso objectivo ser completamente exaustivos, pois consideramos que isso tornaria o texto maçador e demasiado maçudo. Desta forma teremos para anexo os quadros com os dados primários e sua codificação.

Quanto às técnicas de estatística não paramétrica, estas, foram uma ferramenta que nos permitiram fazer relações e comparações entre as diferentes variáveis, tanto dependentes como independentes. Procuraremos relacionar a categoria, a dimensão das diferentes instituições, com as variáveis dependentes, estas dizem respeito aos recursos humanos (atletas, técnicos e dirigentes), físicos (infra-estruturas e instalações desportivas) e financeiros, seleccionados no âmbito do modelo de análise estratégica. A técnica que utilizamos tanto para as comparações como para as relações, é o teste do Qui-Quadrado, de modo a verificarmos se as diferenças existentes são estatisticamente significativas.

No entanto, as categorias, que são rubricas ou classes que reúnem unidades de registo, são distintas para a pergunta 1 e 2. Na primeira questão, e porque o objectivo é conhecer os pontos fortes e fracos das organizações segundo a opinião dos próprios responsáveis, as categorias utilizadas foram os recursos humanos, os recursos financeiros e os recursos físicos, pois, são essas as correspondentes às componentes da dimensão interna do nosso modelo de análise estratégica. A informação agrupada nestas categorias ajudam-nos a complementar os dados relativos à análise interna que procuramos desenvolver ao longo dos grupos anteriores do questionário.

Relativamente à segunda questão deste grupo, apercebemo-nos aquando da leitura flutuante que das ideias estratégicas apontadas pelos responsáveis das instituições inquiridas, existia uma convergência com os factores de enquadramento político e priorização do sector no conjunto das prioridades fundamentais dos governos que no nosso entender, possibilitam uma abordagem dinâmica de qualquer sector do sistema desportivo.

CAPÍTULO II O DESPORTO COMO SECTOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Uma das principais características da Sociologia, é o Estudo crítico, distante e sistemático dos fenómenos sociais. Nesta conformidade, estudar sociologicamente o desporto significa realizar uma investigação crítica, a partir destes parâmetros da natureza, do significado e das consequências do desporto como uma grande instituição social (Helal, 1990).

Para este autor, assim como a língua ou a religião, o desporto é nos herdado pelo nosso meio no início da infância. A sua presença entre nós é tão impeditiva que, muitas vezes, aquele que não se liga ao desporto do seu grupo social se sente, de certa forma, como uma pessoa não integrada, que vive à margem da sociedade. Por isso, o gosto ou a paixão por um determinado desporto não existe naturalmente em nosso “sangue”, como supõe o senso comum. Ele existe na colectividade, em nosso meio social que nos transmite esse sentimento da mesma forma que a escola nos ensina a ler e escrever (Helal, op.cit).

Esse papel gerativo da cultura vai, na arqui-sociedade, aumentar com o desenvolvimento das regras organizacionais, com a multiplicação do saber-fazer técnico, com a complexificação da linguagem que com o sapiens, dá um último salto qualitativo-quantitativo, por via da intensificação das microcomunicações (relações no seio da família e entre os indivíduos) e das macrocomunicações na sociedade e entre sociedades (Morin, 1973).

Mas se o desporto é um facto social tão visível da nossa civilização, ele é também, e paradoxalmente, um dos fenómenos menos estudados do nosso tempo. Muito pouco se tem escrito sobre o papel e o significado do desporto nas sociedades modernas contemporâneas. Pois é, infelizmente, os intelectuais costumavam, até bem pouco tempo, encarar o desporto como algo trivial, inconsequente e desprovido de qualquer significado de maior relevância para a maioria deles. Somente os temas referentes à política, à economia e as relações internacionais é que eram considerados “sérios” e merecedores de Estudo (Helal, op.cit)

A possibilidade de intervenção social e cultural do desporto, como instituição social, está dependente das influências exercidas pelas diferentes organizações sociais sobre as estruturas desportivas e em especial da forma como essas organizações utilizam a educação, os costumes, as crenças, as artes e as leis para promoverem a melhoria das

condições de vida das populações, em que o acesso à prática do desporto é aspecto sociocultural e factor da qualidade de vida por aqueles adquirida (Lima, 1981).

Vários autores justificaram o significado social do desporto pelos aspectos que envolve. Por exemplo, (Cotta, 1981) dissecou socialmente o fenómeno desportivo, dizendo que ele: a) é um meio de socialização; b) favorece, pela actividade colectiva, o desenvolvimento da consciência comunitária; c) é uma actividade de prazer, activa para os praticantes e passiva para os que assistem aos espectáculos desportivos; d) exerce uma função de coesão social, ora favorecendo a identificação social, ora representando simbolicamente o corpo desportivo da nação; e) desempenha um papel de compensação, pelo prazer, contra o excesso de industrialização.

Outra referência essencial em nosso ponto de vista é Cazorla Prieto (Cazorla, 1979), que fundamenta a relevância social do fenómeno desportivo: a) pela dupla perspectiva, como fenómeno social universal e como instrumento de equilíbrio social; b) pelo consumismo desportivo; c) pelos espectáculos desportivos; d) pelos valores que o desporto leva a sociedade; e) pelo impacto social do associacionismo social; f) pela difusão do desporto através dos meios de comunicação.

Após as análises de Cazorla Prieto e Cotta, tornou-se necessário e consideramos imprescindível desenvolver a justificação da relevância social do desporto, por interpretações e abordagens nos seguintes aspectos sociológicos deste fenómeno:

1º) o associacionismo no desporto - O associacionismo, importante pelo seu pluralismo, que expressa motivações, características e objectivos diferentes, é considerado por Pereira como a primeira vitória sobre a alienação desportiva e social (Pereira, 1974);

2º) o desporto como instituição social - O desporto para ser considerado uma instituição social, deverá estar organizado socialmente, representar uma forma de actividade social, promover identificações sociais, e, ao mesmo tempo, ao constituir-se num problema humano, deve promover valores (Mc Pherson, Curtis e Loy, 1989);

3º) o envolvimento social do desporto e o aparecimento do *Homo Sportivus* - Observa-se que a participação desportiva também pode ser regular, irregular ou esporádica. Reconhecemos que a prática desportiva pode ser dividida em práticas de aprendizagem, de treino, de competição, de prática regular, de recreio e a tantas outras identificadas na

abrangência das dimensões sociais do desporto, isto é, do desporto-educação, do desporto-participação e do desporto-performance (Cagigal, 1979);

4º) a interdependência do bem-estar social com a relação Estado-Sociedade-Desporto - Nos diversos estudos existentes sobre as relações do Estado com a Sociedade, através do Desporto, verifica-se que existem autores, como Forsthoff (1975) e Garcia Pelayo (1977), que justificam uma intervenção estatal nos assuntos desportivos, pela incapacidade que as leis naturais apresentam para conduzir ao equilíbrio social desejável. Outros, defendem apenas uma atuação limitada do Estado. Neste último caso, pode-se citar Noronha Feio (1978) e Cazorla Prieto (1979), os quais, ao responsabilizar o Estado pela qualidade de vida, apenas justificam apoios estatais económicos e financeiros no chamado desporto de tempo livre, também denominado popular, desde que tenham objectivos definidos na direcção do entretenimento, e que não excluam o fomento à Educação Física e ao desporto-educação;

A respeito, e na linha de pensamento de Feio e Prieto, a primeira Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela Educação Física e Desportos, promovida pela UNESCO em 1976, encontrou consenso entre a maioria dos Estados membros que a cultura física e particularmente os desportos são elementos fundamentais para a educação permanente dos povos, transferindo para os governos toda a responsabilidade das estratégias políticas e das coordenações intergovernamentais (Tubino, 1987).

5º) o desporto como meio de democratização - Democratizar o desporto é assegurar a igualdade de acesso à prática desportiva para todas as pessoas. A respeito, Vasconcelos Raposo (1976), ao formular finalidades para os organismos desportivos em geral, defendeu que eles devem: a) colaborar para a criação de condições necessárias ao desenvolvimento das actividades físicas e desportivas; b) conseguir que as actividades desportivas façam parte do processo de formação cultural dos indivíduos, como factor de educação, lazer etc.; c) conduzir o desporto a um lugar importante no processo de democratização;

6º) o desporto e o compromisso do homem com a Natureza - O desporto moderno, durante toda a sua existência nos séculos passados, foi desenvolvido ao ar livre, em contacto directo com a natureza, estabelecendo uma profunda relação. Também é facto

que mesmo depois do surgimento dos grandes estádios e ginásios fechados, algumas modalidades desportivas permaneceram disputadas ao ar livre, mas deixando seus contactos directos com a natureza, embora ainda restassem alguns desportos, como os jogos de inverno que, pelas suas especificidades, continuaram com suas práticas sociais em ambientes naturais;

7º) a relevância sociocultural da relação jogo-desporto - Por esta definição de Huizinga observa-se que o jogo, este componente sociocultural do desporto, apresenta como condições básicas a liberdade, a separação nos limites de tempo e espaço estabelecidos e a regulamentação. Assim, no jogo desportivo, internacionalizado numa modalidade de desporto, estará representada uma sociedade em miniatura, contendo um intenso laboratório de condutas e comunicações humanas, onde se conjugam problemas sociais relacionados às percepções e decisões, dinâmicas de grupos, estratégias e até ritualismos, tudo isto situado nas interacções do plano do poder das iniciativas individuais com os sistemas de obrigações colectivas;

8º) o direito à prática desportiva: factor de novas dimensões sociais para o desporto - Após passar por todo um processo de revisão conceitual, a partir de uma referência pedagógica numa perspectiva de rendimento mantida por muito tempo, o desporto moderno, na amplitude do seu campo social, acumulou conhecimentos técnicos e científicos, juntando todo um acervo de saber desportivo, o qual compõe uma teoria geral do desporto. Assim, o mundo desportivo passou a procurar as intercepções do saber desportivo existentes e a buscar novos conhecimentos e caminhos, de modo que o desporto, agora mais ampliado e abrangente no seu conceito, pudesse atender as necessidades das três dimensões sociais (desporto-educação, desporto-participação e desporto-performance) do renovado conceito de desporto;

Antonelli (Antonelli, 1963), ao contestar o desporto voltado unicamente para os resultados, ao identificar no conceito de desporto os elementos jogo, movimento e competição, observou a existência de quatro aspectos característicos: o ético-social, o psicopedagógico e o psicoprofilático.

Noronha Feio (Feio, 1978), Cazorla Prieto (Cazorla, 1984), na qualidade de integrantes do grupo dos contestantes, conseguiram observar aspectos que ultrapassavam a ênfase no rendimento, como o jogo, por exemplo.

Por sua vez, Cagigal (Cagigal, 1979, 1982), como um grande humanista que foi, propôs a interpretação do fenómeno desportivo em dois sentidos: o desporto-espectáculo e o desporto-práxis, sendo que neste último o fenómeno desportivo ganhava um grande alcance social, ao aumentar as possibilidades de participação.

Na mesma direcção de Cagigal, pode-se também relacionar os trabalhos de Clayes, que em ensaio específico (Clayes, 1984), só entende a razão principal do desporto quando a prática desportiva possa chegar a um maior número de pessoas.

Outra citação das mais importantes, é a de Manuel Sérgio (Sérgio, 1986), que vincula às relações com a cultura, qualquer discussão conceitual do desporto ou seja, torna-se precário qualquer discussão em torno do desporto sem levar em consideração os aspectos socioculturais de um povo ou nação que pratica, porque o significado que este assume para um determinado grupo pode ser totalmente diferenciado para outros segmentos.

Da nossa parte, entendemos importante as abordagens apresentadas pelos autores citados na medida em que a posição de cada um complementa a intervenção do outro em relação à importância, função e papel do desporto no contexto social.

Segundo Morin, numa exposição clara e realista, as sociedades históricas são instáveis e os cavalgamentos entre instabilidades externas e internas constituem precisamente a história. Na **arqui-sociedade**, o poder não dispunha de um aparelho próprio, o Estado, e a classe masculina, detentora da autoridade social, estava profundamente imbricada na sociedade, pois cada homem era simultaneamente pai e esposo. A autoridade de decisão se apresentava sob formas variáveis de sociedade para sociedade: ela podia ser colegial (a assembleia dos homens ou dos anciãos), pessoal (o chefe), ou simultaneamente as duas coisas; da mesma maneira, a autoridade mágica e a autoridade civil podiam ser dualizadas (o feiticeiro e o chefe) ou reunidas na mesma pessoa; por fim podia ser transmitida hereditariamente, ou designada, ou eleita. A mutação brusca de poder, se se desse, não podia pôr em causa a própria organização da sociedade, e as suas variações só acarretavam fracas eventualidades sociais. Na **sociedade histórica**, o enorme aparelho de Estado passa a ser uma entidade distinta, separada, todo-poderosa, e as suas relações com a sociedade tornam-se confusas e explosivas. Por um lado, o aparelho de Estado assegura a unidade e o controle de todo o corpo social, e, nesse sentido, organiza «o interesse geral»; por outro lado, tende pela sua própria natureza, a hipertrofiar-se, a acumular poder, e as suas relações com a sociedade não só de simbiose, mas também de

parasitismo. O aparelho de Estado pode, simultaneamente, ser atingido de megalomania própria, constituir o instrumento dos interesses da carta ou da classe dominante e tornar-se o joguete da ubris do potentado. O próprio poder passa a ser uma zona, não só de variedade extrema (poder real, teocrático, tirânico, conciliar, aristocrático, democrático, e outro), mas também de instabilidade extrema, passando de uma fórmula a outra, de acordo com o jogo das ambições políticas e dos conflitos sociais. Assim o poder, esfera de concentração extrema da ordem (Estado, administração, polícia, exercito), torna-se, ao mesmo tempo, a esfera do «ruído» extremo (Morin, 1973).

Nessa circunstância e na lógica da exposição de Morin (1973), o desporto como factor social, pelas suas particularidades e pelo fascínio que envolve e provoca, permite muitas vezes um mal uso das suas possibilidades de conteúdo, paradoxalmente, com as suas finalidades e até dos discursos de sua promoção como um dos melhores meios de convivência humana. Isto explica que os efeitos sociais negativos do desporto são, na verdade, utilizações tendenciosas do fenómeno desportivo (Tubino, 1992).

Desta maneira, lista-se alguns efeitos sociais negativos do desporto moderno, que merecem abordagens específicas:

- a) a reprodução compulsória do desporto performance na educação;
- b) as violências do desporto performance;
- c) a discriminação contra a mulher no desporto;
- d) o uso ideológico-político do desporto;
- e) a preponderância da lógica do mercantilismo no desporto.

A respeito deste último, o grande conflito social foi o choque permanente entre o profissionalismo e o amadorismo. Quando o desporto de rendimento passou a sofrer um uso político intenso e explícito, o conflito “amadorismo versus profissionalismo” deu lugar às próprias batalhas da guerra fria entre capitalismo e socialismo. Agora que o uso político-ideológico do fenómeno desportivo está sendo substituído por um novo paradigma, o desporto como negócio, surge um novo conflito social, de difícil tratamento, que é o confronto directo entre a lógica do mercantilismo e os valores do desporto.

A valência positiva ou negativa, do desporto está na forma como as forças políticas o utilizam e o dirigem. O desporto como criação do homem, só deve servir o homem, só deve servir a sociedade, e para isso tem de orientar-se por objectivos de

desenvolvimento humano e de valorização da personalidade do homem do futuro (Lima, 1981).

Desta forma, consideramos que o autor estabelece uma contraposição aos efeitos sociais negativos do desporto anteriormente apresentados, trazendo para a qualidade da intervenção dos políticos e da Administração Pública a responsabilidade da influência positiva do desporto na sociedade.

Por sua vez, e no sentido de realçar a importância da ordem como consequência de convivência, de eliminação das emoções e não de oportunismo e de repressões indevidas, neste caso específico com a valência do desporto fundamentalmente, Edgar Morin na sua explanação diz que a sociedade tem o dever de manter a ordem no mundo, da mesma maneira que a ordem do mundo tem o dever de manter a vida social. Para ele, o ciclo prático das actividades está integrado num ciclo cosmo-mitológico; as ceremonias e as festas marcam-lhe o compasso, trazendo ao mesmo tempo a grande comunicação com o todo e a grande comunicação entre todos. Além disso, a festa liberta as pulsões inibidas, expulsa catarticamente as forças de desordem, deixa-as mesmo submergir temporariamente a ordem social, o que fortifica essa mesma ordem; é da mesma forma periódica, rítmica, que a complexidade social, por um relaxamento controlado do controlo, se serve das tendências para a desorganização, transmutando-as em forças regenerativas. Todavia, diz que, é por isso que a recreação social é vivida mitologicamente como uma recriação do mundo. E a festa, longe de afastar provisoriamente o sapiens da sua vida, revela, exprime e alimenta a sua natureza urbica e extática (Morin, 1973).

O que se pode dizer sem temor de erro é que, em qualquer processo social, e o desporto é um processo social, é exigível uma visão mais profunda da sociedade, bem como dos seus mecanismos de controle social. Torna-se essencial, por isso, a existência de uma teoria do desporto junto, às práticas desportivas culturalmente estabelecidas. Torna-se anacrónica qualquer prática desportiva sem uma teoria de desporto conjugada com uma teoria de sociedade. A prática desportiva, como prática social, precisa ser entendida com a percepção de que cabe à sociedade, como processo social articulador de várias actividades sociais, desenvolver-se numa estrutura social articulada (Tubino, 1992).

O desporto, que de modo geral era autogovernado até os anos trinta, depois, devido às implicações económicas e políticas, passou a receber inferências diferenciadas nos países capitalistas e socialistas. Estas intervenções, segundo Garcia Pelayo (Garcia, 1977), ocorrem sob as formas de financiamentos, legislações ordinais específicas,

existência de órgãos responsáveis pela formulação de políticas e normalizações desportivas e também pela introdução de artigos relativos ao desporto nas constituições. Particularmente consideramos que a inclusão do desporto na elaboração das leis normativas e administrativas de um país constitui já, para além da inferência política que possa ser objecto, um motivo de reconhecimento do seu valor como mecanismo de importância social.

Para o entendimento das relações entre Estado, Sociedade e Desporto é a necessária interdependência entre Estado e Nação, a qual se torna essencial no aprofundamento da questão do desporto, principalmente quando é colocada na perspectiva de um Estado Liberal desejável. A nação, entendida conceptualmente por Azambuja (1984), como distinta do Povo, é explicada como um grupo de indivíduos unidos pela mesma origem, pelos interesses comuns e principalmente por ideias e aspirações comuns (Tubino, 1987).

Em complemento da explanação de Azambuja e com uma maior profundezza e clarividência do assunto em questão, Morin começa por dizer que, a noção de sociedade é pensada sociologicamente em termos de gesellschaft, sistema constituído pelas interacções materiais, técnicas e de interesses. Mas é pensada «patrioticamente» em termos de comunidade ou gemeinschaft, posta de lado nas sociologias redutoras (tecnoeconómicas), incapazes de conceber a realidade do mito. Neste caso, é o mito comunitário que dá à sociedade a sua coesão de nação. O mito da substancia matricial-paternal (Mãe-Pátria), em que o Estado assegura a função paternal e a nação o invólucro maternal, cria uma fraternidade mítica entre os «filhos da Pátria». Essa fraternidade mítica é, na vida quotidiana, recessiva, reprimida, no afrontamento dos egocentrismos e dos interesses (Morin, 1981).

Cazorla Prieto (1984), ao fundamentar a relação Estado, Sociedade e Desporto parte das chamadas necessidades individuais, entre as quais encontram-se as actividades desportivas, que devem receber pelo menos condições mínimas, o que explica a presença do Estado como protagonista e o crescente papel dos poderes públicos nas questões do desporto.

Cazorla Prieto (1979), colocou que o desporto não é exclusivamente um problema da sociedade, em que o Estado permaneça alheio. Ao contrário, cada vez é mais uma prestação que os poderes públicos facilitam a seus cidadãos. O Estado tem assumido uma cota crescente no financiamento do desporto, em consonância com o alto valor atribuído ao desporto na sociedade moderna.

Afirmão com que nos congratulamos na medida em que contempla a veracidade dos factos já que o Estado em muitos países proporciona medidas e condições mínimas ao efeito através das legislações devidas, financiamentos, instalações e apetrechos desportivos.

O papel do Estado na promoção social do desporto popular, segundo Cazorla Prieto, seria a construção de instalações mínimas para a prática desportiva, deixando uma infra-estrutura necessária que facilita, como disse Cagigal (1979), a nível popular e espontâneo.

A bem da verdade, é essencial relatar que o desporto não tinha a importância social que possui hoje, o que pode ser constatado pela reduzida dimensão dos Jogos Olímpicos, embora já fossem a maior manifestação desportiva internacional. A predominância de modalidades individuais, principalmente o Atletismo e o Remo, é a explicação mais plausível para esta irrelevância social evidenciada (Tubino, 1989).

Outra consequência importante deste crescimento da relevância social do desporto foi o aparecimento de uma intelectualidade internacional, nascida justamente pela intenção de contestar e discutir as exacerbações que a cada dia aumentavam nas competições e nas gerências desportivas. Essa intelectualidade, pode-se dizer, deu início à Sociologia do Desporto (Tubino, op.cit).

A movimentação no contexto desportivo do início dos anos sessenta provocou uma revisão conceitual do desporto, cujo processo pode ser demarcado por três conjuntos de ações notáveis daquele período histórico: a) As manifestações dos intelectuais contra as exacerbações desportivas da época; b) Os chamados Documentos Desportivos Filosóficos Internacionais; c) O surgimento e o desenvolvimento do movimento Desportivo para Todos, a partir da concepção do programa “Trim” (Noruega, 1967), (Tubino, 1989).

No marco de busca da qualidade de vida individual e social, de racionalização e humanização dos frutos do desenvolvimento, de superação, portanto, do esquema quantitativista ou economicista, temos que utilizar a dimensão actual do desporto. Ao Estado social ou Estado de bem estar integral lhe corresponde, em consequência, não unicamente procurar os meios materiais indispensáveis para sustentar os cidadãos senão também uma melhor qualidade de vida. A atitude do Estado no momento presente garante «a procura existencial», a satisfação das condições básicas de existência, o que entre outras medidas, exige ao Estado realizar uma série de prestações sociais que vão desde assegurar um salário mínimo vital ou a procura de um posto de trabalho para todo

cidadão útil até o aumento das possibilidades vitais da população, aumento que se actualiza mediante o crescente acesso aos meios culturais, mediante a expansão e aperfeiçoamento dos serviços sociais, etc. (Garcia Pelaio, citado por Cazorla Prieto et al 1992).

Nesta linha de pensamento, Edgar Morin enriquece a sua intervenção ao afirmar que a sociologia sensível aos dinamismos, às mudanças e transformações, escapa à ideia estática de sistema, mas de repente foge à ideia organizadora de sistema e só vê fluxo, movimentos, acções e transformações. Ora, trata-se de conceber simultaneamente a estática e a dinâmica, a repetição e a mudança, a invariância e a inovação, a reprodução e a evolução. Trata-se então de conceber como se transforma o sistema de reprodução invariante, isto é, de conceber o que faz variar a invariância (Morin, 1981).

A efectivação desse posicionamento provavelmente fosse significar a resolução dos problemas fundamentais de integração social pelo desporto, na medida em que a sua prática poderia articular e influenciar na formação dos vínculos interpessoais e intergrupais, assim como o desenvolvimento das capacidades físicas, desportivas e psicossociais básicas indispensáveis ao bem estar social.

Nesta perspectiva, a intervenção dos poderes públicos no desporto – ou «reacção institucional» nas palavras de Real Ferrer – resulta necessária, dado o interesse público em fomentar ou promover a actividade desportiva em quanto esta contribui ao livre e pleno desenvolvimento da pessoa, a coesão e convivência social, a fortificação das relações entre os homens e os povos. Como expressa Bassols Coma o fenómeno desportivo adquiriu tal grau de extensão e massificação nas sociedades contemporâneas que se faz inevitável sua conexão e inserção, com mais ou menos intensidade na Administração Pública. O princípio válido noutro tempo de «o desporto para os desportistas» é hoje difficilmente conservável posto que o desporto afecta não só a uns quantos iniciados senão a toda a sociedade (Cazorla Prieto et al, 1992).

Na sequência da explanação anterior, este autor afirma ainda que a intervenção dos poderes públicos no sector desportivo não implica – como pretende o que Bermejo Vera define como atitude de aberração jurídica da teses do «autonomismo do mundo desportivo» - a politização do desporto, senão que constitui uma necessidade social imposta pela evidente conexão do desporto com o interesse público, embora sobre o alcance, graus e limites de aquela intervenção não se pode chegar a generalizar, já que depende de cada modalidade desportiva, da situação concreta de cada país, do grau de desenvolvimento do associativismo desportivo, do grau de coesão social, e outros, se

bem os pressupostos gerais dos Estados contemporâneos demonstram uma crescente transferência dos meios e fundos ao desporto. Em qualquer caso, a intervenção dos poderes públicos se traduz em acções de fomento ou estimulação em sentido clássico e outras seviciais, quer dizer, em relação com o possível estabelecimento ou conservação de uma infra-estrutura orgânica e material para a prática (Cazorla Prieto et al, op.cit).

O desporto é um dos fenómenos que rodeiam o homem moderno e condiciona o quotidiano de muitos deles. Pode dizer-se que vivemos a «era do desporto», se ao seu significado actual atendemos. Nesta ordem de ideias, François Mauriac, imediatamente depois dos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, chamava desde *L'Express* ao século XX com o curioso nome do século do desporto. Com ele Mauriac penetrava na realidade pujante e apresentava um tema de atractivo Estudo.

A respeito, Diem afirma: «O desporto moderno conta tão só com século e meio de existência. No referido tempo tem conquistado o mundo. Se tem convertido numa realidade que não podemos ignorar, com expressão unitária, e com suas normas, palavras, espírito, vantagens e defeitos do mesmo. Seus efeitos são das mais variadas classes: puros e impuros, valiosos e prejudiciais, bons e maus» (Cazorla Prieto, 1979).

Teotónio Lima (Lima, 1981), ao falar das relações que se deverão estabelecer entre o desporto de alta competição e a generalização da prática desportiva entre as populações, afirma que as respostas terão de ser encontradas no exercício das funções culturais do desporto como constituição social em que:

A prática desportiva seja um efectivo meio de valorização humana e uma contribuição efectiva para a formação da personalidade das crianças e dos jovens da nossa época;

Os espectadores, os dirigentes, os árbitros, os técnicos e os praticantes assumam antes de mais a sua primeira responsabilidade: a de cidadão social e politicamente consciente;

A participação na prática desportiva não signifique, seja a que nível for, uma renúncia às tarefas da cidadania, uma evasão às realidades sociais ou uma fuga ao desenvolvimento e progresso da humanidade.

Particularmente entendemos que o próprio desporto pode funcionar como instrumento de construção da ética, da cidadania e da organização social do indivíduo, do grupo e de um povo ou nação.

Em complemento desta afirmação, comprovada na prática, diremos que o desporto só não é indiscutidamente cultura nas sociedades que impõem aos cidadãos o obscurantismo cultural e que, para este fim, lançam mão de todos os processos repressivos que visam manter a desigualdade de oportunidades, de direitos e regalias sociais, e justificar a estratificação que caracteriza as sociedades de consumo dirigido. O materialismo, o desenvolvimento, a massificação e, em poucas palavras, deshumanização que trouxe consigo este novo módulo de relações sociais e económicas, é hoje por hoje o meio onde o homem que vive nas chamadas sociedades desenvolvidas se move. O modelo de vida que impõem estas novas fórmulas societárias conduz a um absoluto relegação da vertente física da pessoa humana. O trabalho é sedentário e crescentemente intelectual. Os meios mecânicos, com a ideia de fazer tudo mais cômodo, evitam qualquer classe de esforço físico (Cazorla Prieto, 1979).

No mundo em que hoje vivemos repleto de facilidades nos meios de comunicação e de informática, o homem vem se afastando cada vez mais das actividades laborais de desgaste físico e aproxima-se rapidamente da intensificação das actividades intelectualizadas que lhe fazem participar muito mais sedentariamente no desempenho das suas funções quotidianas: Facto que ele deve compensar na prática desportiva.

O desporto supõe para uma personalidade humana deficiente em um dos seus aspectos principais um meio de equilíbrio. Aqui radica uma das razões do aumento da presença do desporto. A justificação do desporto como fenómeno social de primeira categoria desemboca com o problema do equilíbrio humano no marco da organização social actual (Cazorla Prieto op.cit).

O desporto reflecte, não só as categorias ideológicas burguesas ou burocráticas, mas ainda que é estruturalmente dominado pelo aparelho de Estado porque, como disse Marx em *A Ideologia Alemã*, «todas as instituições comuns passam pela intervenção do Estado e recebem uma forma política» (Brohm Jean et al, 1974).

Como todo fenómeno social, o desporto tem bases materiais, económicas e políticas. O desporto não é uma ideia nem um valor, uma abstracção qualquer que se poderia julgar boa ou má, é uma prática exercida em certos lugares, a necessitar de administradores, de regulamentos, de dinheiro, de tempo, de publicidade, de educação, para poder existir. O desporto é uma instituição, isto é, uma forma social visível, com uma organização

jurídica e material, um conjunto de condutas a executar, e normas, e sanções. Mas uma instituição quase nunca se dá imediatamente à observação e poder-se-ia dizer que resiste à análise (e com ela também os seus utilizadores), pelas suas próprias estruturas. Assim a análise de uma instituição é já uma intervenção (Brohm Jean et al op.cit)

Para que o desporto tenha uma acção conforme às intenções «educativas» do Estado, na opinião deste autor, é preciso que tenha uma forma determinada, que seja organizado em função de princípios precisos e que assente sobre «valores» de certo tipo. São estas novas estruturas desportivas que determinam o actual sistema desportivo dominante (Brohm Jean et al op.cit).

Quando o desporto era apenas entendido na perspectiva do rendimento, os governos, de um modo geral, preocuparam-se com as performances das equipas nacionais nas competições internacionais, pois o sucesso desportivo ajudava nas próprias relações com outros países e causava uma boa imagem diante da comunidade mundial. Esta preocupação transformou-se em verbas públicas para as equipas nacionais, construção de instalações, promoção de competições desportivas, e em alguns casos até processos de profissionalização desportiva pelo Estado (Tubino, 1994).

Com a evolução do desporto, quando esse fenómeno passou a abranger o desporto-participação e o desporto educação, além do desporto-performance, o papel do Estado diante do desporto mudou muito. Já não há mais uma intervenção directa no desporto de rendimento, limitando-se o Estado apenas a normalizar as manifestações desportivas relacionadas as competições oficiais. É claro que os governos não poderiam ausentar-se de vez, porque isso significaria uma omissão, já que os conflitos resultantes das disputas continuaram a crescer. Além disso, as situações de fraude e de desrespeito a direitos já consagrados continuaram a existir. Por tudo isso, é que o Estado trocou o papel de tutor do desporto pelo de normalizador das relações intrínsecas aos factos desportivos e das competições chamadas de alto nível.

Posição com a qual nos congratulamos embora pragmatizada com certa insuficiência e com acções isoladas em muitos dos casos, afirma que, os governos, entendendo as novas dimensões do desporto após a sua renovação conceitual, passaram a exercer relevantes funções no desporto-participação e no desporto-educação, incentivando e fomentando programas, disputas e até discussões teóricas acerca dessas duas manifestações desportivas.

No quadro desse novo papel, o Estado depois da percepção de que o desporto também constitui uma ciência, passou a estimular pesquisas e até o aperfeiçoamento de recursos

humanos. A constatação inequívoca desse novo papel estatal diante do fenômeno desportivo são as constituições nacionais, que pouco a pouco têm incorporado o desporto em seus textos, inserindo-o em capítulos de grande importância social (Tubino, 1994).

CAPÍTULO III SINTESE DE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUINÉ BISSAU

Nas últimas décadas, o desporto tem-se tornado numa componente importante da sociedade moderna. Os modelos desportivos da sociedade da “2ª Vaga” (Toffler, 1984), estão a chegar ao fim. Já não respondem às necessidades da maioria das populações e como tal, há que partir à procura de um desporto melhor que só será possível, se for capaz de associar as grandes transformações que estão a acontecer no desporto, à revolução global que está a acontecer nos domínios económico, social e político.

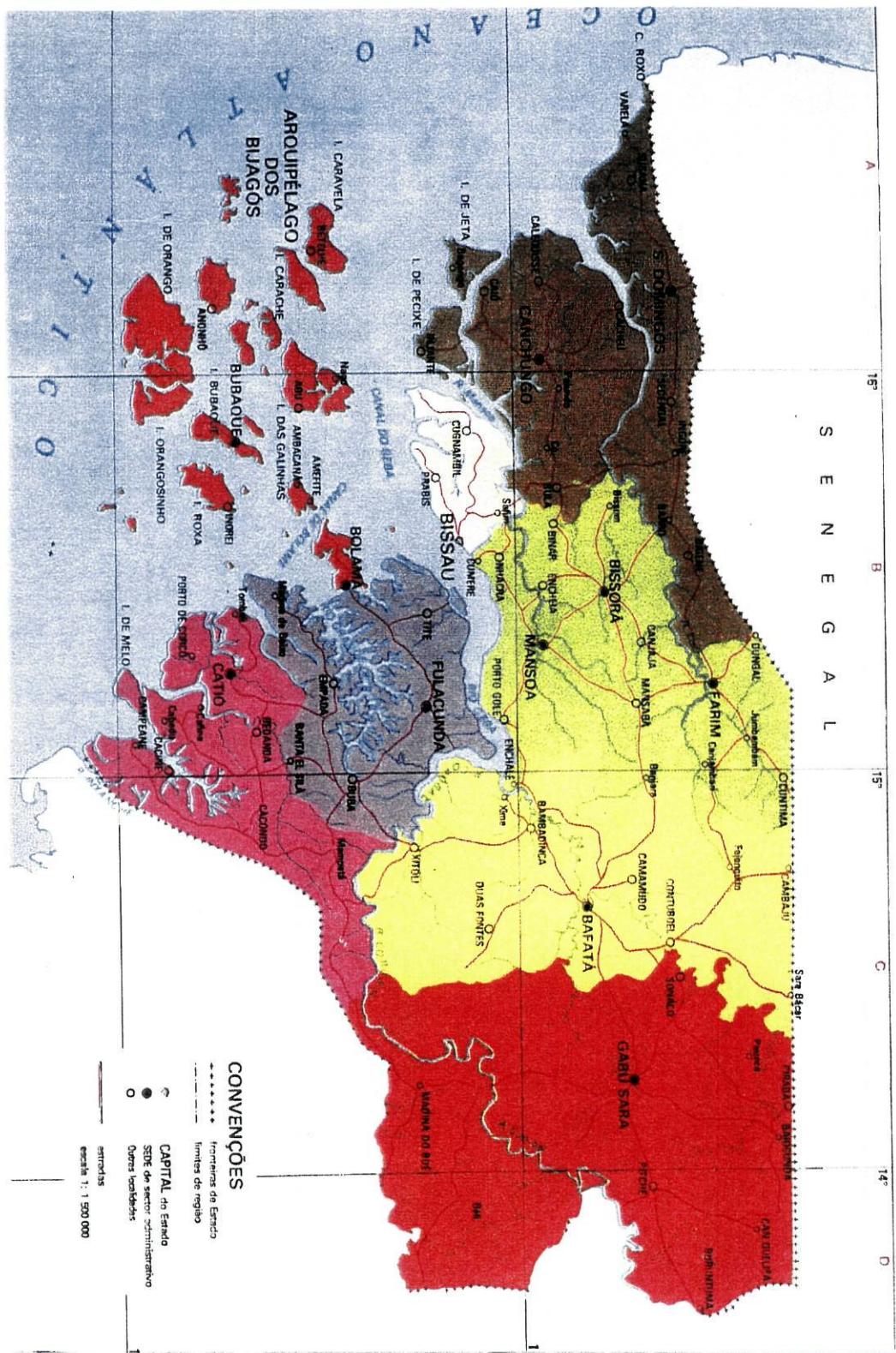
O desporto actual atravessa um processo de transformação que se caracteriza pela mudança de um paradigma organizacional construído na lógica da civilização industrial para um paradigma que será, supostamente, arquitectado numa lógica pró-industrial (Pires, 1995).

Segundo Constantino, (1990), a política para o desporto tem de reconhecer que o desporto serve a economia nacional como sector produtor de bens e serviços, como elemento gerador de emprego, como elemento indutor de influências ao nível da educação, da saúde, do turismo, do ordenamento do território. Hoje, o desporto é parte integrante das novas necessidades, comum a toda a humanidade, é uma componente essencial da cultura moderna, é um factor de desenvolvimento humano e um elemento insubstituível da formação humana.

E, é nessa perspectiva, que o presente estudo pretende avaliar na Guiné Bissau, membro da Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), a forma como o acesso ao desporto tem vindo a ser encarada pelos Governantes ao longo dos anos. Mas, para uma melhor contextualização da escolha do tema, faremos uma breve caracterização histórica do país:

REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU

30



2.1 Panorama político administrativo

O navegador português Nuno Tristão chegou as terras da Guiné em 1446. A partir de então, estabeleceram- se contactos contínuas com entrepostos na costa Ocidental da África. Colónia portuguesa desde então, a Guiné Bissau iniciou o processo da condução para a sua independência nos anos 60 deste século, através do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). A independência foi unilateralmente declarada em 24 de Setembro de 1973, vindo a ser reconhecida por Portugal a 10 de Setembro de 1974.

Administrativamente o país esta dividido em 8 (oito) Regiões e 1 (um) Sector autónomo, a saber as Regiões de Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e o Sector Autónomo de Bissau, a capital. As Regiões estão por sua vez divididas em Sectores (36 no total) e estes em Secções, compostas por “Tabancas” (aldeias). As Regiões e Sectores são dirigidos por Comités de Estado, encabeçados por um Presidente. As administrações regionais e sectoriais dispõem de escassos recursos para o seu financiamento, sobretudo materiais e humanos. A perspectiva das eleições autárquicas poderão eventualmente conduzir à implantação de verdadeiros órgãos autónomos com meios e poderes para promover a desejada planificação regional e local e respectiva execução com vista ao real desenvolvimento económico e social das regiões.

Com base na legitimidade histórica de ter conduzido a Luta de Libertação Nacional, o PAIGC atribuiu a si próprio o estatuto de única força política dirigente da sociedade, à imagem de muitos estados africanos recentemente criados. Essa situação prevaleceu até 1991, com a aprofundação da liberalização política que permitiu grandes mudanças após o início do processo de democratização na instauração progressiva de um estado de direito, nas revisões constitucionais feitas em 1991 e 1993 que reconhecem a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, proporcionando um quadro mais favorável à harmonização da organização administrativa dos diferentes Ministérios. O seu ponto alto foi marcado com a realização de eleições pluralistas no segundo semestre de 1994, ganhas pelo o PAIGC por maioria absoluta e por conseguinte formado o governo.

2.2 Panorama Geográfico

A República da Guiné Bissau fica situada na Costa Ocidental da África, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete. Tem fronteira, a norte, com Senegal, a

Leste e Sul com a República da Guiné Conakry e a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. A sua superfície total é de 36 125 Km² dos quais apenas 27 700 Km² constituem a superfície emersa devido à fraca elevação do país, relativamente ao nível médio das águas do mar; as marés penetram no interior até cerca de 150 Km, fazendo com que algumas áreas fiquem parcial ou totalmente inacessíveis durante parte do ano.

Além do território continental, o país é constituído por uma parte insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 40 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitados, separado do continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

Podem-se identificar essencialmente três zonas, uma costeira no Oeste, uma de transição no centro, caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados e uma zona de planalto e de colinas na Região de Boé.

Na Guiné Bissau, verificam-se duas estações climáticas, uma seca que vai de Novembro a Abril e outra de chuva que se estende de Maio a Outubro, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos. No Norte-Leste o clima é de muito calor e pouca humidade, enquanto no Sul o clima é caracterizado por uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. A precipitação pode alcançar níveis aproximados de 2500mm/m² no Sul, enquanto no Norte têm sido registadas precipitações da ordem dos 1400 mm/m².

2.3 Panorama sócio-demográfico

O Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em dezembro de 1991 pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censo apresenta o número aproximado de 979.203 habitantes, representando um aumento de cerca de 215 628 pessoas em relação ao censo anterior (1979) e uma taxa de crescimento médio anual de 2.3%, no período entre 1979 e 1991. Trata-se assim de um país com uma densidade de 30 habitantes por Km². A taxa média de crescimento anual da população do Sector Autónomo de Bissau (SAB), permite confirmar as tendências sempre crescentes do êxodo rural, e representa 5% superior ao dobro da taxa média global. As mulheres representam 51.6% da população contra 48.4% de homens. A esperança de vida à nascença é uma das mais baixas do continente africano, a saber 43 anos homens e 35 anos mulheres (1990).

Culturalmente observam-se dois grupos principais, os animistas ¹(54%), que predominam nas zonas costeiras e os muçulmanos (38%) no Leste, e há uma maioria de cristãos predominantemente católicos. Entre os animistas o grupo maior é representado pelos balantas (27%), que são igualmente o maior grupo étnico do país; os demais grupos são constituídos por fulas (22%), mandingas (12%), manjacós (11%), pepéis (10%), mancanhas, Bijagós, beafadas, felupes, nalús, entre muitos outros (18%). Relativamente a composição etária, até aos 14 anos representa 43% da população; Dos 15 aos 64 anos: 52% e com mais de 65 anos 5%. A população activa é de 47,5%; a população activa rural 76,3%, e a população activa urbana de 23,7%.

Os muçulmanos são essencialmente representados por fulas, mandingas e beafadas. A presença de tão grande diversidade étnica determina a existência de um mosaico linguístico no qual se podem reconhecer cerca de 32 línguas.

O crioulo, simbiose das línguas dos povos colonizadores, o português muito particularmente, e as línguas autóctones desempenhou durante a Luta Armada de Libertação Nacional um papel de extrema importância como factor de comunicação e unificação; é actualmente considerado língua franca do país, na medida em que é falado por mais de 50% da população, sobretudo urbana.

2.4 Panorama económico do país e sector de actividade

A Guiné Bissau está classificada entre os países menos avançados, com um PNB inferior a 240 USD/habitante. O relatório Mundial sobre o desenvolvimento humano de 1995 coloca a Guiné Bissau no 163º lugar num total de 174 países, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,212 (PNUD, 1996).

Os sistemas de produção no país representam estratégias de sobrevivência com a finalidade de assegurar uma renda familiar adequada. Assim as principais actividades são a agricultura, a criação de animais e a pesca. Tanto na zona rural como urbana a força de trabalho reside nos adultos, e nos filhos maiores, constituindo pouco mais de metade da população, (a percentagem da população potencialmente activa, dos 15 aos 45 anos é de 53.4%) (INEC, 1991).

Os produtos estratégicos para a exportação são o peixe, a madeira e a castanha de caju; ainda que ocupando uma posição menos importante são ainda exportados o óleo de palma, o coconote, o algodão e outros produtos agrícolas, sobretudo para os países

¹ Pessoa que processa a doutrina de atribuir às coisas uma alma análoga à alma humana.

vizinhos através das fronteiras terrestres. Poderão constituir importante contribuição para a economia a exploração de bauxita e de petróleo.

Um dos problemas maiores da economia do país reside na fraqueza das suas infraestruturas e estruturas de produção, tanto agrícolas como industriais. O nível embrionário do desenvolvimento industrial, aliado a uma agricultura fortemente centrada no principal produto de exportação, a castanha de caju, condiciona o país a satisfazer as suas necessidades em bens de consumo através da importação. O nível modesto das explorações provoca um desequilíbrio da balança comercial. Em 1994 o déficit era de 9,6 milhões de USD.

Outro problema importante da economia guineense é o peso da dívida pública que é actualmente cerca de 900 milhões de dólares americanos. A dívida comercial foi reduzida de 26% a 5% entre 1987 e 1994, enquanto as dívidas bilaterais e multilaterais aumentaram respectivamente de 50% e 45%.

Apesar de continuarem a ser os principais sectores económicos do país, a agricultura e a indústria acusam uma diminuição notável da sua contribuição ao PIB, a favor do comércio, dos serviços e da construção.

Nos primeiros cinco anos de governação na Guiné Bissau a planificação da economia foi marcada por estruturas, métodos e princípios extremamente centralizados, com a adopção de políticas cambiais irreais, a assunção de custos de um sector público não produtivo, o pagamento de importações sem a contrapartida de uma adequada renda nacional e de um investimento sólido no sector mais produtivo, o agrícola. Foi inevitável uma crise macro-económica séria, traduzida por enormes déficit orçamentais, financiados cada vez mais pelo Banco Central, e uma dependência crescente do financiamento externo, contribuindo para alimentar a inflação. Essa crise engendrou uma mudança na liderança política em 1980 e o primeiro período de estabilização económica e ajustamento estrutural.

Com a adopção do 1º programa de Ajustamento Estrutural (PAE), 1987–1989, iniciou-se uma nova fase de governação que enveredou por uma orientação económica de tipo liberal, em que o Estado se desengaja de certas funções a favor do sector privado e da sociedade civil, preferencialmente numa visão de curto prazo. É assim suprimido o monopólio do comércio e o controle dos preços pelo Estado, salvo os relativos aos produtos derivados do petróleo; o Banco Central inicia uma reforma financeira, com a separação das funções do Banco Central, de financiamento do comércio e de

financiamento do desenvolvimento (Guiné Bissau, Conferência da Mesa Redonda, Genebra, 29- 30 Nov./94).

O segundo PAE (1990), cujo objectivo era implementar as reformas sociais, monetária, financeira e as privatizações, foi suspenso em 1992 devido à falta de cumprimento das condições exigidas, principalmente as relativas às políticas financeiras.

Em 1993 os indicadores revelam ainda uma inflação galopante e uma grande depreciação do Peso Guineense no mercado paralelo, uma acumulação considerável dos atrasados da dívida e uma compressão da actividade económica, pelo que as autoridades decidiram implementar o « Programa Sombra » que permitiu a estabilização de equilíbrio macro-financeiros e estruturais, cuja execução foi seguida pelos serviços do FMI, tendo resultado numa melhoria substancial da situação, a saber: a redução da taxa de expansão da massa monetária de 111% (1992) a 40,5% (1994), a redução da distorção das taxas de cambio, a redução das despesas públicas, o aumento da taxa de crescimento real da economia de 2.75%, a queda da taxa de inflação para 30% (88% em 1992), a redução do déficit das operações correntes com o estrangeiro, apesar da deterioração dos termos de troca (idem).

No entanto a não implementação de medidas fiscais complementares previstas, contribuíram para a redução das receitas públicas; as reformas da função pública e das empresas privadas foram conduzidas a um ritmo mais lento do que previsto. A dívida externa é equivalente ao triplo do PIB e o serviço da dívida externa é equivalente a 100% das exportações de bens e serviços não factoriais.

O governo reconhece que apesar dos progressos atingidos em 1993, subsistem desequilíbrios macro-económicos consideráveis que o obrigam a prosseguir a aplicação de uma política financeira restritiva, combinada com medidas estruturais severas para que o país possa atingir os objectivos do crescimento satisfatório, de estabilidade dos preços de diversificação das exportações e, ulteriormente de viabilidade externa, tendo elaborado neste sentido, em junho de 1994, em conjunto com o Banco Mundial e o FMI, o Documento Quadro de Política Económica e Financeira para 1994-1997 (PEF).

Em Janeiro do corrente ano (1997) foi formalizada a integração do país na União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA) e na União Monetária Oeste Africana (UMOA). A data oficial para o início da mudança da actual moeda (peso) para o franco CFA ² é o dia 2 de Maio de 1997. Durante o período de adaptação, verificou-se o recrudescimento de algumas dificuldades financeiras para as populações,

consequentemente de alguns problemas sócio-económicos posteriormente ultrapassados. Analisado todo esse percurso de instabilidade económica que teve grande reflexo negativo na qualidade de vida da população, da classe empresarial e por conseguinte da gestão económico financeiro do Governo guineense, comparativamente com situação actual, chegamos a conclusão de certa melhoria. A liberalização total dos preços, é um factor que apesar dos esforços realizados no que respeita aos aumentos salariais na função pública, continuam insuficientes relativamente ao aumento dos preços ao consumidor. Embora considerado um dos factores negativos que ainda flagelam a estabilidade económica do País, com repercussões negativas na saúde, na qualidade da alimentação, os esforços de escolarização e de prática desportiva curricular e extra curricular, etc., assiste-se hoje a certa estabilidade e rigor na gestão.

A concretização de um processo de democratização, cria condições favoráveis á liberalização da capacidade dos cidadãos, com a probabilidade de uma maior intervenção na condução dos destinos do País. A própria sociedade civil, na sequência do processo de democratização, está reagindo ao procurar pelos seus próprios meios e complementando a acção do Estado, desenvolver-se económica e socialmente. O aumento de número de organizações não governamentais voluntárias para o desenvolvimento, das associações económicas de base e os comités populares, são elementos demonstrativos do empenho da população em tomar parte no processo de desenvolvimento do País.

2.5 Panorama da alfabetização, educação, formação e acesso á informação

A Guiné Bissau é um país que apresenta uma taxa de analfabetismo de adultos da ordem dos 80% e uma taxa de escolarização de 40% (MINSAP/GB-PNDS-1998). A imprensa escrita atinge obviamente uma pequena parte da população alfabetizada, essencialmente concentrada na capital, ainda assim com extrema irregularidade. A alfabetização está inserida no sistema de ensino de adultos e jovens em dois níveis, o formal e não formal. O nível formal opera através dos cursos nocturnos, cujos programas carecem ainda de adaptação aos interesses e perfis dos grupos alvos; visa atender os adultos que pretendem ser alfabetizados, mas devido à insuficiente capacidade do ensino diurno, acaba por absorver também as crianças, contribuindo desta feita para abandonar a

² Comunidade Franco Africana

prática de Educação Física como disciplina curricular determinante na sua formação integral, aumenta os riscos de práticas nocivas (tabaco, álcool, vida nocturna, etc.), assim como de violências contra as raparigas, gravidez/maternidade precoce e abandono escolar por parte das raparigas. Razões ligadas ao pecário fornecimento de energia eléctrica limitam o funcionamento dos cursos nocturnos à capital.

O nível não formal foi caracterizado em 1976 pela campanha de alfabetização, cujo objectivo era alfabetizar mais de 505 adultos e permitir aos camponeses retomarem a sua vida política, sociocultural e possibilidades económicas e financeiras das famílias. Uma das finalidades da campanha era favorecer o aumento da produção e da produtividade. Os resultados evidenciaram-se muito aquém dos esperados, tendo a causa fundamental sido atribuída a problema da língua de ensino, o português, que não é falado pela esmagadora maioria da população (apenas 10% da população fala português / Texto de Ximenes, (1999) “Guiné Bissau Desesperadamente a procura da paz!”).

De 1980 até à data presente a alfabetização tem sido inserida em outros projectos e programas sociais e/ou de desenvolvimento, nomeadamente os projectos de Desenvolvimento Rural Integrado, mais conhecido por « alfabetização funcional;». Além do português, o crioulo e outras línguas locais têm sido utilizadas na alfabetização, consoante o perfil dos beneficiários e a finalidade do processo de ensino. A alfabetização continua a ser uma das prioridades no âmbito da definição da política de ensino no país e várias iniciativas muito recentes, ligadas sobretudo ao desenvolvimento do movimento das Organizações Não Governamentais (ONG) preconizam o relançamento desta acção, integrando outras componentes sociais e económicas de forma mais efectiva, tais como saúde, nutrição, planeamento familiar, economia doméstica, contabilidade e gestão financeira, etc.

Os canais de mass-média são ainda muito limitados no país. Teoricamente a Rádio Difusão Nacional (RDN) deveria cobrir todo o território nacional, operando em AM e FM, mas na realidade atinge a capital e uma pequena percentagem da população rural. Em 1995 verificou-se uma explosão de rádios privadas, existindo actualmente quatro, sendo uma das quais comercial, dois privadas, uma estação da Rádio frança Internacional (RFI) e uma da Rádio Difusão Portuguesa (RDP). Começam e emergir também as rádios comunitárias, existindo actualmente um no Bairro de Quelélé em Bissau, um em São Domingos (norte) e um em Cubucaré (sul), todas instaladas com o apoio de uma ONG nacional.

As rádios privadas não garantem por enquanto a cobertura de todo o país e apresentam um nível ainda incipiente de programas de informação e educação de massas.

A cobertura da Televisão da Guiné Bissau (TV-GB) deveria também cobrir todo o território nacional mas a sua cobertura efectiva reduz-se à capital e outros centros urbanos do interior do país. Dos 300 aparelhos financiados pelo governo português, foram instalados menos de 50 televisores comunitários e grande parte encontram-se confrontados com problemas de manutenção.

2.6. Panorama histórico do desporto guineense

A história do desporto guineense, pode ser dividida em duas partes bem distintas a saber:

Antes da independência Nacional;

Depois da Independência Nacional.

Relativamente ao período anterior a Independência, a prática desportiva na Guiné Bissau, era reservado quase em exclusivo para quem tivesse o privilégio de frequentar o único Liceu, que existia no País, na capital Bissau, e assim participar nos torneios e campeonatos organizados pela então Mocidade Portuguesa.

Aqueles que não tivessem a oportunidade de frequentar o estabelecimento de ensino atrás mencionado, tinha de ser bom executante para no quadro da política de enraizamento e expansão da acção dominadora da força armada portuguesa, onde a mobilização e integração da juventude nas fileiras das forças armadas era dos objectivos de importância transcendental, tendo assim o desporto nos quartéis e fora delas, determinante ao êxito do processo. A evolução do fenómeno integrado na política da “Guiné Melhor” adoptada pelo General António Espínola, veio a permitir na sua fase avançada a construção de clubes sediadas nas capitais das principais cidades regionais, tendo assim viabilizado a realização a posterior de competições nacionais de Futebol.

Os privilégios eram tanto que ganhavam-se nas forças armadas em situação que, sem paradoxo, chamados de «despromoção» militar. É que, para além de todas as imensas e tradicionais facilidades, ao longo do tempo de serviço, eles eram poupadados às «missões de soberania». Afinal, as razões justificativas eram as mesmas: a sua indispensável contribuição, quando era o caso, para as «guerras» dos campeonatos desportivos, de clubes e selecções da então Província Portuguesa. Sobretudo para mostrar, no

estrangeiro, a multiracialidade portuguesa, do interesse popular pelo futebol, na observação directa dos jogos, nas fotografias de imprensa escrita, nas reportagens televisivas, etc.

Por outro lado, a iniciativa popular representada por um punhado de homens encabeçados pelo imortal líder, Engenheiro Agrónomo Amílcar Lopes Cabral, na perspectiva de desencadear a luta contra a ocupação colonial, em 1953 desencadearam uma actividade insurreccional de mobilização da juventude que permitiu a fundação em 1956 do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), para aquela que nos anos posteriores viria a ser a guerra pela Independência Nacional. Para atingirem os objectivos preconizados e fazer correr a mensagem com maior rapidez, eficiência e abrangência, optaram por criar as chamadas Associações Culturais e Desportivas, cuja primeira fase em Bissau, com uma ramificação posterior em todo o país. Assim foi que começou a prática desportiva promovida por essas Associações, que pressionados pela acção da Pide não viriam a ter muita duração, não obstante terem atingido grandemente os objectivos idealizados.

Devo todavia dizer que os não abrangidos pelas três vertentes (Liceal, Militar e Associativa-política) se contentavam em esporadicamente e assim que as condições o favoreçam, jogar futebol nas equipas improvisadas dos bairros e/ou Tabancas.

Como modalidade desportiva, era e é o futebol a única que se praticava um pouco por todas as regiões, contudo em Bissau já se praticava o Basquetebol, Atletismo, Voleibol, entre outras modalidades possíveis no momento.

Essa prática era esporádica e não havia na altura um organismo que se encarregasse da mesma pelo que a iniciativa estava entregue exclusivamente aos chamados “meninos da praça”.

Nos meados ou melhor finais dos anos cinquenta, o desporto guineense começou a ter um outro cariz e a prática foi-se alastrando um pouco por todo o lado.

Após a Independência Nacional, começou a gerar-se nos Dirigentes (políticos) a preocupação de se desenvolver o desporto, permitindo a sua prática a todos os cidadãos (a tão falada massificação), notando-se aqui a influência dos Países do Leste.

Contudo, as inúmeras carências existentes no País, não permitiram que o Governo pusesse em prática os objectivos traçados, voltando o seu interesse para as áreas como a educação, a saúde, a agricultura, etc., áreas consideradas vitais para o bem estar das populações e para a afirmação do País como Nação Independente.

Além dos problemas supramencionados, outros factores não menos importantes, estiveram na base do fraco desenvolvimento pós Independência, tais como a falta de experiência a nível da organização, administração e gestão de recursos, a falta de recursos humanos qualificados (técnicos e dirigentes), a quase inexistência de infra-estruturas desportivas e a escassez de materiais, tudo isso acompanhado por uma certa indefinição de uma política desportiva, levaram o desporto guineense nos primeiros anos de Independência a cair num grande marasmo.

A dependência que o desporto guineense sempre teve do Estado quer a nível da construção de infra-estruturas, quer a nível da formação, tirou hipóteses ao desporto de se desenvolver pelos seus próprios meios, não dando lugar à criação de agentes no mercado de bens e serviços desportivos.

Apesar de uma fraca organização, foram dinamizados e criadas comissões Instaladoras das Federações que tiveram uma árdua tarefa de organizar os novos clubes que iam surgindo assim como não podia deixar de ser, criar um quadro competitivo que satisfizesse no mínimo as exigências que iam surgindo no dia a dia do desporto guineense.

Não obstante as dificuldades imperantes, realizaram-se campeonatos e torneios regionais e nacionais, e Guiné Bissau começou a estar presente nas competições organizadas a nível da Zona de Desenvolvimento Desportivo N ° II do Conselho Superior do Desporto em África, a nível das ex-colónias portuguesas, da francofonia, entre outros.

A falta de materiais e equipamentos e a carência de técnicos formados na área da Educação Física e dos Desportos, começa a ser solucionada com a assinatura de acordos de Cooperação com Países como a ex-URSS, Cuba, ex-RDA e RFA, Portugal, França, e outros, o que veio a ajudar sobremaneira a cobrir parte do déficit existente no sector.

A partir de 1980, começam a regressar ao País, os primeiros quadros no sector de Educação Física e Desportos, formados após a Independência e que junto aos poucos que já se encontravam no País, e aos que foram saindo da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), fundada em 1979, vão suprir em parte as carências que existiam a nível das escolas fundamentalmente. O que quer dizer, que esses quadros pertencentes à Direcção Geral de Ensino, sobretudo aqueles que foram colocados nas regiões, apesar das carências que em quase todas elas eram muito mais gritantes, conseguiram de certa forma ajudar na organização do Desporto Nacional, trabalhando com certo grau de científicidade possível e desmistificando o empirismo reinante.

Em 1981 é criada a Direcção Geral dos Desportos (DGD) que começa o seu pleno funcionamento aproximadamente um ano depois.

Por exigência das Federações Internacionais, a Guiné Bissau vê-se obrigado a filiar-se nas mesmas para poder participar em Competições Internacionais. Para isso, o Estado, sob proposta da Direcção Geral dos Desportos (DGD) e por despacho do então Secretário de Estado, após várias reuniões de consenso no meio desportivo local, cria as Federações e nomeia os membros dos seus corpos gerentes, o que se por um lado permitiu a participação do País nas Competições Internacionais, por outro lado veio a dificultar a organização interna do desporto. Ficando assim patente e de forma clara a ingerência directa do Estado na problemática do desporto nacional.

Começam a surgir um pouco por todo o lado, instalações desportivas, polivalentes construídos no quadro de protocolos de acordo, outros construídos com o apoio do Estado através da Direcção Geral dos Desportos e alguns da época colonial recuperados. Apesar de ainda reinar uma deficiente organização, por pressões surgidas dos vários quadrantes desportivos nacionais, o Governo, viu-se na necessidade de realizar em «Julho de 1981 a I^a, em Janeiro de 1985 a II^a e em Maio de 1997 a III^a Conferências Nacionais do Desporto », reuniões que congregaram dirigentes, treinadores, professores de Educação Física, atletas e outras entidades ligadas ao desporto, a todos níveis, tentando encontrar soluções para os problemas do desporto guineense.

Efectivamente, dessas reuniões várias foram as directrizes traçadas e que deram um novo fôlego ao nosso desporto, sendo a última sob o lema “Legislar o Desporto Nacional, Tarefa de Todos Nós”, destinada exclusivamente a discussão e aprovação do documento “Leis de Base do Sistema Desportivo”, que ainda aguarda pela aprovação da Assembleia Nacional Popular (ANP).

É assim que se começa um pouco por todo o País a fazer a formação de agentes desportivos (dirigentes, treinadores, monitores, árbitros, juizes e atletas), o que a curto prazo colmatou algumas lacunas até ainda existentes.

Neste momento, o Futebol é a modalidade desportiva mais praticada na Guiné Bissau, não só a nível federado mas também a nível recreativo, dado que se pratica com uma certa regularidade pois existem campeonatos regionais e nacionais, todos os anos. Pratica-se ainda em regime de competição e com alguma regularidade o Andebol, Atletismo, Basquetebol, Ténis, Luta e Voleibol.

O Futebol de Salão (5) é a modalidade desportiva não federada, que se pratica em todo País e a todos os níveis (escolas, empresas, serviços, organizações sociais e de massas,

etc.), chegando mesmo a haver torneios durante quase todo o ano, sem no entanto, estar enquadrado em qualquer organização específica.

Outras modalidades como o ciclismo, o boxe, o judo, têm uma prática esporádica, pois são praticadas geralmente poucas vezes por ano, as vezes por ocasião de algumas comemorações regionais e/ou nacionais.

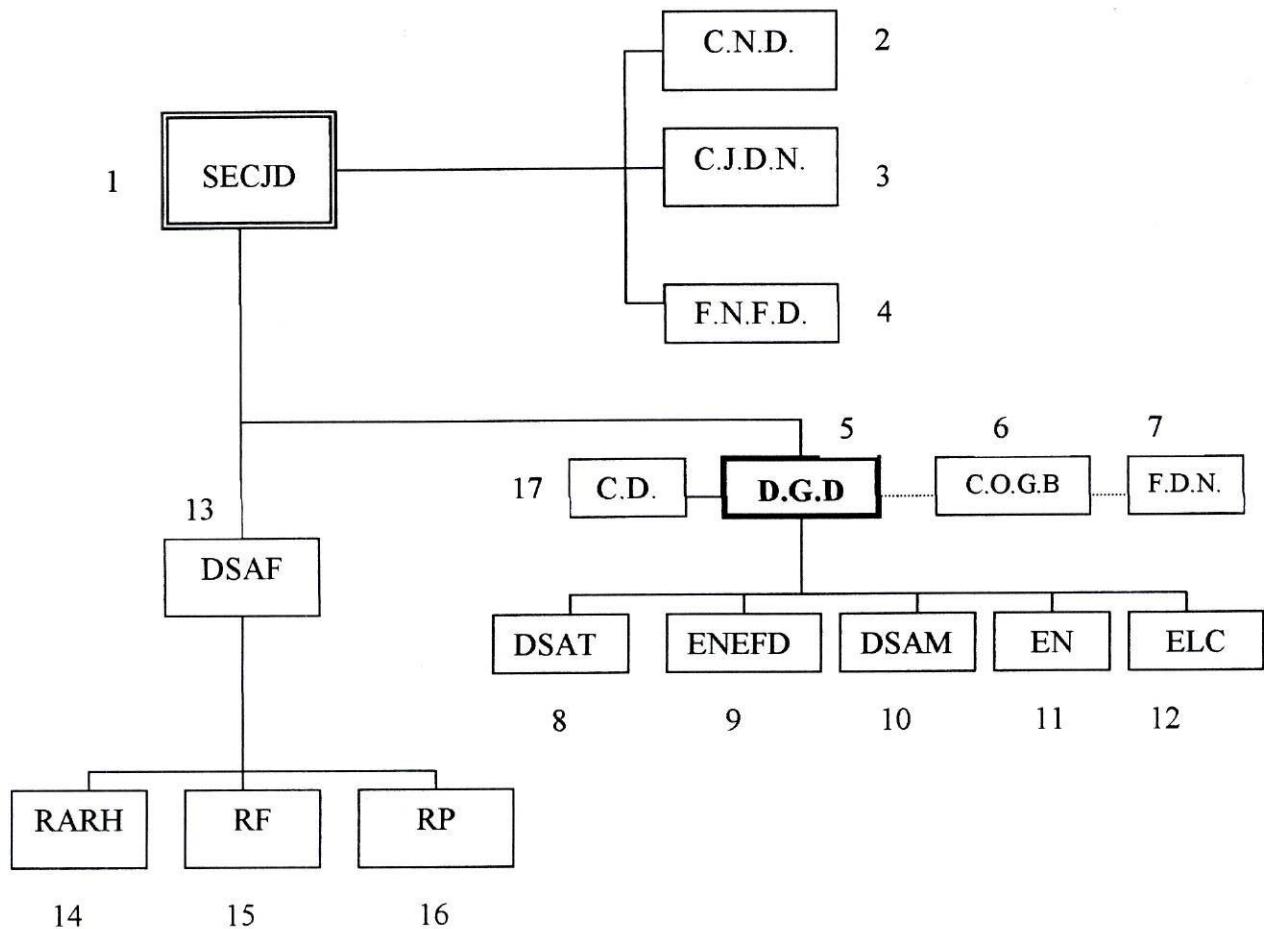
Verifica-se que o interior das regiões são as zonas do País que possuem uma actividade desportiva incipiente, pouco diversificada, assente quase toda ela na prática do Futebol. Apesar dos pequenos avanços já verificados no sector, pode considerar-se o desporto guineense numa fase embrionária, identificando-se carências do lado da oferta de bens e serviços desportivos e recreativos nos seguintes níveis:

- Organizativo
- De infra-estruturas
- De quadros técnicos
- De enquadramento legal e regulamentar
- De financiamento e
- De organização, administração e gestão.

Para uma melhor compreensão das preocupações levantadas, apresentamos o organograma desportivo da Guiné Bissau.

ORGANIGRAMA

DIRECÇÃO GERAL DOS DESPORTOS



LEGENDA

- 1 Secretaria de Estado da Cultura Juventude e Desportos.
- 2 Conselho Nacional de Desporto.
- 3 Conselho Jurídico Desportivo Nacional.
- 4 Fundo Nacional de Fomento Desportivo.
- 5 Direcção Geral dos Desportos.
- 6 Comité Olímpico da Guiné Bissau.
- 7 Federações Desportivas Nacionais.
- 8 Direcção dos Serviços de Apoio Técnico.
- 9 Escola nacional de Educação Física e Desportos.
- 10 Direcção de Serviços de Apostas Mútuas.
- 11 Estádio Nacional “24 Setembro”.

- 12 Estadio “Lino Correia”.
- 13 Direcção dos Serviços Administrativo e Financeiro.
- 14 Repartição Administrativa e Recursos Humanos.
- 15 Repartição de Finanças.
- 16 Repartição de Património.
- 17 Conselho Directivo da Direcção Geral dos Desportos.

OBS: os organismos que se encontram a tracejado no organigrama, funcionalmente não têm dependência directa da DGD. Os órgãos constantes nos pontos N ° 2 e 3, nunca funcionaram ou tiveram um funcionamento um tanto ou quanto teórico de existência documental.

2.7 Panorama turístico e a promoção do desporto

O turismo pode constituir-se como um sector estratégico da economia nacional e a actividade económica mais importante de uma região com grandes potencialidades de promoção e desenvolvimento desportivo de um país que permita, através do sector terciário, induzir nos sectores secundários e primário estímulos de expansão e racionalização das estruturas produtivas susceptíveis de intensificar o desenvolvimento económico Baptista, (1990). Esse desenvolvimento é produzido de uma forma mais rápida e eficaz do que a conseguida pelos restantes processos, através de programas de desenvolvimento de turismo rural e de habitação, em lugares atractivos que possam dar os seus frutos e a estimulação económica pela região abrangida na criação de emprego, na construção de infra-estruturas e no aumento da qualidade de vida das populações Knop, (1992).

Em função destas intervenções regionais, com o sentido de potenciar os recursos existentes, destacamos a reflexão apresentada por Sirgado (citado por Pereira, 1998³): “devemos pensar globalmente e agir localmente”. Nesta óptica, o local e particularmente as regiões mais desfavorecidas, mas que oferecem potencialidades turísticas, são o local privilegiado das acções dos agentes turísticos, de molde a adquirirem capacidade concorrencial num plano global.

Na Guiné Bissau, o turismo é hoje um sector em desenvolvimento e que se apresenta promissor. O país tem alguns pontos regionais considerados de interesse turístico, dos quais se destacam a praia de Varela (na parte continental norte) e o arquipélago dos

Bijagós um dos locais maravilhosos de toda a África. Com cerca de 40 ilhas e ilhotas, de águas calmas e diferentes umas das outras, o arquipélago dos Bijagós oferece um conjunto riquíssimo em paisagens, etnografia e magia. É a reserva da biosfera mundial e um verdadeiro “ex-libris“ onde a poluição industrial e comercial são uma miragem. É sem dúvida a maior resort turística do país. As águas destas ilhas e ilhotas demonstram sem dúvida, uma apetência a oferta ao turismo desportivo caracterizado hoje em quase todo o mundo pelo consumidor como factor preponderante na escolha do local de férias. É considerado como uma actividade tradicional em termos de ocupação dos tempos livres de férias e fins de semana. A prática generalizada de novos desportos provocaram também a conquista desta zona com um potencial turístico desportivo onde os desportos mais comuns são os desportos náuticos velas, canoagem e embarcações motorizadas, entre muitos outros, assim como a pesca de espécies preciosas e nadar sem medo. Por isso, segundo Pires, (1993), o turismo é um sector fortemente ligado à economia do desporto.

A Guiné Bissau dispõe de unidades hoteleiras e complexos turísticos, tanto no continente como no arquipélago dos Bijagós. Existem cerca de vinte hotéis em todo o país, a maioria em Bissau. Os de Bissau são caracterizados essencialmente pelo chamado turismo urbano, onde as actividades de tempo livre e de lazer que desenvolvem na cidade num tempo mais ou menos alongado que pode ir de um fim de semana até uma ou mais semanas, possibilita: visita urbanística, histórico-monumental, ou museológica; visitas a exposições; manifestações culturais ou artísticas, compras em grandes espaços comerciais e a gastronomia onde se pode apreciar uma cozinha riquíssima em sabores, na qual sobressaem o peixe e o marisco. Como pratos tradicionais podemos destacar o Caldo de Mancara (amendoim); o típico Chabéu, e o Brinde de peixe. A Guiné Bissau também se distingue pela qualidade das ostras e pelos saborosos frutos. Em algumas unidades hoteleiras do interior do país, se pode praticar o turismo de aventura, praticando todo tipo de actividade física possível em plena natureza, actividades essas que se dividem em Desportos de Aventura (canoagem, escalada, bicicletas de todo o terreno, tiro com arco, caça desportiva, etc.); e as Viagens e Circuitos de Aventura cujos itinerários e circuitos oferecem dificuldades tais como:

³ Espaços de influência tropical, onde o sol e a praia, a beleza paisagística, espaços naturais protegidos, meio rural, serras, montanhas são os factores que desencadeiam o fluxo turístico.

descidas de rios, no caso concreto do rio Saltinho onde se prevê a construção da futura barragem hidroeléctrica, travessias de zonas montanhosas, etc.

Em Bubaque, a capital da ilha do mesmo nome, existe um pequeno aeroporto que possibilita carreiras regulares desde Bissau. O acesso por via marítima é o que constitui ainda uma das grandes limitações em termos da exploração turística, pela pouca afluência das embarcações de passageiros provenientes de Bissau.

No que diz respeito ao artesanato, a “estatuária” é uma das manifestações artísticas mais importantes, sendo a arte Bijagó e a Nalu o expoente máximo de originalidade e criação, com as máscaras policromas em que a influência da religião e do misticismo estão bem patentes. Também a tecelagem é já, hoje, reconhecida internacionalmente. Contudo, está na dança a verdadeira expressão dos diversos grupos étnicos, com complexas coreografias de bela expressão estética e magnífica decoração. Como se pode constatar, esta pequena cidade é em parte caracterizada pelo turismo cultural onde o conjunto de actividades que se desenvolvem facilitam conhecimentos ao turista, de modo a aumentar a sua cultura, na perspectiva de tempo livre e lazer.

Segundo nos afirma Sallente (citado por Pereira, 1998), entre o desporto e o turismo existe já uma relação muito proveitosa. Para além do interesse intrínseco que tem esse possível desenvolvimento, o binómio desporto/turismo pode dar frutos importantes e abranger um campo muito alargado de actividades económicas, que passa obrigatoriamente por uma nova classe profissional e empresarial.

O desporto se caracteriza por um conceito amplo e aberto, gerador de benefícios para os indivíduos e para a sociedade. Relativamente ao turismo, pensamos que está num ciclo de redefinição semântica, em que se procura aliar a sustentabilidade ao desenvolvimento do fenômeno turístico e em que as fronteiras conceptuais existentes entre este fenômeno e outros como o desportivo, o cultural, o ambiental entre outros, são cada vez mais de interface, na senda da criação de mais valias.

Neste contexto, a animação turístico/desportiva poderá tornar-se num novo pólo de desenvolvimento económico, contribuindo para tal numa tomada de consciência por parte de técnicos especializados, com capacidade de gestão empresarial, papel esse que bem pode ser assumido por profissionais de Gestão Desportiva ou de Educação Física e Desporto.

CAPÍTULO IV O ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO DESPORTO NA GUINÉ BISSAU

4.1 Legislação desportiva consagrada na constituição.

A primeira Constituição da República da Guiné Bissau, publicada no Boletim Oficial N ° 1 de 4 de Janeiro de 1975, aprovada unanimemente pela Assembleia Nacional Popular, reunida na sua primeira sessão no Boé, a 24 de Setembro de 1973, não contemplava um artigo em que a preocupação relativa a promoção e desenvolvimento da prática e difusão dos desportos se evidenciava. O motivo deveu-se aos seguintes factores:

Durante a época colonial na Guiné Bissau, como em Portugal antes do 25 de Abril de 1975, embora existindo legislações infra constitucionais, muito pouco e de maneira espaçada se falava do desporto. Herdada essa situação e, considerando o constante no Boletim Oficial supra mencionado, Lei N ° 1/73, aprovado pela Assembleia Nacional Popular, no exercício das atribuições e competências que lhe conferem os artigos 28 ° e seguintes da Constituição, determina:

Artigo 1 °: “ A legislação portuguesa em vigor à data da proclamação do Estado soberano da Guiné Bissau mantém a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à Constituição da República, às suas leis ordinárias e aos princípios e objectivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ”; o que em relação ao desporto, testemunha claramente a afirmação anterior.

A governação na Guiné Bissau nos primeiros cinco anos da independência, foi marcada por estruturas, métodos e princípios muito centralizados, a adopção de políticas cambiais irrealistas, o aumento de custos num sector privado não produtivo, o financiamento de importações sem contrapartida de uma aceitável renda nacional e de um investimento sério na agricultura, sector mais produtivo. Como consequência, foi inevitável uma crise macro-económica séria, traduzida por enormes déficit orçamentais e, uma dependência crescente do financiamento externo. Essa crise, condicionou uma mudança na liderança política com o levantamento político militar «Movimento Reajustador do 14 de Novembro de 1980» que permitiu, o primeiro período de estabilização económica e ajustamento estrutural.

O Partido reordenou a sua acção, corrigindo os erros que estavam a entravar a edificação de uma sociedade unida, forte e democrática, toma a decisão corajosa e oportunamente ao implementar o desafio da abertura democrática rumo à construção de uma

sociedade pluralista, justa e livre no sentido da instauração progressiva de um Estado de direito. Por isso, agindo como intérprete fiel da vontade do povo e no exercício das responsabilidades que lhe cabem como órgão máximo da soberania, a Assembleia Nacional Popular aprova e adopta, nos textos segundo a Lei Constitucional N ° 1/91, de 9 de Maio Primeira Revisão Constitucional, publicado no Suplemento ao B.O. N ° 18, de 9 de Maio de 1991, aprovado e promulgado em 16 de Maio de 1994, pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular, Carmem Pereira, Título 1 Princípios Fundamentais da natureza e fundamentos do Estado, no ponto N ° 3 do artigo 17 ° , o primeiro texto que ressalva certa preocupação dos legisladores face ao sector desportivo com o seguinte teor:

Incumbe ao Estado encorajar e promover a prática e difusão dos desportos e da Cultura Física.

No âmbito desportivo e no plano nacional, os acontecimentos que entre outros condicionaram de certa forma o surgimento deste texto foram os seguintes:

- 1 ° A criação do conselho superior dos desportos em 1977;
- 2 ° A criação dos serviços das apostas mutuas em 1978;
- 3 ° A criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) em 1979;
- 4 ° O regresso ao país dos primeiros quadros superiores de formação desportiva provenientes de Cuba em 1980;
- 5 ° A criação da Direcção Geral dos Desportos em 1981;
- 6 ° A construção e inauguração do Estádio Nacional 24 de setembro (único relvado com pista sintética) em 1987;
- 8 ° Com excepção da federação do futebol fundada em 10 de Setembro de 1974, a Direcção Geral dos Desportos cria condições a fundação em 1 de Outubro de 1988 das seguintes federações (Basquetebol; Andebol e Atletismo) com o objectivo de materialização da política de expansão, diversificação e massificação da prática desportiva formal no quadro da viabilização da prática desportiva nas suas três vertentes (desporto de lazer; desporto popular e o desporto de rendimento ou de alta competição);

No plano Internacional os acontecimentos mais marcantes foram:

1º O reconhecimento Internacional e alargamento da lista de países com que a Guiné Bissau mantinha relações de Estado, cuja legislação Constitucional, neste caso no âmbito desportivo deveria obedecer aos princípios e normas internacionais;

2º Portugal na qualidade de país colonizador, que só a partir do 25 de Abril de 1975 é quando se desencadeou o processo pré-constitucional que entre outros, o desporto passou a ser matéria no conjunto dos elementos integrantes. A primeira constituição veio a ser aprovada e promulgado no dia 2 tendo entrado em vigor no dia 25 de Abril de 1976, pelos Presidente da Assembleia constituinte, Henrique Teixeira Queiroz de Barros e da República, Francisco da Costa Gomes. Capítulo IV Direitos e deveres culturais, artigo 79 (cultura física e desportos), ponto único O Estado reconhece o direito dos cidadães a cultura física e ao desporto, como meios de valorização humano, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.

O texto do referido ponto, não teve influência directa no conteúdo do texto constante na primeira revisão constitucional da Guiné Bissau de 1991. Mas sim teve, o conteúdo do texto da primeira revisão constitucional portuguesa (1982), por a guineense se realizar anos depois; como consta no Capítulo III Direitos e deveres culturais, Lei constitucional N ° 1/82 de 30 de Setembro/82, aprovado na Assembleia da República em 12 de Agosto e promulgado em 28 de Outubro de 1982 pelo Presidente da República António Ramalho Eanes O Primeiro Ministro, Francisco José Pereira Pinto Balsemão, artigo 79 (cultura física e desportos), ponto N ° 2 Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as Associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Igualmente e, no quadro do cumprimento das preocupações supramencionadas, da nova governação com base na implementação da política sócio-económica e financeira de participação democrática que vise o desenvolvimento do país, assim como a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, a Assembleia Nacional Popular aprova como Lei fundamental e para vigorar a partir de 16 de Maio de 1994, a Segunda e última Revisão Constitucional da República da Guiné Bissau (1993) (no período que abrange o presente Estudo), aprovada em 27 de Novembro e promulgada em 4 de Dezembro de 1996, respectivamente pelos Presidente da Assembleia Nacional Popular Malam Bacai Sanha e da República, João Bernardo Vieira. Na referida Constituição, aparece mais uma vez no Título 1 Princípios Fundamentais Da natureza e

fundamentos do Estado, ponto Nº 3 do artigo 17º, o mesmo teor constante na primeira Revisão Constitucional:

Incumbe ao Estado encorajar a prática e difusão dos desportos e da Cultura Física.

A inspiração traduzida na realização da segunda revisão Constitucional, permitiu no plano nacional e na continuidade das realizações desportivas anteriores, a materialização dos seguintes projectos:

1º Fundação do Comité Olímpico da Guiné Bissau em 1992, e sua filiação no Comité Olímpico Internacional (COI) em 1994. Iniciativa essa que valeu para o país o financiamento e a primeira participação nos jogos Olímpicos de Atlanta/96 nas modalidades de (Atletismo e Luta);

2º Fundação de mais numero de federações desportivas nas seguintes modalidades: Federação Desporto Descolar e Universitário (FDEU-GB) 1993; Voleibol e Tenis/1998;

3º A filiação das seguintes federações nas congénères internacionais:

- Futebol, membro da CAF e da FIFA em 1979;
- Atletismo, membro da CAAA e da FIAA em 1991;
- Luta, membro da FILA em 1993,
- Andebol, membro da FIA em 1993;
- Basquetebol, membro da AFABA e da FIBA em 1994;
- Voleibol, membro da FIV em 1998.

Relativamente a essa filiação, o problema de maior tem sido o pagamento das quotas pelas respectivas federações. Factor condicionado pelas limitações orçamentais com que a maioria delas se depara pelo magro subsídio de funcionamento anualmente disponibilizado pelo Estado representado pela Direcção Geral dos Desportos e, com muito poucas probabilidades alternativas ao seu acréscimo. O que muitas das vezes não lhes permite beneficiar dos apoios financeiros, publicações, formação dos agentes desportivos, etc. assim como a participação nos eventos internacionais organizados por esta, sem contar muitas das vezes com exigências de tempos e marcas e/ou normativas de classificação como condição indispensável a participação em cada um dos eventos e que na maioria das vezes limitam a participação do país.

4º A fundação da federação do desporto escolar e universitário (FDEU-GB) em 26 de Outubro de 1993, teve como um dos objectivos fundamentais a reorganização deste a nível do ensino, assim como criar condições a realização dos jogos escolares nacionais num ciclo bienal, que para além do aspecto formativo e socio-educativo, permite em parte a selecção de valores para um trabalho mais especializado a nível federativo e orientado ao alto rendimento.

A nível competitivo e no âmbito da participação sub-regional, regional e internacional, o país teve as seguintes representações:

Taça Amilcar Lopes Cabral Zona II de Desenvolvimento do Conselho Superior de Desporto em África (CSSA) que de forma rotativa sob candidatura e decisão da reunião do conselho de Ministros, se disputa de três em três anos num dos países membro (futebol sénior). A primeira edição teve lugar em Bissau em 1975. Devo todavia informar que nunca foi ganha pela Guiné Bissau, embora por duas vezes na história da mesma ter disputado as meias finais;

Participação do país nas três edições dos jogos da Francofonia: Casablanca-Marrocos/1989 (Atletismo); Paris - França/1994 (Atletismo; Futebol sub/23; Luta e Basquetebol feminino); Madagascar/1997 (Atletismo; Luta e Basquetebol feminino). Em toda história dos jogos a Guiné Bissau nunca ganhou uma medalha.

Participação do país no XXXVIII congresso de Tokyo/91 e no Vº jogos Mundiais de Atletismo sem as mínimas de participação e por conseguinte sem medalha.

Participação do país nos jogos olímpicos de Atlanta/96 a nível do Atletismo e Luta, tendo eliminado nas eliminatórias.

Participação do país nas três edições dos jogos dos Países de Língua Oficial Portuguesa na categoria de sub/17, nas modalidades de (Atletismo; Basquetebol; Futebol e Ténis), com resultados em termos de medalhas acumuladas que nos permite ocupar o primeiro lugar na história dos jogos.

Participação nos VIº e nos VIIº jogos africanos nas modalidades de (Atletismo; Voleibol; Luta e Ténis).com medalha de prata na ultima edição (Luta).

Em suma, estes foram os acontecimentos mais marcantes que de certa forma condicionaram e/ou marcaram o virar da página no processo político desportivo desde a aprovação da Constituição até a segunda revisão constitucional da Guiné Bissau.

A 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular, abrindo uma nova fase de luta político-militar do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde), contra o colonialismo português, pela libertação total das nossas terras, tomava a decisão histórica de proclamar o Estado da Guiné Bissau. Nascia, assim, no termo de longos anos de uma luta plena de sacrifícios, a República da Guiné Bissau, Estado soberano, imediatamente reconhecido por dezenas de países do mundo inteiro, tendo consolidado posteriormente as suas posições no plano internacional, com o alargamento constante da lista dos países com que mantinha relações de Estado e com a sua admissão em diversos Organismos Internacionais. No plano interno, apesar da grande intensificação da guerra, o jovem Estado reforçou as suas estruturas políticas e administrativas, afirmando a sua soberania de maneira eficaz sobre vastas áreas do país.

As condições em que, durante o primeiro ano da sua existência, o nosso Estado teve de viver, não permitiram que a vasta matéria de elaboração jurídica criada pela intensa vida política e administrativa do país fosse fixada numa publicação oficial que servisse de referência a todos quantos, por razões de ofício ou outras, disso carecessem. O conhecimento das decisões dos órgãos do Estado era, em geral, assegurado através de textos dispersos enviados aos responsáveis dos vários níveis do Partido e do Estado, garantindo-se a sua divulgação entre as massas através da radiodifusão ou de reuniões em que as diversas medidas eram explicadas.

Hoje, com o país completamente libertado, a nossa República vive uma nova fase caracterizada pelo grande esforço em curso no sentido da criação de todos os instrumentos necessários à vida de um Estado moderno e voltado para o desenvolvimento. Impunha-se, portanto, dotar o país de uma publicação oficial. E não se viu inconveniente em que essa publicação tivesse a designação de «**Boletim Oficial**», que será mais uma afirmação da soberania do nosso povo, hoje totalmente livre na República da Guiné Bissau.

4.2 História de evolução da política desportiva nas estruturas desportivas da Guiné Bissau

4.2.1 APRESENTAÇÃO

A Assembleia Nacional Popular reunida nesta data na Região do Boé, no exercício das atribuições e competências que lhe conferem os artigos 28º, 36º e 37º da Constituição e publicado no Boletim Oficial N.º 1 de 4/01/75, Lei n.º 3/73, no âmbito da formação do I Governo, determina, a criação do Sub-Comissariado de Estado da Juventude e Desportos,

nomeando para o cargo, o Eng. Adelino Nunes Correia que tomou posse em 1974 tendo desempenhado as funções até 1977. Na primeira remodelação governamental efectuada sob proposta do Comissariado Principal da República da Guiné Bissau; no uso da competência atribuída pelo os artigos 36º, 40º e 41º da Constituição e, sob decisão do Conselho de Estado, promulgada pelo o seu Presidente e Chefe de Governo, Luís Cabral, para valer como Lei, publica-se no Boletim Oficial Nº 12 de 19/03/77, Decisão Nº 5/77, em 15/03/77, a extinção do Sub-Comissariado de Estado da Juventude e Desportos. Pela Decisão Nº 6/77, cria o Conselho Superior dos Desportos, nomeando ao cargo o Eng. Carlos Correia que tomou posse em 1977 tendo desempenhado as funções até 1980. Informado atempadamente de que o incremento do desporto nas suas variadas vertentes impõe grandes encargos financeiros, que os organismos próprios muitas vezes não estão em condições de suportar, pelo que se tornaria necessário criar receitas a esse fim;

Considerando que as apostas sobre actividades desportivas despertam bastante interesse e representam um contributo para o desenvolvimento desportivo, sob proposta do Conselho Superior de Desportos e, publicado no Boletim Oficial Nº 40 de 11/10/78, Decreto Nº 31/78, o Conselho dos Comissários de Estado, no uso da competência atribuída pelo os artigos 46º e 47º da Constituição, determina e o Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, O Comissário Principal, interino, Constantino Teixeira. O Comissário de Estado de Finanças, Carlos Correia, promulga em 02/10/78 o seguinte:

Artigo 1º A institucionalização a partir desta data, com a designação de Totobola, apostas com base em actividades desportivas.

Artigo 2º As receitas de Totobola, deduzidas as importâncias correspondentes aos prémios e as despesas inerentes, serão aplicadas no fomento do desporto.

Artigo 3º A exploração do Totobola só é permitido ao Conselho Superior de Desportos, nas condições que este Organismo fixar em regulamento próprio.

Temos a informar de que, até esta data no país, ainda não se tinha criado o cargo de Direcção Geral dos Desportos.

O acontecimento político-militar “Movimento Reajustador 14 de Novembro” de 1980, deu termínio ao regime deposto do ex-Presidente Luís Cabral. Com efeito, no quadro da nova

governação e da restruturação das estruturas governativas, neste II Governo, o desporto guineense sofre alterações. Sob proposta do Presidente do Conselho da Revolução, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 4º, alínea c), Lei Nº 1/81, de 29 de Janeiro, publicado no Boletim Oficial Nº 7 de 14/02/81, Decisão Nº 5/81, visto e aprovado em 12 de Fevereiro de 1981 pelo seu Presidente, João Bernardo Vieira, Comandante de Brigada, o Conselho da Revolução determina:

Artigo 1º É nomeado para integrar o Governo Provisório criado pela Lei Nº 2/81, de 29 de Janeiro, o Eng. Adelino Nunes Correia Secretário de Estado da Juventude e Desportos, que tomou posse em 1980 e desempenhou as funções até 1983, integrando o Ministério da Educação Cultura, Juventude e Desportos. É a segunda vés que a nível político se lhe confia esta responsabilidade em dois governos consecutivos, ficando assim a ser o primeiro a desempenhar essas funções a nível do país, logo depois do triunfo revolucionário. Por sua vés nomeia ao cargo de Director Geral dos Desportos, o senhor Amilcar Hamelberg (sem formação especializada) em 1981, tendo desempenhado as funções até 1985.

As medidas de carácter urgente que visam responder aos ideais que condicionaram o levantamento último, impõem que em 1983, se altere ligeiramente a estrutura orgânica do Governo adoptada pelo decreto-lei Nº 7/86, de 11 de Julho. Sob proposta do seu Presidente, General João Bernardo Vieira, aprovado e promulgado em 1 de Fevereiro de 1989, publicado no Boletim Oficial Nº 6 de 6/2/89, Decreto Presidencial Nº 1/89, o Conselho de Estado decreta, nos termos da alínea b), Nº 1 do artigo 64º da Constituição, o seguinte:

- É extinto o Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos;
- A Secretaria de Estado da Cultura e Desportos, que se integrava no extinto Ministério da Educação, Cultura Juventude e Desportos, ficará funcionalmente dependente do Presidente do Conselho de Estado e nomeia ao cargo, o Coronel Braima Bangura que tomou posse em 1983 e desempenhou as funções até 1984. A nova remodelação governamental atinge o sector, permitindo assim a substituição deste ao cargo, pelo Coronel João da Silva que nomeado em 1984, desempenhou as funções até 1985, data em que nomeia ao cargo de responsável pela Direcção Geral dos Desportos o senhor José Anastácio Medina Lobato (sem formação especializada) que desempenhou as funções até 1987.

Integrando já o **III Governo**, e na perspectiva de uma remodelação ajustada a novas ambições políticas adaptadas ao sector, em 1987, pelo o Decreto Presidencial N ° 10/92 de 25 de Outubro, cria o Ministério da Educação Nacional e a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos sob tutela deste, nomeando ao cargo, o Dr. Alexandre Brito Ribeiro Furtado (licenciado em psicologia), que desempenhou as funções até 1991. Volta a nomear ao cargo de Director Geral dos Desportos o senhor José Anastácio Medina Lobato, que desempenhou as funções até 1994. O Secretário de Estado foi posteriormente substituído ao cargo pelo Senhor Mário Mendes Correia (oficial da segurança de Estado), que esteve nas funções durante aproximadamente um ano(1991). Em 1991, pelo o Decreto Presidencial N ° 2/94 de 18 de Novembro, mantém o Ministério da Educação Nacional e cria a Secretaria de Estado da Cultura Juventude e Desportos, sob dependência do Primeiro Ministro, nomeando ao cargo o Dr. Fernando Delfim da Silva (licenciado em filosofia), que desempenhou as funções até 1994.

No **IV Governo**, a nova restruturação dos Ministérios públicos condiciona novas nomeações, das quais em substituição ao Secretário de Estado anterior, é nomeado ao cargo o Dr. Paulo Silva (licenciado em Direito), que esteve nas funções até 1996, nomeando ao cargo de Director Geral dos Desportos e Cultura, o Dr. Respício Nunes (licenciado em filologia), que esteve nas funções até 1996.

Em 1996, pelo o Decreto Presidencial N ° 4/96 de 19 de Janeiro, cria o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos e extingue a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos, nomeando ao cargo, o Senhor Ibraím Sów (político, sem formação especializada), que esteve nas funções até 1997. Como se poderá constatar, embora com curta duração, é a primeira vez na história do desporto guineense, que se promove a instituição a este nível. O que pela leitura feita, tinha mais a ver com a promoção político partidário da pessoa do Ministro em questão amigo directo do Presidente do República, que a um ano atrás desempenhou as funções de Ministro de Educação Nacional de onde foi transferido a este cargo que valeu a promoção da instituição do que, o próprio reconhecimento da sua dimensão e importância.

No quadro da nova governação, o **V Governo**, pelo o Decreto Presidencial N ° 6/97, de 5 de Junho, cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos, na directa dependência do Primeiro Ministro e extingue o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos. Mantém ao cargo o Senhor Ibraím Sów que desempenhou as funções até 1997.

Nomeia ao cargo de Director Geral dos Desportos o senhor Victor Cassama, (antigo director de serviços financeiro da instituição, sem formação especializada), que desempenhou as funções de 1996 até 1997.

Sob directa dependência do Ministério da Educação Nacional, pelo o Decreto Presidencial N ° 21/97 de 16 de Outubro, aparece a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos, mantendo como Secretariado de Estado, o Senhor Ibraím Sów que desta vês desempenhou as funções até 1998, interrompidas pelo o conflito Político Militar que abalou o país à 7 de junho do mesmo ano. Desta vês, nomeia ao cargo de Director Geral dos Desportos o Dr. José da Cunha (licenciado em história), que esteve nas funções de 1997 até 1998.

Condicionado ao conflito Político-Militar do passado 7 de Junho/98 referenciado no parágrafo anterior, e no quadro das inúmeras intervenções com o intuito de conseguir um cessar-fogo na guerra guineense, no dia 2 de Novembro/98, foi assinado o Acordo Geral de Paz em Abuja, capital federal da Nigéria. O referido acordo deu fim ao mandato do Governo anterior(o V Governo), permitiu a distribuição de pastas governativas entre as alas em conflito e a formação do VI Governo, denominado Governo da Unidade Nacional (GUN), que dirigiu os destinos do país até as eleições Legislativas e Presidenciais de 28 de Novembro/99. Este Governo teve como Primeiro Ministro, o Dr. Francisco Fadul nomeado pelo Comando Supremo da Junta Militar. O seu governo veio a ser empossado no dia 20 de Fevereiro/99. Adoptada a política de restrição na formação dos Ministérios Públicos, publica-se o Decreto Presidencial N ° 11/98 de 3 de Dezembro, que cria mais uma vez o Ministério da Educação, Juventude, Cultura e Desportos, nomeando ao cargo de Ministro, o antigo funcionário da instituição, o senhor Galdé Balde (inspector de ensino), que desempenhou as funções até fevereiro 2000, altura de toma da posse do Governo saído das eleições. Nomeou ao cargo de Director Geral da Cultura e Desportos o Dr. José da Cunha (licenciado em história).

A razão de toda instabilidade que se vê reflectida nas constantes remodelações governativas, se deve fundamentalmente ao fraco sistema administrativo onde a maioria dos quadros dirigentes da administração pública carece de formação especializada em matéria de gestão e administração. A falta de um mecanismo eficiente de coordenação, onde cada um tenta, evidentemente, fazer prevalecer ideias e metodologias próprias, muitas vezes contraditórias ou mesmo encerrando potenciais conflitos. As propostas ou projectos apresentados, nem sempre se coadunam com as reais necessidades e capacidade de gestão do país, tanto mais

que despreocupados com o plano estratégico de capacitação e utilização racional dos recursos humanos, a maior parte dos qualificados são absorvidos pelas administrações e serviços técnicos dessas mesmas organizações.

A prevalência e sobreposição dos interesses meramente políticos, familiares e de amizade como consequência de muitas das nomeações sem ter em conta os factores supra mencionados, são também uns dos influentes na instabilidade e infuncionalidade dos serviços da função pública e particularmente do desporto guineense. Em suma, estas limitações explicam substancialmente a instabilidade institucional e as barreiras que se verificam no processo de consolidação das instituições. Neste contexto qualquer exercício de planeamento e respectiva implementação revelam-se por enquanto bastante complicados.

4.3 Programa de diferentes Governos para a área desportiva e suas estruturas desde a independência até 1999.

Como se poderá constatar, a necessidade de promoção e desenvolvimento das práticas desportivas é, e torna-se cada vez mais, uma preocupação presente em todos os programas de Governo da Guiné Bissau. Embora revelando certa clareza em relação a indicação dos objectivos que dizem respeito à promoção das práticas desportivas, permanecem, no entanto, pouco claros não só na metodologia a desenvolver, assim como em relação aos instrumentos a utilizar para a implementar.

Desta feita, passamos a análise da situação.

Em relação ao programa do primeiro Presidente do Conselho de Estado e Chefe de Governo da Guiné Bissau, eleito pela Assembleia Nacional Popular reunida à 24 de Setembro de 1973 na Região do Boé, que, no exercício das atribuições e competências que lhe conferem os artigos 28º, 36º e 37º da Constituição, Lei Nº 2/73, artigo 2º, determina a constituição da Mesa da Presidência do Conselho de Estado em que o Camarada Luiz Cabral era Presidente, e governou durante os primeiros cinco anos após o triunfo revolucionário (1974–1979); condicionado ao conflito político-militar do passado 7 de Junho de 1998, não nos foi possível a sua concessão. Facto que lamentamos não poder fazer parte do presente estudo como ambicionado, não obstante algumas realizações desportivas já referenciadas na análise da legislação desportiva consagrada na Constituição referentes a este período de governação.

O II Governo, denominado Governo Provisório criado pelo Conselho da Revolução como órgão de execução da política geral de Estado e da Nação, após o Movimento Reajustador de 14 de Novembro de 1980, publicado no Boletim Oficial N ° 28, de 13 de julho de 1981, Decisão N ° 14/81, apresenta o seu Programa, visto e aprovado pelo Conselho da Revolução em 13 de julho de 1981, na pessoa do seu Presidente João Bernardo Vieira, Comandante de Brigada, no uso da faculdade e competência que lhe são conferidas pela alínea e) do artigo 4 ° e pelo artigo 6 ° da Lei N ° 1/81, de 29 de janeiro, que como já referenciamos anteriormente, é quase que uma cópia do constante na Constituição (o encorajamento e promoção da prática e difusão dos desportos e da cultura física), muito vago, sem orientação precisa a objectivos concretos a atingir durante o período de mandato. Embora no seu cômputo geral ser um programa que pouco dizia, se considera um programa estratégico com pressupostos necessários à materialização dos objectivos do Movimento Reajustador e dos anseios do Povo preconizados pelo Conselho da Revolução. Este Governo avançou, pela primeira vez, com o artigo 1 ° da Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (UNESCO/1978), que estabelece que “A prática da Educação Física e do Desporto é um direito fundamental de todos”, através da divulgação, acolhimento e coordenação dos seus princípios e através do lançamento de campanhas de sensibilização das populações da sua importância e necessidade da sua prática. No cumprimento da mesma, as aulas de educação física em todo o país e em alguns treinos desportivos, passaram a terminar com o lema “Desporto Livre”. Este Governo apontou para a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), no quadro do protocolo de acordo com Portugal, na disponibilização do corpo docente e dos materiais e equipamentos desportivos indispensáveis, visto a implementação da referida carta carecer de professores e/ou treinadores desportivos ao efeito.

III Governo, por razões anteriormente referenciadas não tivemos acesso ao Programa do Presidente do Conselho de Estado e Chefe do Governo, General João Bernardo Vieira, cujas nomeações publicadas no Boletim Oficial N ° 6, de 6 de Fevereiro de 1989, Decreto Lei N ° 1/89, de 1 de Fevereiro, que visava a alteração da estrutura orgânica do Governo. Não obstante, no seguimento da política governativa do governo anterior, teve como uma das mais importantes virtudes, a revitalização da ENEFD, com a assinatura do novo protocolo desta vez com o Governo de Cuba, para o envio de professores e especialistas ao funcionamento da escola que à um ano estava com falta

do corpo docente, assim como a elaboração dos Programas Nacionais de Educação Física a quase todos os níveis de ensino.

IV Governo no seu programa presidido pelo Primeiro Ministro **Manuel Saturnino Costa** que tomou posse em 1994 tendo exercido funções até 1996, preocupou-se com o incremento das práticas abrangidas pelo conceito anterior e na luta pela massificação dos hábitos desportivos da população guineense. Para o efeito, priorizou as seguintes acções consideradas prioritárias a implementar no seu mandato:

4.3.1 Promoção do sector social (Desportos);

- ◆ No domínio desportivo, o Governo irá dar uma atenção particular:
- ✓ Ao desenvolvimento e diversificação do desporto nacional, com prioridade ao desporto escolar, criando infra-estruturas nas regiões e nos estabelecimentos do ensino. A respeito e, embora insuficientes e de baixa qualidade em termos de piso e acabamento, este ponto foi em parte cumprido com o apoio técnico e financeiro da Missão de Cooperação Francesa sediada em Bissau, que permitiu a recuperação de grande parte dos polivalentes e recintos desportivos em degradação total deixados pelo colonialismo português na sua maioria, assim como na construção de novos em quase todas as Regiões do país
- ✓ Ao desporto federado; a atenção não tem sido a melhor em termos de apoios a um trabalho de fundo que visa promover e incrementar o nível competitivo nacional.
- ✓ A formação e superação dos professores de educação física e dos agentes desportivos; embora insignificantes se tivermos em conta a grande evolução tecnológica da qual o desporto é hoje um agente activo graças a informação e formação constante dos seus agentes na aplicação constante da Lei de negação da negação, como consequência da dialéctica, algumas acções foram desenvolvidas.
- ✓ A institucionalização do Comité Olímpico Nacional; foi conseguido com a aprovação da legislação devida, e a filiação no momento, de cinco federações desportivas nas suas congêneres internacionais, como o mínimo indispensável a sua materialização .

- ✓ A criação de condições que garantam a participação activa e condigna da Guiné Bissau nas diversas competições regionais e internacionais; este ponto continua a limitar-se na abordagem teórica visto os apoios do governo as federações desportivas como teremos a oportunidade de constatar no capítulo IV, continua a ser uma soma irrisória que nem dá para a realização das provas oficiais da época assim como suportar os encargos de funcionamento. O que como se poderá constatar, com excepção do futebol, limitou a acção das restantes modalidades federativas em poderem desenvolver as suas actividades competitivas em todo o país, limitando-se a realizá-las mediante acções pontuais com uma grande irregularidade. Os clubes nacionais, com os poucos meios financeiros de que dispõem para o futebol fundamentalmente, ainda não se fez um trabalho de fundo que vise integrar no plano das suas acções e competições, as outras modalidades federativas existentes no país, como condição de ser-lhes aceite a filiação e participação nas provas oficiais nacionais de futebol..
 - ✓ A restruturação dos serviços de apostas mútuas; foi um projecto discutido com os peritos dos países amigos mais avançados na matéria, mas infelizmente não concretizado.
 - ✓ Relanço da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD); não foi cumprido visto a escola continuar a funcionar com falta de pessoal docente qualificado, de materiais e equipamentos desportivos, da biblioteca entre outras necessidades indispensáveis ao seu correcto funcionamento.
- Um governo que teve curta duração, embora com um projecto muito ambicioso, não conseguiu materializar todas as acções ambicionadas e planeadas para o mandato.
- Como consequência, o V Governo, do Primeiro Ministro Eng. Carlos Correia, nomeado por Decreto Presidencial N ° 5/97, de 30 de Maio, que tomou posse em 1997 tendo exercido funções até 1998 (interrompidas pelo conflito político militar de 7 de junho, com a formação do Governo da unidade nacional, decisão das negociações do acordo de paz de Abuja, que visava criar condições a manutenção da paz e a realização das eleições Legislativas e Presidenciais de Novembro último), assume a responsabilidade de dar continuidade aos compromissos já assumidos no quadro da governação do país e pelos programas já existentes. Pela sua importância na construção do futuro do país, o

sector dos desportos mereceu particular atenção da parte do Governo, cuja acção neste domínio desenvolvia-se nas seguintes áreas:

4.3.2.- Reforço institucional, com:

- ✓ elaboração do projecto de Lei de Base do Sistema Desportivo que foi objecto de realização da III^a Conferência Nacional dos Desportos, aprovado pelo Conselho de Ministros, ainda aguarda pela aprovação da Assembleia Nacional Popular (ANP);
- ✓ elaboração do Plano Estratégico (quadrienal) do Desenvolvimento Desportivo; projecto cuja elaboração não concretizado por falta da concordância entre o então Director Geral dos Desportos e os quadros superiores da instituição na disponibilização de meios necessários aos trabalhos da comissão.

4.3.3.- Capacitação de recursos humanos, com:

- ✓ elaboração de um plano nacional de formação; não efectivado.
- ✓ superação de quadros técnicos através da realização de seminários e de cursos específicos. Algumas acções foram desenvolvidas a nível federativo, embora muito insuficientes em relação aos objectivos preconizados e que constituíram a razão da presente programação.

4.3.4.- Equipamentos e infra-estruturas, com:

- ✓ apoio aos clubes desportivos na obtenção de terrenos para a construção de campos de futebol, acção de cujas negociações iniciadas, não foi materializado pelo factor tempo;
- ✓ construção e reabilitação de polivalentes em diferentes regiões do país; concretizado.
- ✓ recuperação e reparação do complexo desportivo “Lino Correia”, não efectivado;
- ✓ elaboração dos projectos de construção de um centro de estágio de alta competição e de um ginásio aberto, projecto que não chegou a ser efectivado;

- ✓ reparação e equipamento da escola de judo, não efectivado.

Como se poderá constatar desde o ponto de vista político administrativo e/ou teórico, a preocupação em termos de criação de condições ao desenvolvimento do sector é cada vez mais crescente. Mas, desde o ponto de vista prático as coisas são totalmente diferentes, e ao nosso ponto de vista condicionado fundamentalmente pelas seguintes razões:

A nomeação ao sector de quadros dirigentes na base de interesses ditos “político”, na maioria dos casos sem formação especializada, ou com formação noutras áreas do saber científico, sem conhecimento e/ou sensibilidade com os princípios da organização, administração e gestão dos recursos disponíveis;

A desvalorização total dos quadros técnicos da área, com o objectivo fundamental da resolução dos problemas pessoais através do desporto, e não dos problemas fundamentais do desporto de interesse da nação, que constituem a reclamação e o anseio crescente dos agentes desportivo, técnicos e especialistas do sector;

A movimentação constante dos membros de Governo, o que não permite o cumprimento do plano quadrienal correspondente ao período de mandato entre um Governo e outro, onde a política de continuidade das acções do programa de um governante a outro não constitui ainda preocupação de fundo, mas sim a de ideias novas e teoricamente bonitas.

Por o desporto ainda não constituir prioridade do Governo, no conjunto das prioridades integrantes da área social no país.

Estes são em resumo, as razões do grande distanciamento entre os esforços dos agentes, técnicos e especialistas desportivos em fazer constar no programa dos Governos, as preocupações mais pertinentes ao desenvolvimento do desporto, vendo-se atraídos pela não criação de condições mínimas na maioria de casos a sua implementação ao benefício da nação.

CAPÍTULO V CARACTERIZAÇÃO DO DESPORTO NA GUINÉ BISSAU

5.1. Os quadros humanos como agentes de suporte as práticas e desenvolvimento do desporto.

Tal como já foi referenciado numa das passagens do presente estudo, qualquer análise que tenha a ver com os níveis de intervenção do Estado no domínio das práticas desportivas de um país, deve ser efectuado numa perspectiva global, que é, a todo o tempo, Económica, Política e Cultural.

Um estudo desta natureza implica necessariamente um conhecimento o mais amplo possível de todos os quadros envolventes, nomeadamente, humanos, materiais e demais condicionantes, estabelecendo entre eles as relações existentes (Cunha, 1993).

Assim, o presente capítulo inicia-se por uma abordagem necessariamente sumária dos quadros humanos como potencial de mudança e desenvolvimento das práticas desportivas na Guiné Bissau.

Se assim é, e, baseado no princípio de que o desporto é feito por Homens e para Homens, permite considerar o enquadramento humano como o factor mais nobre e ao qual se subordinam todos os outros.

Como objectivos, vamos tentar apurar a situação relativa aos quadros humanos que integram as várias práticas desportivas, nas diversas situações que podem ser as de praticante, técnico e dirigente.

O quadro humano que intervém no fenómeno desportivo é vasto e diverso. Nessa ordem de ideias, podemos sistematizar as diversas relações que se estabelecem com o desporto, partindo de uma taxonomia tradicional que nos indica que o desporto é enquadrado, em primeiro lugar pelos próprios praticantes, em segundo lugar pelos técnicos e em terceiro lugar, pelos dirigentes.

5.1.1 Os praticantes desportivos.

São vastas as relações que os praticantes desportivos podem estabelecer com as práticas desportivas. Os vários tipos de práticas desportivas encontram-se organizados em vários Sectores tais como o Sector Escolar, o Sector do Trabalho, o Sector Militar e o Sector Federado. Destes Sectores, alguns desagregam-se em sub-sistemas dos quais o de maior impacto social é, sem dúvida, o sub-sector de Alta Competição do Desporto Federado.

Nesse estudo, é-nos importante saber o que se passa, de uma forma geral nos sectores do Desporto Federado e do Desporto Escolar fundamentalmente.

5.1.1.1 Os Praticantes Desportivos Federados.

A semelhança de muitos países, onde o imediatismo dos Resultados Desportivos constituem a preocupação de primeira hora dos Governantes, o Sector do Desporto Federado tem sido igualmente aceite como motor de desenvolvimento do Desporto na Guiné Bissau. Afirmamos isso ao ver que recursos financeiros um tanto ou quanto significativos pelas finanças públicas do país em relação a área, são anualmente aplicados pelo Estado no Sector do Desporto Federado em detrimento dos outros. A fundamentação sobre o assunto será tratado no ponto 5.3 referente as actividades ainda neste capítulo.

Com a maior parte das federações fundadas à partir de 1988 a esta parte, é geralmente aceite que, o controlo do número de praticantes desportivos existentes tem de ser feito à margem da interferência destas. O facto se deve a que se algumas têm como ponto de honra apresentar os números exactos, outras utilizam sistemas de controlo que não oferecem qualquer credibilidade. Assim, a tendência normal é para apresentar números muito inflacionados, que em circunstâncias algumas correspondem a realidade desportiva da modalidade em causa. No entanto, os critérios para o apuramento de praticantes, por outro lado também são pouco rigorosos, havendo situações em que um indivíduo, só por ter praticado numa única prova desportiva durante uma época, aparece como um praticante desportivo federado.

Queremos com isso dizer que, em várias federações desportivas, os praticantes, realmente integrados na filosofia de uma prática desportiva formal, não atingem os valores que as estatísticas apresentam.

Assim, os dados disponíveis indicam-nos que o Estado tem beneficiado mais as modalidades que estão vocacionadas para a competição e o espectáculo, em prejuízo daquelas que chamamos de modalidades desportivas para a vida. Esta constatação será feita no ponto 5.3.1 Intervenção da Direcção Geral dos Desportos, neste capítulo.

A situação encontrada nos valores estatísticos divulgados pelas federações desportivas é a que apresentamos no quadro N° V-1.

Quadro n º V-1

Número de praticantes por Modalidade Desportiva, Homens (H) e Mulheres (M)

Épocas de 1989/90 e 1999/00

Taxa de crescimento 1989/1999

Modalidade	1989/1990			1999/2000			Taxa de crescimento
	H	M	Total	H	M	Total	
Andebol	583	12	595	698	127	825	27.88%
Atletismo	109	85	194	489	301	643	69.83%
Basquetebol	246	36	282	645	376	1021	72.38%
Futebol	1013	-	1013	764	-	764	-32.59%
Luta	-	-	-	540	68	608	100%
Ténis	93	-	93	99	62	161	42.24%
Voleibol	216	69	285	485	474	959	70.28%
Total Geral	2260	202	2462	3720	1408	4981	50.80%
				74.68%	28.27%	100%	

Fontes: Documento, Orientação Geral Para a Época Desportiva 1991/92 da Direcção Geral dos Desportos.

Federações Desportivas.

5.1.1.2 As Mulheres na Estrutura de Praticantes.

Como se poderá constatar, o número de Mulheres praticantes apresenta valores muito insignificante se comparado com o do sexo masculino em quase todas as modalidades desportivas.

Quadro n º V-2

Taxa de participação Desportiva de mulheres por modalidade

Modalidade	1999/2000		% M
	M	H + M	
Andebol	127	825	15.39%
Atletismo	301	643	46.81%
Basquetebol	376	1021	36.83%
Futebol	-	764	0%
Luta	68	608	11.18 %
Ténis	62	161	38.51%
Voleibol	474	959	49.47%
Total	1408	4981	28.27%
%	28.27%	100%	

Fontes: Documento, Orientação Geral Para a Época Desportiva 1991/92 da Direcção Geral dos Desportos.

Federações Desportivas

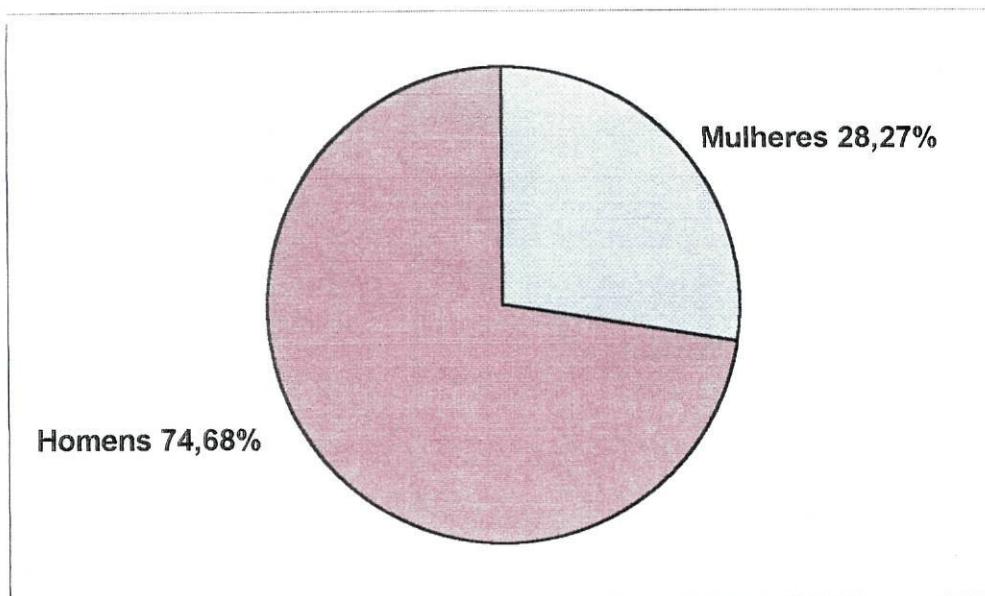
O quadro n º V-2 apresenta a relação percentual das mulheres nas diversas modalidades desportivas federadas do país. Embora a situação guineense seja uma das mais desfavoráveis do continente, não seria demais afirmar que em todo Mundo a situação das mulheres no desporto, não lhes é ainda favorável quando comparado com os homens.

Se analisado a estatística dos grandes eventos internacionais, Jogos Africanos, Campeonatos de Europa, Campeonatos do Mundo e os Jogos Olímpicos por exemplo, se chegaria claramente a esta conclusão.

Na Guiné Bissau, podemos ver que, o número de mulheres praticantes representa única e exclusivamente 28.27% dos praticantes desportivos nacionais (ver gráfico V-1).

Mas com a exclusão do futebol a semelhança dos estudos já feitos nessa área, a taxa guineense de participação feminina cresceria para 33.39% na medida em que, conforme podemos verificar no questionário de inquérito aplicado a federação guineense de futebol, à este nível, ainda não existem praticantes femininos da modalidade, embora em resposta ao apelo da FIFA lançado neste sentido, se esteja actualmente empenhado a trabalhar para o efeito.

Gráfico N.º V-1
Praticantes Federados Estrutura por Sexo



5.1.1.3. Custo do Praticante Desportivo Federado na Guiné Bissau.

De acordo com os dados da verba que cada federação recebeu no ano de 1999, torna-se possível determinar o custo por praticante desportivo (ver quadro n.º V-3).

Quadro n º V-3
Custo por praticante Desportivo Federado-1999

Modalidade	N º de Praticantes		Verba		Custo por Praticante (Esc.)
	1999	% Total	1999	% Total	
Andebol	825	16.56%	1516	13.16%	1.838
Atletismo	643	12.91%	1516	13.16%	2.358
Basquetebol	1021	20.50%	1516	13.16%	1.485
Futebol	764	15.34%	2425	21.05%	3.174
Luta	608	12.21%	1516	13.16%	2.493
Ténis	161	3.23%	1516	13.16%	9.416
Voleibol	959	19.25%	1516	13.16%	1.580
Total	4981	100%	11521	100%	2.313

Fontes: Rateio orçamental da Direcção Geral dos Desportos.

Cálculos próprios.

Como se poderá constatar, a modalidade colectiva mais barata é o Basquetebol com um valor de 1.485\$00. A modalidade mais cara é o Ténis com o valor de 9.416\$00.

Podemos ainda constatar, que o custo médio do praticante desportivo do Desporto Federado é de 2.313\$00. Como podemos observar, excluindo a verba referente à Federação de Ténis, que apresenta valores mais altos, as restantes modalidades apresentam um custo por praticante abaixo dos 5 mil escudos.

No que diz respeito à Federação guineense de Ténis, devemos ainda dizer que a situação encontrada, para os praticantes, não deve corresponder à verdadeira situação, na medida em que, as performances conseguidas neste indicador levam-nos a pensar da existência de dificuldades em relação ao controlo de praticantes.

5.1.1.4. Atletas de Alta Competição

Na Guiné Bissau, toda a política desportiva se situa na perspectiva de alimentar a elite e como tal os apoios considerados significativos, são dados ao Desporto Federado que é onde se podem conseguir atletas de alto nível. O Desporto Escolar que nos primeiros

anos da independência constituía o centro das atenções, por nele se congregarem estudantes provenientes de todas as regiões do país, e onde independentemente do aspecto puramente desportivo, o aspecto cultural era evidenciado, deixaram por e simplesmente de existir por razões atribuídas aos factores de ordem administrativo. Até que em 1996, por iniciativa da então Ministra da Educação, com limitados recursos iniciou a tentativa da sua reorganização. Iniciativa que ficou muito longe de cumprir o verdadeiro papel da sua criação. Retomaremos o assunto no ponto 5.3.2. ao falar do Desporto Escolar na Política Desportiva Nacional.

Ainda no domínio da Alta Competição, ao contrário do que muito se esperava, quase que não houve uma passagem das ideias à prática, de tal maneira que a situação não sofreu as alterações significativas desejadas, nos anos seguintes a 1990.

O modelo engendrado apoia, exclusivamente, o atleta à saída do sistema ou seja fora das estruturas orgânicas do Estado. No entanto, o Estado abdica das suas responsabilidades de fomento da prática desportiva e privilegia a sua função apoiando de diversas maneiras, os atletas que à margem da sua responsabilidade obtêm resultados significativos.

A este respeito, na Guiné Bissau, as Escolas Desportivas, nunca chegaram a ser, de uma forma consequente, incrementadas. A do futebol, “Centro Nacional de Formação de Futebolistas” (CNFF), foi a única que no quadro do protocolo no momento existente com Portugal, mais concretamente com a Direcção Geral dos Desportos, funcionou de 1990 a 1994. Acessorado pelo técnico português, Guilherme Adolfo Almeida Farinha (bacharel de formação), a equipa técnica a nível de selecções sub-15 e sub-13, estava composta pelos seguintes técnicos: técnico principal: Domingos Té (formação média); coadjuvado por um nacional, João Domingos Loa Na Fatcha (bacharel de formação). A nível nacional, o Centro funcionava com a seguinte equipa técnica: sete (7) professores em Bissau; três (3) professores no interior do país, sendo um em cada província, e dois (2) seleccionadores nacionais. Para a formação de selecções nacionais por categoria, eram feitos em Bissau, num ciclo anual, torneios intra-selecções provinciais, sendo como é óbvio os melhores seleccionados e integrados nas selecções a trabalharem com uma periodicidade definida pela equipa técnica e constante no programa calendário aprovado ao efeito.

A evolução dos trabalhos desse centro permitiu a participação condigna do país em muitos eventos internacionais, tais como (ver quadro V – 4):

QUADRO N º V-4

Participação nos eventos internacionais categorias de formação futebol.

Ano	Categoria	Competição	País do evento	Resultado
1992	Sub-17	1 º jogos Lusofonia	Portugal	1 º Lugar
1992	Sub-17	Eliminatória Campeonato Mundo	Nigéria/Guiné Bissau	Eliminado
1995	Sub-17	2 º jogos Lusofonia	Guiné Bissau	1 º Lugar
1995	Sub-17	Eliminatória Campeonato Mundo	Guiné Conakry/Guiné Bissau	Eliminado
1995	Sub-20	Eliminatória Campeonato Mundo	Nigéria/Guiné Bissau	Eliminado
1997	Sub-17	3 º jogos Lusofonia	Moçambique (Maputo)	3 º Lugar

Fonte: Gabinete de Director do Centro.

Na lógica dos factos, uma política coerente, racional e equilibrada deveria ter sido construída de maneira a que os praticantes de base crescessem numa proporção ajustada aos praticantes de Alta Competição. Factor de cuja materialização teria de ser acompanhado com a resolução da carência dos elementos de suporte tais como, entre outros, instalações e técnicos. Por outro lado, toda a política desportiva no país, tem sido dirigida para o apoio à competição com vista a alimentar a Alta Competição.

É verdade que os dividendos políticos a curto prazo não se conseguem no sector do Desporto Escolar, mas sim no Federado. Por isso, o Estado abalado pelo imediatismo, erradamente em nossa opinião, tem-se, sobretudo, apoiado o Desporto Federado. Afirmamos a errata da opção, em primeiro lugar, porque o Desporto Federado não apresenta estruturas de suporte garantes que o sistema seja o motor do processo de desenvolvimento desportivo. Em segundo lugar, os objectivos que presidem às práticas desportivas federadas são incompatíveis com uma generalização das práticas desportivas. Em terceiro lugar, não nos quer parecer uma medida acertada optar, como motor do processo, por um sector que em termos etários se encontra no meio do próprio sistema. Por isso, optar-se por algum sector, seria mais lógico fazer-se essa opção pelo sector do Desporto Escolar.

5.1.2. Os quadros técnicos e o sistema de formação

Para determinar a estrutura desportiva e avaliar as políticas que estão a ser prosseguidas, é fundamental não só o conhecimento dos quadros técnicos existentes, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, bem como as políticas de formação que estão a ser prosseguidas.

Hoje, a intervenção do especialista depende da qualidade do trabalho produzido que é cada vez mais, um factor significativo de mudança, já que ele, em princípio, é portador de capacidades e de competências que lhe possibilitam uma intervenção mais eficaz, no processo de desenvolvimento do desporto.

Na verdade, sem quadros técnicos, não existe desenvolvimento que a diversos níveis da gestão das práticas, em diferentes sectores e nas diversas etapas, dêem resposta aos anseios e às solicitações desportivas da população. É assim uma condição indispensável. Nessa ordem de ideias, estes quadros técnicos têm de por um lado, ser continuamente estimulados e apoiados, e, por outro lado, substituídos quando, por qualquer motivo, negligenciam e/ou abandonam a sua intervenção no mundo do desporto.

Devem deste modo, ser construídas políticas que em primeiro lugar sejam geradoras de técnicos desportivos e, em segundo lugar, apresentar medidas conducentes a substituírem os técnicos que por qualquer motivo insatisfazem o mundo do desporto.

Neste contexto, uma situação clara, é um indicador de que o Sistema Desportivo se encontra bem ordenado, na medida em que está bem definida a estrutura de quadros, a sua formação e a sua hierarquização. O que contribui, também, para um bom entendimento das políticas que estão a ser prosseguidas no país. A formação aqui é um processo contínuo.

O processo de desenvolvimento é um mecanismo que alia a problemática da quantidade à que se coloca, também, em termos de qualidade. Esta surge por vezes como o elemento significativo de mudança, com um peso maior a conferir ao processo, a garantia de futuro.

A situação encontrada através do inquérito enviado à Direcção Geral dos Desportos (DGD), Comité Olímpico da Guiné Bissau (CO-GB) e às Federações Desportivas Nacionais (FDN), não é das mais favoráveis. Pelos resultados apurados, verificamos que o nível de formação dos técnicos habilita-os para uma intervenção fundamentalmente a nível do terreno. Assim, ficam por resolver os aspectos conceptuais, estratégicos e de planeamento do processo desportivo guineense.

Sem mais, procedemos à análise, da situação dos técnicos desportivos em relação à sua formação na Guiné Bissau. (ver quadro n° V-5).

Quadro N° V-5
Estrutura Qualitativa dos Quadros Técnicos na Guiné Bissau

Categoria	D.G.D	Comité Olímpi	Ande.	Atletis.	Basquet	Futebol	Luta	Ténis	Volei.	Total	%
Licenciados	4	-	-	-	-	1	-	-	-	5	0.67
Bacharel	1	1	-	-	1	2	-	-	-	5	0.67
Médio	7	-	4	14	3	18	5	-	12	63	8.50
Treinadores encartados	-	-	-	-	3	13	30	3	-	49	6.61
Treinadores não encartad	-	-	10	6	12	28	304	5	3	368	49.66
Treinadores Monitor	-	-	8	16	38	79	103	7	-	251	33.87
Total	12	1	22	36	57	141	442	15	15	741	100%
%	1.62%	0.13%	2.97%	4.86%	7.69%	19.03%	59.65%	2.02%	2.02%	100%	

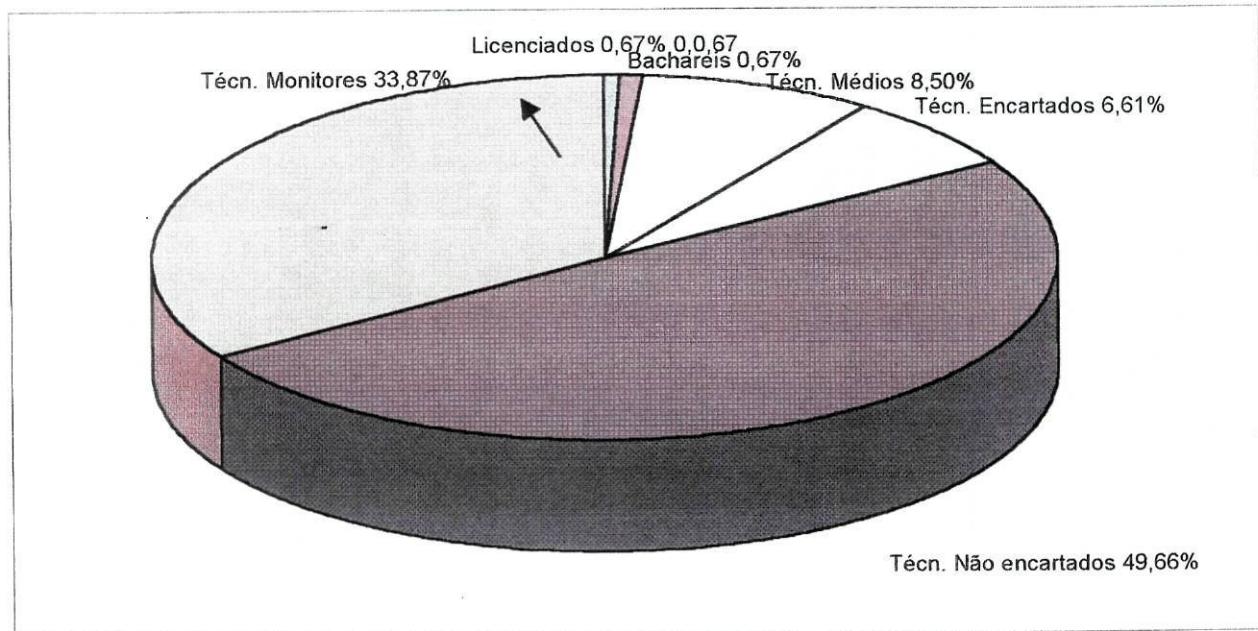
Fonte: Inquérito próprio.

Analizado o presente quadro, podemos verificar que, a nível de Licenciados e de Bacharéis (únicas categorias profissionais, com preparação académica para intervirem no processo global do desenvolvimento desportivo do país), a percentagem situa-se em 1.34 o que se nos afigura um resultado negativo, tanto mais que, com toda a certeza pela análise dos inquéritos, alguns destes técnicos estão a intervir a nível do terreno, mas nem todos trabalham na estrutura central da Direcção Geral dos Desportos.

Por outro lado, verificamos a existência de 49.66% de técnicos sem formação, o que não nos surpreende se se tiver em conta os escassos cursos de formação esporadicamente realizados, ao longo dos últimos anos por uma ou outra instituição interveniente. O que significa que, existem situações em que as pessoas estão acomodadas aos lugares que obtiveram, pelo facto de terem sido praticantes desportivos.

No gráfico de sectores N º V-2 podemos visualizar a estrutura qualitativa e dos quadros técnicos a operarem no desporto guineense.

Gráfico N º V-5
Estrutura Qualitativa dos Quadros Técnicos na Guiné Bissau



O sector do desporto federado é aquele onde o actual sistema de organização e funcionamento nos torna mais fácil determinar a situação, no que diz respeito a quadros técnicos na Guiné Bissau. Não obstante as dificuldades de concessão de dados condicionado a situação de guerra de 1998, e que de certa forma dificultou a concessão de dados pelos arquivos, o apuramento de dados às federações desportivas teve de ser conseguido à custa do questionário de inquérito dirigido as mesmas. Embora no princípio incompleto por falta de respostas ou por respostas deficientes, dá-nos o desenho da configuração dos quadros técnicos no sector do Desporto Federado.

Quadro n º V-6
Técnicos do sector do Desporto Federado

Catego	Ande.	Atletis.	Basq.	Futeb.	Luta	Ténis	Voleib.	Total	%
Licenc.	-	-	-	1	-	-	-	1	0.14
Bachar	-	-	1	2	-	-	-	3	0.41
Tec. Médio	4	14	3	18	5	-	12	56	7.69
T.enca	-	-	3	13	30	3	-	49	6.73
T. não encart.	10	6	12	28	304	5	3	368	50.55
T. monit.	8	16	38	79	103	7	-	251	34.48
Total	22	36	57	141	442	15	15	728	100%
%	2.97	4.86	7.69	19.03	59.65	2.02	2.02	100%	

Fonte: Inquérito próprio.

A averiguação que logo a primeira podemos fazer é a de que a estrutura, representada pela relação entre os técnicos com formação e aqueles que não têm formação, é muito significativa. Os técnicos com formação representam 49.45%, da qual, 0.14% dos quadros Superiores, 0.41% com bacharel, 7.69% dos de formação média, entre outros. Os técnicos sem formação representam 50.55% do total.

A Segunda averiguação que nos parece pertinente realizar, diz respeito à relação entre os técnicos desportivos e os praticantes. Nesse sentido, vamos confrontar os resultados apurados considerando as sete (7), modalidades desportivas para as quais temos dados respeitante aos técnicos.

Quadro V-7

Relação entre o Número de Praticantes e de Técnicos por Modalidades Desportivas.

Modalidades	Número de Técnicos	Número de Praticantes	
		Por modalidade	% dos Praticantes
Andebol	22	825	2.67%
Atletismo	36	643	5.60%
Basquetebol	57	1021	5.58%
Futebol	141	764	18.46%
Luta	442	608	72.70%
Ténis	15	161	9.32%
Voleibol	15	959	1.56%
Total	728	4981	14.66%

Fonte: Federações Desportivas.

No concernente a relação entre técnicos e praticantes, (Paz, 1972), recomenda os seguintes dados:

Prof. Ed. Física	Monitores	Treinadores		Média
		Praticantes	Elite	
5.00%	25.00%	2.00%	10.00%	10.50%

Este autor apresenta uma sugestão em que o modelo evolui em função dos objectivos que presidem à prática desportiva. Pelo que em termos gerais, podemos dizer que evolui de um enquadramento ligeiro para um enquadramento pesado. De um enquadramento de 5% para as aulas de Educação Física, evolui-se para um enquadramento de 25% para uma prática desportiva de lazer. Do mesmo modo de um enquadramento de 2% para os praticantes formais, evolui-se para um enquadramento técnico de 10% para a Alta Competição.

A situação por nós apurada, configura valores e resultados dispersos, dificultando de certa forma tirar conclusões definitivas. Não obstante, podemos dizer que estes

resultados permitem-nos levantar algumas questões em relação aos dados apurados para os praticantes desportivos. Assim, a modalidade de Ténis configura uma situação que de partida nos parece mais credível, embora com valores menos favoráveis, já que existe uma diferença de 1.18 pontos percentuais. O número de técnicos apresentados pela federação justifica o número de praticantes apresentado pela instituição. A modalidade de luta, apresenta uma situação que nos parece menos credível visto o número de técnicos apresentados pela federação estar muito por encima do número de praticantes. O motivo para tal pode ao nosso entender, dever-se fundamentalmente, a esta ser uma modalidade tradicionalmente praticada em todas as Regiões do País, e como consequência disso, na luta pelo controlo dos técnicos, tenha-lhes escapado o controlo efectivo dos atletas, apresentando assim um elevado número de técnicos sem formação e de treinadores monitores.

Podemos todavia dizer que, o valor apurado pela federação de Ténis, apresenta-se-nos com alguma lógica, em relação a média construída com os valores sugeridos por Castejon Paz (1972). Nessa ordem de ideias, queremos com isso dizer que os técnicos desportivos, na Guiné Bissau, configuram uma estrutura que representa, em termos médios, um valor de 14.66% dos praticantes desportivos, o que comparado com o esquema do Conselho da Europa com a média de 10.50%, apresenta uma diferença com valores a mais de 4.16 pontos.

5.1.2.1. Director Técnico Desportivo

O Director Técnico Nacional, é uma das figuras de maior peso na configuração da estrutura desportiva bem como na determinação e execução gradual e integral das directrizes da política desportiva nacional. Esta figura surge na Guiné Bissau, em 11 de Dezembro do ano de 1989, sob proposta do Secretário de Estado da Cultura Juventude e Desportos (SECJD), Dr. Alexandre Ribeiro Furtado, e despacho do Ministro de Estado da Presidência Dr. Fidélis Cabral de Almada nos termos dos artigos 35º e 37º do Estatuto do Funcionalismo⁴, tendo sido definida do seguinte modo:

O Director Técnico Nacional é um técnico especialista que pela sua competência, conhecimentos, experiências curriculares, tenha uma autoridade reconhecida no

⁴ Procedimento que no momento se entendeu viável, por a Secretaria de Estado da Cultura Juventude e Desportos (SECJD), estar funcionalmente dependente do Gabinete do Ministro de Estado da Presidência

domínio técnico e pedagógico da modalidade. A sua nomeação é feita pelo Secretário de Estado da Cultura Juventude e Desportos, sob proposta da Direcção Geral dos Desportos, com prévia concordância das respectivas federação, vinculado aos serviços centrais da Direcção Geral dos Desportos (...).

Pelo visto, e ao nosso entender, este despacho coloca o Director Técnico Nacional como um satélite da Direcção Geral dos Desportos e por conseguinte do Estado, junto das Federações estatutariamente regidas pelo livre associativismo. Situação que de partida nos permite ver a existência de certas dificuldades em relação ao funcionamento da Administração Pública guineense. Por outro lado, ao analisar a estrutura qualitativa dos quadros técnicos existentes no país, representada no quadro n.º V-5, nos apercebemos estar ainda longe de ter quadros técnicos com qualificações e competência requeridas ao cargo, no sentido de proporcionar a promoção funcional e desenvolvimento da área técnica de cada uma das modalidades federadas.

5.1.3. Os Dirigentes desportivos.

O dirigente desportivo é um elemento fundamental em todo o processo desportivo. No caso particular da Guiné Bissau, torna-se necessário uma separação muito clara entre o dirigente da federação de futebol de cuja competição se realiza a nível nacional e o dirigente federativo das restantes modalidades com a competição realizada só à nível do Sector Autónomo de Bissau. Esta situação é extensiva ao dirigente do “grande clube”⁵ e do dirigente do “pequeno clube” e até mesmo, entre os vários níveis da estrutura hierárquica.

A outra versão negativa do dirigismo desportivo e que ainda se vive na Guiné Bissau, se refere as acções de muitos dirigentes desportivos, contaminadas por acordos pessoais e compromissos firmados entre os que já estão e pretendem continuar no poder, com interesses totalmente descolados aos dos praticantes, do clube, da comunidade ou do País.

Podemos de maneira geral dizer que, o que caracteriza as análises realizadas é ao nosso entender, em parte, o nível de formação e de vivência desportiva dos dirigentes, e por outro, o situarem o problema em relação ao amadorismo dos dirigentes e à sua

da República pelo o Decreto Presidencial N º 1/89 de 6 de Fevereiro, e por outro lado, pela importância que se pretendia dar ao acto no quadro da nova política de dinamização do sector do Desporto federado.

⁵ “Grande clube” conceito que no caso particular da Guiné Bissau, se refere fundamentalmente a maioria dos clubes da capital Bissau, cujo peso financeiro lhes permite uma autonomia na elaboração e execução de importantes projectos que visam o seu crescimento e desenvolvimento. Os “pequenos clubes”, neste caso representados pela quase totalidade dos clubes do interior do país, não dispõem dessas facilidades.

mentalidade desnorteada do fenómeno desportivo, são razões de fundo que facilmente nos permitem compreender porque é que o dirigismo desportivo se encontra por debaixo das aspirações de desenvolvimento desportivo preconizado.

No entanto, o desporto formal bem organizado, que vive do espectáculo e para o espectáculo, não pode sobreviver dirigido por um dirigente amador, consequência de uma época que já passou. Essa época era caracterizada pela circunstância de todos os protagonistas do processo desportivo, a começar pelos praticantes, a estarem imbuídos de um amor clubístico, onde competir era o mais importante. As vitórias eram a consequência lógica do amor e dedicação à “camisola e as cores” do clube, e a uma certa dose de talento (Neto, citado por Pires, 1985).

No desporto formal as coisas são totalmente diferentes. Os interesses em jogo, obrigam a que sejam equacionados novos modelos de dirigismo desportivo onde sejam exigidas diferentes competências aos intervenientes no processo.

Reconhecendo as dificuldades existentes nesse sentido, a Direcção Geral dos Desportos no quadro do protocolo existente com alguns parceiros de desenvolvimento, tem promovido algumas acções de formação que embora insuficientes, têm constituído os primeiros passos na luta pelo virar da página convista a materialização de um dirigismo de suporte ao desenvolvimento desportivo preconizado. Assim, em 1994, realiza o Seminário da Administração Desportiva “Futuro I” da FIFA Coca-cola, e em 1997 o “Futuro II”.

5.2. As instalações desportivas na definição da Estrutura e da Política Desportiva.

As instalações desportivas constituem-se como uma peça chave no desenvolvimento desportivo. Queremos com isso dizer que, a prática do desporto depende do número e diversidade das instalações em função das exigências particulares e da sua acessibilidade. No entanto, esta afirmação só tem razão de ser se a construção for ao encontro das necessidades específicas do próprio desporto, que ao nosso entender, cabe aos poderes públicos fazer a planificação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais, assim como das instalações públicas, privadas e comerciais já existentes.

Também é verdade que hoje em dia, em função, não só dos novos hábitos de prática desportiva, bem como da própria necessidade de uma boa utilização das instalações

desportivas, estas devem ser concebidas, tendo em atenção o custo da sua construção, a energia necessária à sua manutenção e a rentabilidade da sua utilização. Nesta conformidade, o desenvolvimento de uma rede de infra-estruturas desportivas num país de escassos recursos como a Guiné Bissau, tem de obedecer a critérios de justiça que se prendem com a necessidade de prestar atenção aos grupos mais desfavorecidos e às zonas de maiores necessidades.

A elevada carência de instalações desportivas adequadas à prática salutar de actividades físicas e ao cumprimento do processo ensino-aprendizagem, é hoje na Guiné Bissau uma das principais preocupações de grande parte dos profissionais da área.

Muitas são as modalidades desportivas em que os técnicos e/ou professores chegam para desempenharem as suas funções o mais eficazmente possível e que ficam, logo a partida, limitados pelas condições disponibilizadas.

Algumas modalidades, muito mais do que seria desejado, têm áreas para a prática, mas na maioria com uma concepção inadequada à realidade ou com graves problemas de degradação sem o mínimo de condições para se desenvolver uma actividade com segurança limitando assim o seu correcto funcionamento.

O crescimento demográfico e o crescente fluxo de procura das matrículas escolares, tem permitido nos últimos anos uma nítida opção em termos de construção de escolas em quase todo o país. Mas o agravante é que a construção das mesmas na quase totalidade dos casos, não prevê os espaços e/ou infra-estruturas para as construções desportivas como motor da formação integral e do desenvolvimento desportivo. Situação que no nosso país, é importante que se refira por ser um dos factores mais fundamentalmente responsáveis pelo atraso a difusão da prática desportiva. Na realidade, podemos constatar, que a opção por esta política, traduzida em termos práticos numa opção por este tipo de construções, leva a uma crescente desportivização⁶ da sociedade e da vida e a uma desportificação⁷ do desporto. Por isso vamos tecer alguns considerandos sobre umas quantas linhas de mudança em curso no mundo e na vida, susceptíveis de revestirem significado para a modelação do desporto e para a renovação da missão das instalações desportivas no país.

⁶ Expressão com que queremos assinalar a cada vez maior influência do desporto na vida, podendo falar-se com inteira propriedade de sociedade ou cidade desportiva.

⁷ Com esta designação visamos chamar a atenção para a delimitação da tradicional unidade do desporto numa pluralidade de modelos e cenários, correspondentes ao crescendo da diversidade de praticantes, de motivos e objectivos.

Pretende-se evidenciar o importante papel que jogam as instalações desportivas na massificação e prática qualitativa do desporto de um povo, e, em geral, todos os que corroboram da premissa de que o desporto é um veículo de transmissão de saúde, de bem estar físico, mental e social, profiláctico em relação às “doenças da civilização” e por outro leva as pessoas sentirem-se mais em forma e mais saudáveis. É uma situação que só unindo esforços, colocando os interesses colectivos acima dos interesses individuais, é possível ultrapassar as dificuldades e caminhar para soluções que resolvam de uma forma eficaz, esta e outras lacunas nacionais.

Reconhece-se que as instalações desportivas, e não só pelas actividades que mais directamente desenvolvam, são também responsáveis pela geração de mais valias com impactos significativos nas actividades económicas, locais e regionais (emprego directo na construção e funcionamento, turismo, restauração, comércio e serviços vários...), aspecto que lhes confere importante papel no quadro das funções sociais e do desenvolvimento do território.

O peso significativo no desenvolvimento e gestão das práticas desportivas e consequentes reflexos no campo social, não permite consagrar as instalações desportivas como um fim em si mesmo, mas antes como importantes instrumentos para o ordenamento do território e como já foi referenciado, para a promoção da qualidade da vida das populações.

É com esta dura realidade que muitos dos profissionais desportivos no país têm convivido e continuam a conviver diariamente. Os presentes aspectos, só por si, justificam a atenção que deverá merecer esta temática com vista a profundar e avaliar, nas suas variadas componentes, as vias a seguir para uma melhor gestão de factores de rendibilização desportiva e social das instalações.

No que concerne às infra-estruturas desportivas existentes na Guiné Bissau, pode levar aos senhores da decisão política administrativa entre outros menos informados a pensar que os espaços ora existentes são suficientes para cobrir as necessidades nacionais, tendo em conta o reduzido número de praticantes.

Contudo, também facilmente se chega à conclusão que esses mesmos espaços na sua maioria desprovidos de equipamentos adequados são constituídos por campos de futebol (piso não desportivo), polivalentes para a prática do andebol, basquetebol, voleibol, futebol de salão (futebol de 5), “courts” de ténis, piscinas misto e um número razoável de espaços betuminosos de dimensões reduzidas, em algumas escolas do ensino primário e nas do ensino básico (na maioria construídas na época colonial).

Esses mesmos recintos, quer sob a administração da Direcção Geral dos Desportos, Empresas, Escolas, Clubes entre outros, servem tanto para as práticas desportivas formais, as actividades não formais e as práticas desportivas informais.

A maior parte dessas instalações encontram-se localizadas em zonas com grandes densidades populacionais, carecendo muitas delas das medidas regulamentares mínimas para a prática de certas modalidades desportivas dado que foram construídas sem que previamente fossem consultados os organismos ou técnicos especialistas na área, minimamente informados sobre o assunto

De realçar, que essas infra-estruturas desportivas servem um total de 4.981 praticantes federados de sete (7) modalidades desportivas, o que dá uma média de 0.23 m²/habitante.

QUADRO N° IV-8

A estrutura da tipologia de instalações desportivas por região.

REGIAO CÃO	POPULA S	CLUBES		CAMPOS DE FUTEBOL		PISTA ATLETIS MO	POLIVIA LENTEIS	COURTS TENIS	GINÁSIO DESPOR TO	SALA NAS MISTO	PISCIN ARENA DE LUTA	TOTAL POR REGIAO
		FEDER ADO	NÃO FEDERA.	RELVA	PISO NÃO DESPOR TIVO							
Bafata	145068	1	12	-	1	-	2	-	-	1	-	4
Biombo	39877	2	9	-	3	-	2	-	-	-	1	6
Bolama/ Bijagós	26591	2	10	-	2	-	1	-	-	1	1	5
Cacheu	146570	4	18	-	5	-	3	-	-	-	1	9
Gabú	154449	1	10	-	3	-	1	-	-	-	1	5
Oio	156333	3	26	-	5	-	3	1	-	1	1	11
Quina- ra	42960	1	9	-	2	-	1	-	-	-	1	4
Tomba	71966	1	11	-	3	-	2	-	-	-	1	6
li												
Sect. A	195389	12	56	1	10	2	8	6	2	1	7	1
Bissau												
TOTAL	979203	27	161	1	34	2	23	7	2	1	10	88

Pelo quadro n º V-8 pode-se verificar que as regiões que melhor se encontram servidas em termos quantitativos de espaços e/ou infra-estruturas desportivos são o Sector Autónomo de Bissau e a região de Oio, sendo o Sector Autónomo de Bissau de maior densidade populacional, o que lhe dá um índice de 0.42 m² de área desportiva útil por habitante, (insuficiente) contrastando claramente com a região de Bolama que tem 0.37m² por habitante, com uma diferença de inferioridade mínima de 0.05m² por habitante.

Uma análise da superfície desportiva útil de cada região (ela é obtida somando a área desportiva útil por região e dividindo-a pelo número de habitantes da mesma), o que permite-nos verificar um desequilíbrio no que respeita à programação e previsão de instalações desportivas em relação à população (ver quadro N º V-10).

Baseados na afirmação de que a maioria das instalações desportivas existentes são as herdadas do colonialismo português, com as últimas construídas e/ou reabilitadas fundamentalmente pelo projecto da cooperação francesa em 1994, chega-se rapidamente a conclusão de que as regiões que atingiram uma maior área desportiva útil por habitante, foram as que pelo colonialismo representavam um ponto estratégico de ocupação militar, e como consequência a construção das mesmas obedecia a objectivos específicos de preparação e descontração militar.

Efectivamente, a falta de uma coordenação real por parte das entidades intervenientes na promoção da construção desportiva, provocaram desequilíbrios na rede de infra-estruturas desportivas quer em termos tipológicos (ver quadro N º V-9), quer no que respeita à sua distribuição geográfica (ver quadros N º V-8 e 10).

Posto isso, deve-se tentar adoptar um reequilíbrio tendo em atenção os factores anteriormente apontados, não descurando obviamente, a rede escolar de infra-estruturas desportivas que na Guiné Bissau, pode-se considerar praticamente inexistente.

No entanto, deve-se dizer que essas infra-estruturas encontram-se concentradas em qualquer das regiões, nas cidades ou, vilas mais importantes, ficando uma grande parte da região desprovida de infra-estruturas desportivas.

Verifica-se pelo quadro V-9, a má distribuição tipológica em termos relativos das instalações desportivas. Verificando-se assim um desequilíbrio face ao nível da oferta das instalações desportivas (predominância para os campos de futebol 81.7%) não existindo contudo uma oferta equilibrada entre os diferentes tipos de equipamentos (pistas de Atletismo, courts de ténis, ginásios, salas de desporto, piscinas misto, arena de luta respectivamente com 2.0%, 2.3%, 0.9%, 0.09%, 3.4% e 0.2%).

Pode-se verificar ainda, uma carência de equipamentos de base, um desequilíbrio funcional e um desequilíbrio inter-regiões.

Contudo, podemos considerar que a oferta a nível do futebol seja um tanto quanto equilibrada o que de maneira alguma acontece a nível dos pequenos jogos praticados noutras infra-estruturas desportivas.

Denota-se que o interior das regiões são as zonas do país que possuem uma actividade desportiva incipiente, pouco diversificada, assente quase toda ela na prática do futebol.

Nota-se ainda, que existe uma correlação positiva entre a intensidade regional das actividades desportivas e das actividades socio-económicas.

Queremos com isso dizer que, em termos regionais, verifica-se que as regiões que na era colonial eram pontos estratégicos de ocupação referenciados numa das passagens anterior, são hoje consideradas as mais desenvolvidas, com um maior leque de modalidades desportivas praticadas, ficando as mais desfavorecidas (a maior parte dos conselhos), com um leque muito reduzido de modalidades desportivas (ver quadro N ° V-9).

QUADRO N° IV-9

Distribuição tipológica da superfície desportiva por região

REGIÃO	C.AMPOS DE FUTEBOL		PISTA ATLETIS %	POLIVA LENTE %	COURTS TÉNIS %	GINÁSIO DESPORT %	SALA RECREA %	PISCINA ARENA LUTA %
	RELVADO %	PISO NÃO DESPORT.						
Bafata	-	80.40	-	13.11	-	-	6.48	-
Biombo	-	91.06	-	8.47	-	-	-	0.47
Bola/Bijag	-	83.82	-	4.84	-	-	10.69	0.65
Cacheu	-	94.49	-	5.24	-	-	-	0.26
Gabu	-	95.97	-	3.60	-	-	-	0.43
Oio	-	88.86	-	4.63	2.44	-	3.83	0.23
Quinara	-	92.29	-	7.14	-	-	-	0.57
Tombali	-	93.53	-	6.04	-	-	-	0.43
Sect. A	7.74	67.8	5.03	6.74	4.86	2.12	0.22	5.39
Bissau								0.07
Total %	3.1	81.7	2.0	6.2	2.3	0.9	0.09	3.4
Total m2	6400	167171	4160	12717	4683	1755	180	6920
								512

QUADRO N º V-10

Superfície desportiva útil por habitante

REGIÕES	POPULAÇÃO	TOTAL M2	M2/HABITANTE	HABITANTE/ INSTALAÇÃO
Bafata	145068	5553	0.04	36267
Biombo	39877	13739	0.35	6646
Bolama/bijagós	26591	9826	0.37	5318
Cacheu	146570	24188	0.17	16286
Gabú	154449	14999	0.10	30890
Oio	156333	27385	0.18	14212
Quinara	42960	11209	0.26	10740
Tombali	71966	14957	0.20	11994
Sect. A Bissau	195389	82648	0.42	5142
Média	-	-	0.23	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos. Orientações Gerais para a época desportiva Direcção Geral dos Desportos 1991. Federações Desportivas Nacionais.

Este indicador, que é o mais utilizado nos diversos estudos efectuados nos países membros do Conselho da Europa, estabelece a relação entre a área desportiva útil e o número de habitantes , permitindo determinar teoricamente a área desportiva útil por habitante. Como já dito, este indicador construi-se dividindo a área desportiva útil em metros quadrados, pelo número de habitantes.

Sobre o assunto, o conselho da Europa aprovou uma tabela classificativa na qual constam 5 níveis, (ver quadro N º V-11):

De salientar que o valor da área desportiva útil por habitante (m2/Habitante) preconizado pelo conselho da Europa é de 4.00 m2/habitante.

No caso em análise e se nos reportarmos aos dados em Estudo, verifica-se que, tendo sido expurgada a área respeitante aos pequenos recintos betuminosos existentes em

Quadro N º V-11

Tabela classificativa da relação entre a área desportiva útil e o número de habitantes aprovado pelo Conselho da Europa.

NÍVEL	LIMITES DE VARIAÇÃO	SIGNIFICADO
1	0.002 m ²	Inexistente
2	0.01 m ² a 1.99 m ²	Fraco
3	2.00m ² a 3.99 m ²	Razoável
4	4.00 m ² a 7.99 m ²	Bom
5	>= 8.00 m ²	Excessivo

algumas escolas primárias fundamentalmente, e tendo ainda em linha de conta que não foram consideradas as chamadas “instalações especiais” (Circuitos de manutenção, Campos de tiro, assim como campos de piso não desportivo improvisados pela juventude em algumas zonas do país sem as devidas medidas regulamentares), a média encontrada é de 0.23 m²/Habitante. O que em termos de classificação do Conselho da Europa é considerada fraca.

Todavia, seria importante ter em atenção este indicador afim de se avaliar se há ou não uma intervenção significativa neste sector. Por outro lado, a tendência de confrontar este tipo de indicadores com os indicadores dos países do conselho da Europa leva-nos a correr um erro de interpretação muito frequente que é o de comparar realidades diversas. Assim há que ter em conta que se trata de um indicador de carácter de desenvolvimento desportivo, como outros que temos vindo a tratar os quais têm de ser analisados numa perspectiva comparativa cautelosa. Esta comparação pura e simples com indicadores de países que já têm resolvido a maioria dos problemas sociais não será válida quando em confronto com um país que só agora começa a ver resolvido os seus problemas de acessibilidades (estradas, portos e aeroportos), que ainda tem carências de habitação, e de uma adequada rede escolar, entre outros.

A apetência para a prática desportiva e o consequente investimento em infra-estruturas e construção de instalações desportivas não pode ser prioritário enquanto outros problemas sociais mais prementes não se encontrarem resolvidos. Quem vive em

condições habitacionais deficientes, está desempregado ou não teve acesso à cultura, não procura a prática desportiva!

Com tudo, no período que abrange o presente Estudo, construíram-se na Guiné Bissau 204 498 m² de instalações desportivas.

5.3 As actividades

Como se poderá constatar no ponto 4.3. do capítulo IV, a actividade desportiva é dos factores com maior peso no conjunto dos programas de Governo. Facto esse, que não constitui surpresa de maior, na medida em que é o que mais perto se encontra das preocupações daqueles que, a diversos níveis do Estado ou do livre associativismo, intervêm nas práticas desportivas. Neste contexto seria importante realçar a falta de clareza destes programas na indicação dos objectivos que dizem respeito a promoção das práticas desportivas, não só na metodologia a desenvolver assim como quanto aos instrumentos a utilizar para a implementar.

Nesta ordem de ideias, e no seguimento das preocupações que constituíram o pano de fundo de um dos pontos deste capítulo, vamos avaliar as actividades que estão a ser desenvolvidas nos diferentes sectores desportivos anteriormente considerados.

5.3.1. Intervenção da Direcção Geral dos Desportos

Desde a sua criação e nomeação do primeiro Director Geral em 1981, esta direcção tem feito prevalecer a sua opinião a nível da decisão política de apoio ao sector do Desporto Federado traduzido em termos globais, no domínio das actividades formais.

Como é do conhecimento de todos, este sector representa a instituição mais significativa no domínio das actividades desportivas, para avaliarmos as políticas que estão a ser desenvolvidas a nível governamental. O poder político, de uma maneira geral e com certa eficiência, tem dado cobertura às opções contidas nos “documentos para a tomada de decisão” elaborados na Direcção Geral do Desporto. Queremos com esta afirmação dizer ser nossa convicção, que nos últimos onze (11) anos a contar da data da fundação da maioria das federações existentes, a política desportiva, quanto ao maior ou menor apoio ao quadro de actividades federadas, tem sido determinada pela Direcção Geral dos Desportos.

Para o cumprimento significativo dos objectivos de criação do Desporto Federado, a determinação da sua estrutura financeira, é indispensável a visão das possibilidades de

actuação do próprio sub-sistema Federado. O apoio ao desporto Federado, visto na sua globalidade, é um instrumento fundamental para configurar a estrutura do Desporto Nacional e compreender a política desportiva prosseguida a nível governamental.

Constitui nossa preocupação, determinar o peso do Desporto Federado na estrutura financeira da Direcção Geral dos Desportos, na medida em que, deste modo, podemos saber igualmente, a importância, em termos de política desportiva, do sector do Desporto Federado no contexto do Desporto Nacional.

Comecemos por comparar, em termos reais, a evolução das receitas federativas (Orçamento Geral de Estado atribuído pela Direcção Geral dos Desportos) no período de tempo de 1989 a 1999 (ver quadro Nº V-12).

Quadro Nº V-12

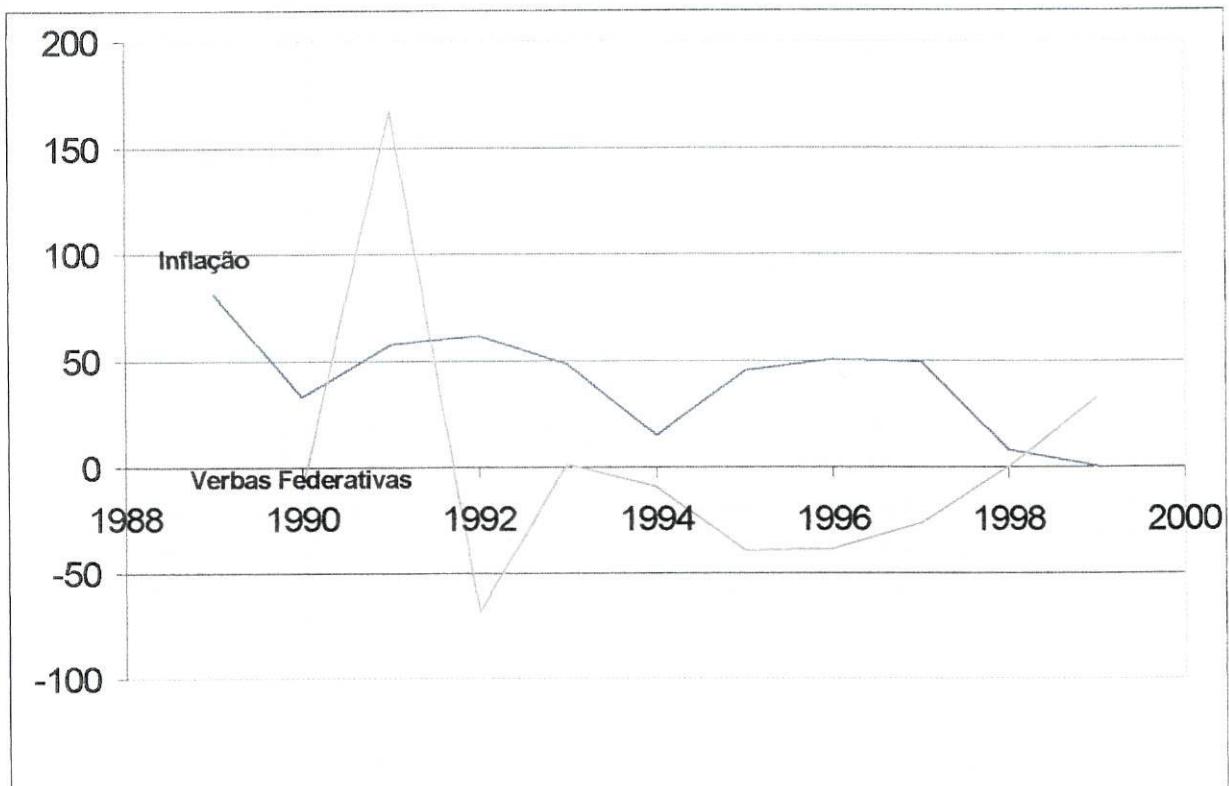
**Evolução das receitas federativas (Orçamento Geral de Estado atribuído pela Direcção Geral dos Desportos) Comparação com a Taxa de inflação
Evolução em (Esc.)**

ANO	VERBA	AUMENTO	INFLAÇÃO	EVOLUÇÃO
1989	610		81.1%	
1990	748	22.62%	33.0%	-10.38%
1991	2430	224.87%	57.6%	167.27%
1992	2449	0.78%	69.4%	-68.62%
1993	3655	49.25%	48.2%	1.05%
1994	3862	5.66%	15.2%	-9.54%
1995	4107	6.34%	45.4%	-39.06%
1996	4591	11.78%	50.7%	-38.92%
1997	5622	22.46%	49.1%	-26.64%
1998	-	-	8.0%	-
1999	7468	32.84%	0.3%	32.54%

Fontes: Federações Desportivas Nacionais.

Departamento de controlo do índice de preços no consumidor do Ministério da Economia e Finanças.

Gráfico N º V-12
Inflação e o Crescimento de Verbas Federativas



O quadro N º V-12 representa a evolução das verbas atribuídas ao Desporto Federado pela Direcção Geral dos Desportos, no período que decorre entre 1989 e 1999. No quadro da sua análise, consideramos a taxa de inflação da moeda nacional para obtermos os valores reais atribuídos. A taxa de cambio aplicada foi de $3.300\text{Fcfa} = 1$ Esc. da cotação oficial.

Nesta ordem de ideias, de 1989 a 1999, existiram dois pontos altos na atribuição de subsídios às Federações Desportivas. O primeiro aconteceu em 1991 e foi, a semelhança da comunidade Francófona, provocado pela decisão política da realização dos Jogos desportivos a nível da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (C.P.L.P.) nas categorias de formação (sub-17), cujos primeiros jogos realizados em Portugal em 1992. Por ser uma decisão política superiormente assumida, e preocupados com o que viria ser a representação do País nessa primeira edição, atribuiu-se pela primeira vez na história de existência das Federações das modalidades integrante dos mesmos, essa significativa verba para entre outros, aprofundar os trabalhos de preparação físico-desportiva dos

atletas. O segundo ponto alto aconteceu precisamente nove (9) anos depois, em 1999, e traduziu-se num aumento significativo das verbas para o Desporto Federado condicionadas, como se sabe, pela mudança de regime político acontecido com o levantamento político militar de 1998. Por outro lado, e por no ano precedente não ter havido condições para a preparação pré-Olímpica da nossa participação, a Direcção Geral dos Desportos em paralelo com o Comité Olímpico guineense, disponibilizou alguns meios ao efecto. Como se poderá constatar, ao longo do período considerado, o aumento foi praticamente em 67% anulado pela inflação condicionada pela instabilidade da moeda Nacional (Peso). Situação essa que, na busca de um espaço que responda às grandes preocupações, uma crescente cooperação económica foi implementada na nossa sub-região, a União Económico Monetária Oeste Africana (UEMOA) e a União Monetária Oeste Africana (UMOA), dando assim um passo importante com a integração monetária, a qual reflectiu positivamente no andamento da nossa economia, com a existência de uma moeda convertível – o Franco CFA

com paridade fixa com uma moeda estável como é o Franco Francês, a manutenção de economia com inflação reduzida aos valores mais baixos de sempre 0.3% em 1999 e a consequente estabilidade de preços.

5.3.2 O Desporto Escolar na Política Desportiva Nacional

O Desporto Escolar é uma das actividades de complemento da reforma do sistema educativo. Por Desporto Escolar, entende-se o conjunto de actividades lúdico-desportivas e de formação com objectivo desportivo. Estas actividades são desenvolvidas como complemento curricular e ocupação de tempos livres, num regime de liberdade de escolha e inserem-se no plano de actividades da escola. As suas principais finalidades são permitir o acesso à Educação e ao bem estar físico através da prática desportiva orientada. Pretende-se, ainda, promover a saúde, bem como a educação moral, intelectual e social da juventude, no respeito absoluto á individualidade e à diferença.

5.3.2.1 Conceito

De acordo com a definição proposta e subscrita pela Associação de profissionais de Educação Física de Almada/Seixal, “O desporto Escolar é a formação desportiva dos alunos das escolas e de carácter voluntário e opcional, realizada no âmbito das

actividades de extensão curricular da área disciplinar ou da disciplina de Educação Física”.

No 1º Congresso Português de Educação Física realizado na Figueira da Foz em 1988, nas suas conclusões, é preconizada uma definição do desporto escolar – “como componente educativa a ser considerada como uma actividade de extensão e de complemento do currículo da área disciplinar ou da disciplina de Educação Física”.

Face a essas definições entre muitas outras, verificamos desta forma, que o Desporto Escolar é uma actividade de complemento curricular, de carácter voluntário e optativo, desenvolvendo-se num regime de liberdade de participação e escolha. Em termos gerais, e do ponto de vista conceptual e estratégico, poderíamos resumir as principais perspectivas do Desporto Escolar no seguinte:

A importância e valorização da disciplina de Educação Física considerando o Desporto Escolar como complemento ou extensão do seu currículo.

Desenvolvimento do Desporto Escolar num espaço de “interface” entre os Sistemas Educativo e Desportivo, em conformidade, com as respectivas Leis de Base. Nesta perspectiva, defende-se uma articulação e cooperação entre os dois Sistemas sem Hipotecar as diferentes vocações e finalidades.

Também Carvalho (1987), procurou demonstrar que se pode encarar o Desporto Escolar de acordo com quatro perspectivas fundamentais:

Como complemento da actividade curricular;

Como prolongamento das aulas de Educação Física, de forma a constituírem uma relação de causa e efeito em que no último se realiza a “aplicação” do primeiro;

Como forma de preparação e detecção das elites para o Desporto Federado;

Como um processo substitutivo da Educação Física, quando esta não encontra os meios de se poder realizar.

5.3.2.2 Valor e objectivos

Em nossa opinião, o Desporto Escolar é o sector em que o Estado não pode abdicar das suas próprias responsabilidades na mesma medida em que não se pode excluir do processo educativo. Nesta ordem de ideias, também não se pode deixar para outros, responsabilidades acima das suas capacidades e competências.

O desporto, assim como outros instrumentos educativos, deve estar integrado nas diversas vertentes que contribuem para a formação do jovem e, consequentemente, deve ser parte do próprio Sistema Educativo.

Deste modo, nunca devemos deixar de ter presente que o Desporto Escolar constitui um direito de todos os alunos e não, apenas dos mais dotados. Consideramos ser um factor fundamental no processo da educação e formação para a cidadania de todas as crianças e jovens, e contribui de uma forma decisiva para o seu sucesso educativo.

O Desporto na escola, entendido como actividade voluntária, de complemento curricular, constitui, pelas enormes potencialidades educativas que possui, um instrumento privilegiado de renovação da vida da escola e, também, uma fonte de melhoria qualitativa e quantitativa da prática desportiva.

O desporto na escola, responde a motivações próprias e imediatas dos alunos, promove a saúde e o bem estar, funciona como actividade de ocupação de tempos livres, proporciona a convivência e o estabelecimento de laços de colaboração e solidariedade entre todos os praticantes.

“O Desporto na escola reúne características determinantes para a formação integral dos jovens e para a criação do espírito de equipa, de hábitos de convívio, tolerância e solidariedade essenciais à revitalização do tecido escolar”.

Em suma, a Educação Física e o Desporto Escolar são instrumentos importantes na motivação dos estudantes com vista à aquisição de um estilo de vida activa e saudável, que se afiguram indispensáveis no que respeita ao desenvolvimento motor e dão preciosos contributos em termos de desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social nas crianças e jovens em idade escolar.

No quadro do cumprimento dos presentes objectivos, é que ao nosso ponto de vista, o Desporto Federado e o Desporto Escolar devem ser complementares e não concorrentiais; o clube escolar muitas vezes, como já dito, dirige-se exclusivamente, aos melhores e, portanto, repete o modelo federado; e que Desporto Escolar parece orientar-se, para formas de competição de massa, a nível local.

O Desporto Escolar em nossa opinião, não é propriedade exclusiva do Sistema Educativo. Ele deve fazer parte simultaneamente do Sistema Educativo e do Sistema Desportivo e, assumir-se como uma das zonas interfaciais de contactos que o Sistema Educativo deve estabelecer com outros Sistemas Sociais.

Pelo dito podemos, em primeiro lugar, dizer que o Desporto Escolar é um sector autónomo que deve actuar em regime de complementaridade com o sector do Desporto Federado. Assim, nenhum deles pode substituir o outro. Em segundo lugar, que o Desporto Escolar pode ser facilmente contaminado pelo “vírus” da competição assumindo características competitivas demasiado pesadas, tornando-se uma actividade de reduzido valor educativo. Em terceiro lugar, que o Desporto Escolar deve ligar-se, cada vez mais, ao poder local na medida em que sendo este o organismo de gestão do futuro, é lá que o Desporto Escolar encontrará o seu próprio futuro como vertente fundamental do processo educativo e como sector desportivo autónomo (Pires, 1985).

O que obriga a que não se façam cedências à necessidade de existir um sector autónomo para o Desporto Escolar; à necessidade de existirem quadros humanos devidamente habilitados; à necessidade de existirem recursos financeiros que contrariem a visão economicista dos burocratas da Administração Pública que deturpa os objectivos que devem presidir ao desenvolvimento do Desporto Escolar, e finalmente à necessidade de existirem quadros competitivos próprios do sector do Desporto Escolar.

Como se poderá constatar, a problemática do Desporto Escolar é, portanto, vasta e complexa.

5.3.2.3 O caso Guineense

Na Guiné Bissau conheceu-se nos últimos anos um determinado processo de estagnação, se não de retrocesso no desenvolvimento, no quadro do sistema educativo. Genericamente, a ausência da coordenação e de aplicação de programas de Educação Física “existentes”, não permitiu que se verificasse um processo consubstanciado num projecto de escola, estruturado em grupos/equipas diferenciados por modalidades/actividades físicas e desportivas, enquadradas, fundamentalmente, pelos professores de Educação Física da respectiva escola.

Por outro lado, sabemos ainda que, a irrelevante importância que o poder político Guineense atribuiu a Educação Física e ao Desporto Escolar, é consequência com a quase inexistência de equipamentos desportivos verificada, a não contemplação da

Área-Escola na construção de estabelecimentos de ensino, por seu lado, tem jogado um papel negativo na formação dos educandos. Ela é entendida como uma “área curricular não disciplinar” de carácter obrigatório, tendo por finalidades fundamentais a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio, bem como, a formação pessoal e social do aluno. É, portanto, uma actividade desenvolvida num espaço curricular, organizada a partir das disciplinas do plano de estudos, movida pelo designio de realizar a interdisciplinaridade. Assim, a Educação Física e o Desporto Escolar, quer no âmbito da livre frequência participativa ou da própria gestão de actividades, podem ocupar um espaço privilegiado integrando a abordagem e tratamento de temas ou contribuindo para a resolução de problemas interdisciplinares, quando desenvolvida em articulação e coerência sistemática com a disciplina de Educação Física.

Com os escassos recursos financeiros raramente disponibilizados, com a instabilidade vivida, até agora, quanto à dependência institucional deste Subsistema entregue a sucessivas estruturas, sem estabilidade orgânica e sem garantias de continuidade.

Nos primeiros anos de independência (1974 a 1980), o Desporto Escolar funcionou no então Departamento de Educação Física e das Actividades Extracurriculares afecto ao Ministério de Educação Nacional.

De 1985 a 1992, com a nomeação do então responsável pela Direcção Geral do Desportos, Sr: José Anastácio Medina Lobato, recupera a Estrutura, desta vés afecto a Direcção Geral dos Desportos, com a designação de Departamento do Desporto Escolar, sediada na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD).

A 26 de Outubro de 1993, foi fundada a Federação de Desporto Escolar e Universitário da Guiné Bissau (FDEUGB), responsável igualmente pela coordenação da Educação Física, passa a funcionar sob tutela do Ministério de Educação Nacional, com um gabinete próprio na estrutura central do Ministério, instituição onde até a presente data tem vindo a funcionar com muitas limitações.

Tudo isso é consequência de um período caracterizado pela ausência de uma política para este sector do Sistema Educativo e do Sistema Desportivo, condicionado fundamentalmente pela pouca ou nula Legislação Desportiva Nacional, a inexistência de documentos normativos em quase todos os sectores da vida desportiva do País. Tornando-se assim necessário e com certa urgência haver leis desportivas a normalizar as situações com os seus artigos e projectos de leis próprias, na medida em que, todos os

países regem-se pelas Leis de Base do Sistema Desportivo que encerra os princípios fundamentais do desenvolvimento desportivo do País.

O funcionamento dos serviços não garante só por si o funcionamento da estrutura. De facto a estrutura só funciona se for “alimentada” com recursos financeiros postos a sua disposição, o que em nossa opinião nunca aconteceu para desenvolver as suas competências naquilo que diz respeito a generalização da prática desportiva entre a juventude.

Reconhecendo que o desenvolvimento desportivo da Guiné Bissau, não pode ser dissociado da situação mais global da economia e da sociedade e particularmente do desequilíbrio existente entre as necessidades básicas das populações e a escassez de recursos para a sua satisfação, não obstante, somos da opinião de que a criação de estruturas deve obedecer aos princípios de justiça face a importância e necessidade da sua existência e correcto funcionamento, pelo que, a distribuição racional do pouco que existe pode efectivamente responder as necessidades fundamentais relativas ao seu desenvolvimento.

Mas, como os resultados em Desporto Escolar são a longo prazo, consequentemente, é um investimento que os políticos e funcionários administrativos guineense não têm querido fazer. Esta contrariedade fica em nossa opinião, a dever-se à falta de interesse em que o Desporto Escolar se desenvolva. A falta de interesse tem sido demonstrada por aqueles que têm a responsabilidade de, por um lado preparar a decisão em matéria de política desportiva, e por outro, à falta de interesse e preparação revelado pelo poder político até o Governo constitucional saído das últimas eleições multipartidárias, em matéria de desporto. O desinteresse dos políticos e a falta de quadros do partido no Governo, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), tem significado, em ultima análise, que a condução da política desportiva na Guiné Bissau, tem estado nas mãos de burocratas da Administração Pública. Estes têm sido, de facto, os grandes responsáveis pela situação a que se chegou. O Estado tem negado os recursos mínimos indispensáveis para que as práticas desportivas escolares se possam desenvolver com um mínimo de dignidade, não só para os estudantes como para os próprios profissionais de Educação Física e Desporto.

5.3.3. As actividades Desportivas no Desporto Federado e seu suporte financeiro.

A opção política desportiva em matéria de actividades desportivas configura-se no sentido de apoiar o Desporto Federado, fundamentalmente, aquele que dá dividendos políticos no domínio da competição organizada.

Esta perspectiva de desenvolvimento desportivo, vocacionada para a obtenção de resultados desportivos que angariem prestígio para o Governo e para o Estado, caracteriza os sistemas desportivos marxistas, centrados nos interesses do Estado em prejuízo dos interesses do cidadão.

O desporto na Guiné Bissau, tem sido, antes de tudo, um instrumento de propaganda do Governo do (PAIGC), a nível interno, e do Estado, a nível externo, pois tem todos os seus objectivos dirigidos para que o cidadão desportivo antes de praticar desporto pela sua educação, pela sua saúde, pela sua cultura e pelo seu próprio prazer, o tenha de fazer ao serviço do Estado. As políticas desportivas estão dirigidas não no sentido de criar o cidadão desportivo, mas o cidadão ganhador de medalhas ou consumidor do espectáculo desportivo.

Esta visão marxista, por um lado, e economicista, por outro, do fenómeno desportivo, tem iludido a maioria dos Governos Constitucionais, em geral, e os responsáveis pela política desportiva, em particular, que no período que abrange o presente Estudo, não conseguiram inverter esta perspectiva retrógrada de desenvolver o processo desportivo na Guiné Bissau.

Torna-se insuficiente invocar os princípios, bem como desenvolver um discurso teórico, em conformidade com a sociedade democrática em que vivemos. Estes aspectos, de importância fundamental, têm de estar de acordo com as políticas desenvolvidas, sob pena de se entrar, como é o caso, em enormes contradições. Elas acabam, em última análise, por prejudicar os cidadãos, em geral, e a juventude, em particular. Nessa ordem de ideias, é obrigação dos técnicos, por um lado, assumirem as suas próprias responsabilidades em relação às propostas que fazem e, por outro, informarem os políticos dos conteúdos ideológicos das opções que estão a propor.

No respeito pela autonomia do livre associativismo, somos da opinião que, a intervenção do Estado no mundo do desporto tem de serposta em termos qualitativos. Quanto a nós, o problema não é de haver mais ou menos Estado, o problema trata-se de haver melhor ou de pior Estado, a intervenção no mundo do desporto. É assim, um

problema qualitativo, quer dizer um problema de desenvolvimento que não pode ser tratado de uma forma isolada, mas sim de uma forma integrada no sistema social.

Se o Desporto Federado visa fundamentalmente a Alta Competição, e se a política do Estado neste caso representado pela Direcção Geral dos Desportos, em Outubro de 1988 visava precisamente a criação do movimento associativo nacional, materializado com a fundação da maioria das Federações Desportivas existentes, os problemas da Alta Competição não seriam de maneira alguma no quadro dos apoios necessários e indispensáveis a sua implementação postos de lado. A respeito e no quadro da nossa participação nos eventos internacionais, tem-se limitado fundamentalmente ao cunho político, e não de rendimento e/ou do cumprimento de tempos e marcas de qualificação exigidas como deveria ser. Os apoios quando existem, são disponibilizados sempre encima dos joelhos, o que com um nível competitivo já por si muito baixo, não permite uma preparação condigna dos seleccionados aos referidos eventos desportivos.

A conquista de alguns lugares de honra nas edições dos Jogos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a participação na XXVI edição dos Jogos Olímpicos Atlanta/96, e a consagração do atleta de luta Talata Embalo, em campeão Africano na categoria de 61 Kg no Campeonato último (embora os treinos e participação internacional sejam assegurados desde alguns anos pela Cooperação Francesa), a classe dirigente política e a administração começou a ver com uma visão diferente quanto era consideravelmente fácil, com alguns apoios bem identificados, obter resultados desportivos que significam o País, a serem explorados em termos políticos. Na realidade, este foi mais um passo no sentido de começarem a ser tirados dividendos mais substanciais dos apoios que estavam a ser concedidos ao desporto de competição.

Queremos com isso dizer que, a determinação da estrutura financeira do Desporto Federado permite a visão das possibilidades de actuação do próprio sub-sistema Federado. O apoio ao Desporto Federado, visto na sua globalidade, é um instrumento fundamental para configurar a estrutura do Desporto Nacional e compreender a política desportiva prosseguida a nível Governamental (ver o quadro n° V-12).

5.3.4. O Comité Olímpico face a política de promoção e desenvolvimento do Desporto Nacional.

O Olimpismo é uma noção cujas raízes se encontram na Grécia Antiga e cujos fins principais são a educação do indivíduo que, segundo Barão Pierre de Coubertin, (1863 - 1937), pedagogo francês, renovador dos jogos Olímpicos da era moderna, tendem a acumular num raio luminoso todos os princípios que contribuem para a perfeição do homem.

A filosofia olímpica ensina que o espaço contínuo constitui uma lei fundamental da vida para o homem civilizado e culto e que o desejo incessante e quase insaciável de ter cada vez mais êxito, constitui factor fundamental de sucesso. A filosofia olímpica quer que se ensine ao mundo, particularmente aos jovens, um humanismo competitivo generoso, não devendo submeter-se à sorte mas esforçar-se, lutar para dirigir essa sorte, talhando-a para um futuro melhor.

A filosofia olímpica, da mesma forma que o ideal e actividade espiritual própria está sujeita às modificações que afectam graças a uma lei natural, inalterável e biológica, todos os fenómenos sociais, as ideias, os princípios, as condições, os costumes. Assim, é natural que o ideal nobre que vem no fim, se renove, que seja as novas tendências, pois elas dizem respeito à origem e essência da vida e, por consequência, ao homem. O homem que evolui pouco se se assemelhar a um ser sem alma e sem vida. O ideal olímpico constitui um exemplo para a humanidade que deve e pode convencer aqueles que lutam noutros domínios, de viver uma atmosfera de compreensão, de paz e amor.

Na criação do Olimpismo moderno e da consolidação das suas actividades, a actividade primeira e a mais importante é o Movimento olímpico que se dirige a todas as idades, a todas as condições sociais, a todos os homens, a todos os níveis de aptidão desportiva e engloba todos os desportos e todas as provas.

Segundo os antigos filósofos gregos, a beleza do corpo, a força e a saúde não eram só virtudes que deviam acompanhar o Homem, mas também a perfeição que pode ser alcançada com a ajuda dos exercícios físicos e da competição, para além de outros aspectos de formação do homem sábio e completo em todas as manifestações da vida.

A Guiné Bissau norteado por esses princípios, funda a 28 de Março de 1992 o Comité Olímpico da Guiné Bissau que mais tarde e após cumprido todas as formalidades necessárias, veio a ter reconhecimento pela congénere internacional (C.O.I.), em 1994.

É verdade que os apoios financeiros que recebe do Estado através da Direcção Geral dos Desportos para além de ser uma soma irrisória, são praticamente inexistentes. Até a data da sua filhação, era-lhe assegurado pala DGD ao igual que a maioria das Federações uma sede na estrutura central da Secretaria de Estado da Cultura Juventude e Desportos, e um insignificante subsídio de funcionamento em termos de material didáctico.

Ultrapassada essa fase difícil da sua existência, o Comité Olímpico Guineense, começou a receber apoios financeiros do C.O.I, no quadro do cumprimento e materialização efectiva dos ideais Olímpicos, traduzidos na criação de condições que permitissem a sensibilização e difusão da prática desportiva, assim como, a participação do país nos Jogos Olímpicos de Atlanta/96. Por outro lado, o reconhecimento das carências de vária ordem de uma nação como a nossa, onde o querer e o poder fazer as vezes se distanciam muito, não por falta de vontade mas sim pelas limitações de ordem financeira, teve a sua influência no engrossamento do bolo a atribuir.

Ma a ausência de um programa adaptado a realidade vivente, a adopção de uma gestão estratégica que permita uma actuação eficiente baseado nas dificuldades mais evidentes e com certa firmeza em parceria e defesa de princípios com o Estado fundamentalmente, assim como a integração dos quadros especialistas qualificados no corpo directivo da instituição, são elementos fundamentais que até hoje contribuíram para o insucesso funcional da instituição. Como consequência, a prevalência do “eu” encima dos interesses colectivos e/ou nacionais prima, permitindo assim a gestão indevida dos recursos disponibilizados.

Prova disso, no questionário aplicado e dirigido a essa instituição, a parte tocante ao aspecto financeiro, dos apoios que recebe do C.O.I. e das outras instituições, os dados não foram revelados, limitando-se por e simplesmente aos seguintes valores:

Quadro n º V-13

Apoios financeiros que declara receber o Comité Olímpico da Guiné Bissau

ANO	ENTIDADE	VALOR (Esc.)
1996	Solidariedade Olímpica	923
1996	Empresa Mutsu Chiare	6.979
1996	Empresa Mutsu Chiare	279
1997	Solidariedade Olímpica	1.352

Fonte: Comité Olímpico da Guiné Bissau

No tocante a formação, de 1994 a 1999, o Comité Olímpico da Guiné Bissau no quadro de apoio ao movimento desportivo nacional, mais concretamente do desporto formal, apoiou na realização das seguintes acções de formação:

Quadro N º V-14

Acções de formação financiadas pelo Comité Olímpico da Guiné Bissau

N.º DE ORDEM	CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA	N.º DE PARTICIPANTE
1	Treinadores de Atletismo	Bissau	12. 01. 98	25
2	Treinadores Monitores de luta	Bissau	12. 01. 98	32
3	Treinadores de Voleibol	Estrangeiro	15. 09. 99	1
4	Treinadores de Futebol	Estrangeiro	01. 07. 99	3

Fonte: comité Olímpico da Guiné Bissau.

Os valores relativos aos encargos financeiros assumidos nas acções de formação desenvolvidas não foram revelados. Acções essas, que no nosso ponto de vista, consideramos muito poucas se as verbas a que dispõe a instituição, fossem orientadas aos projectos precisos e bem identificados no conjunto das necessidades existentes, onde a formação deve jogar um rol preponderante no leque das actividades a desenvolver, visto ser de aqui o futuro do desporto nacional.

O número das Federações Desportivas filhadas e o respectivo ano de filhação, são as que a continuação apresentamos no quadro que se segue:

Quadro N º V-15

Federações filhadas no Comité Olímpico da Guiné Bissau

N.º DE ORDEM	NOME DA FEDERAÇÃO	ANO DE FILHAÇÃO
1	Federação de futebol	1992
2	Federação de Atletismo	1992
3	Federação de Luta	1993
4	Federação de Andebol	1993
5	Federação de Basquetebol	1994
6	Federação de Voleibol	1998

Fonte: Comité Olímpico da Guiné Bissau.

Como é do conhecimento de todos, a filhação dessas federações nas congéneres Internacionais, era condição indispensável a sua filhação no Comité Olímpico da Guiné Bissau. A respeito, a política do Governo neste caso representado pela Direcção Geral dos Desportos (D.G.D.), tem sido muito fraca na medida em que a grande parte das federações não dispõem de meios financeiros ao cumprimento da tramitação necessária à sua filhação. Posto isso, ao nosso entender, o Comité Olímpico Guineense é quem melhor que ninguém, deveria apoiar na resolução desse assunto, isso tendo em conta os benefícios que as respectivas modalidades, o próprio comité e particularmente o país ganha.

Por isso e considerando todas essas limitações de ordem funcional, urge a necessidade do estabelecimento entre todos, fortes e salutares elos de ligação que venham a alargar quantitativa e qualitativamente esta ainda jovem e pequena família olímpica guineense. Para sermos mais fortes e intervenientes, temos de aumentar significativamente o número de membros. O Comité Olímpico Guineense é, por ora, demasiado pequeno para realizar as inúmeras tarefas que se propôs levar a cabo. A circunstância do desporto ser praticado em todo o território nacional, retira ao CO-GB alguma operacionalidade e eficácia, pelo que é urgente que em cada uma das Regiões se criem equipas de colaboradores a quem se possam solicitar as mais variadas formas de apoio. Tornando-se assim necessário a partir de agora uma campanha de sensibilização interna à nível de membros, para que cada um de todos fique suficientemente sensibilizado e motivado para colaborar e dar todo o apoio necessário a execução de vários aspectos da actividade desportiva nacional.

A integração de quadros técnicos qualificados no processo é indispensável ao benefício próprio do processo, na medida em que têm que dar generosamente a todos, os que, na sua acção individual ou colectiva, possam exercer uma e qualquer intervenção, mas de forma correcta, no sentido de, cada vez mais, difundir-se os Ideais Olímpicos. A sua efectivação, implica estar por certo a contribuir para a criação duma sociedade mais nobre, mais justa, mais fraterna e mais humana na defesa e preservação dos valores morais, intelectuais, culturais e físicos dos guineenses.

Se o Movimento Olímpico representa hoje a mais poderosa força social em todo o mundo, é essa força que deve criar no CO-GB a esperança de consolidação da formação física, desportiva e integral da população, e mais concretamente da juventude, e na irradiação de todas as formas de marginalização e de repressão.

Em suma, o Olimpismo deverá constituir na Guiné Bissau uma instituição profundamente enraizada, deverá esforçar-se por respeitar esta responsabilidade, assumida para com o desporto nacional e para com a sua própria história.

O cumprimento dos procedimentos supra, implica pois, que o CO-GB não poupará esforços, dedicação e empenho na concretização do projecto inovador no Desporto e na sociedade guineense, que é o de difundir o Olimpismo e os seus Ideais na luta para preservar, acima de tudo, os valores morais e culturais contidos no desporto como uma das mais importantes vértebras da cultura e da civilização.

5.4. Fontes de financiamento do Desporto Nacional

5.4.1. Financiamento do sector privado

Para o apuramento da estrutura e da política desportivas temos de verificar aquilo que se passa no sector privado já que este aspecto é de fundamental importância não só para a compreensão do processo desportivo, como para a verificação das políticas actualmente a serem prosseguidas pelas instâncias governamentais (Pires, 1985).

Na Guiné Bissau, independentemente do conjunto de pressupostos exigidos pela Direcção Geral dos Desportos (DGD) para a atribuição de apoios financeiros ao desporto nacional, esse tem limitado única e exclusivamente as federações desportivas nacionais, não sendo assim extensivo aos clubes. Situação essa que só pode significar que o recurso a outras fontes de financiamento tem vindo a ser progressivamente muito significativo, tendo em conta o aumento constante do custo da prática e dos equipamentos desportivos determinam a necessidade da utilização comercial do desporto. Assim recebem como contrapartida um apoio financeiro que os coloca numa dependência total à personalidades e/ou empresas de boa vontade, e com certa sensibilidade ao desporto e particularmente aos clubes em questão.

Deste modo, hoje em dia, a utilização comercial do desporto é uma prática reconhecida e admitida como um meio suplementar de ajuda financeira ao desporto. Mas este apoio financeiro segundo (Pires, 1985), tem dois tipos de problemas, que determinam fortemente, os modelos de desenvolvimento desportivo em cada país, e que no caso particular da Guiné Bissau, constituem logo de partida um entrave a sua efectiva implementação tais como:

O apoio financeiro ao desporto só é possível em países com uma economia saudável e próspera, e com empresas capazes de equacionarem de forma arrojada políticas de “marketing”.

O apoio financeiro não é fornecido pelas empresas comerciais e industriais, de uma forma altruísta, sem qualquer tipo de contrapartida.

Assim, na Guiné Bissau, as empresas com capacidade económica que lhes possibilite nas suas políticas de “marketing”, aplicarem recursos traduzidos num efectivo apoio promocional ao desporto, são totalmente escassas, na medida em que o sector empresarial guineense é todavia embrionário e em vias de desenvolvimento. Em consequência, é imperante afirmar-mos que, compete ao Estado não se abdicar desta árdua tarefa e apoiar condignamente e em termos reais, o fenómeno desportivo guineense.

5.4.2 Fontes de financiamento da Direcção Geral dos Desportos

A Guiné Bissau ao igual que em muitos países subdesenvolvidos e/ou em vias de desenvolvimento, onde a escassez de recursos em termos de apoio ao desporto constitui um dos obstáculos fundamentais, as únicas fontes de apoio financeiro a Direcção Geral dos Desportos são: O Orçamento Geral de Estado e o Fundo de Fomento desportivo que recebe as verbas do Totobola e Totoloto Nacional entre outros jogos possíveis.

Mas a problemática desse financiamento deve-se a insuficiência do primeiro, para cobrir as necessidades conducentes a materialização de uma política desportiva coerente de forma efectiva, por forma a dar maior consistência à acção política desportiva de interesse da nação. Relativamente ao segundo, a ineficácia administrativa da instituição, não permitiu conquistar a popularidade e confiança devida dos apostadores, assim como, uma gestão eficiente dos recursos financeiros lucrados. Com efeito, a sua comparticipação de apoio financeiro a D.G.D. é totalmente insignificante para não dizer nula. Em suma, essas são as duas fontes possíveis de financiamento da Direcção Geral dos Desportos da Guiné Bissau, um país de uma política desportiva onde a teoria e a prática ainda muito longe de convergirem.

CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. conclusões

No quadro da busca de políticas, estratégias, enfim medidas ponderadas à luz de critérios de sensibilidade desportiva e de justiça social que possam clarificar a dinâmica do processo desportivo, somos confrontados com opções e decisões apaixonadas, tomadas segundo critérios, que escapam à análise de rigor que procurávamos descortinar nas políticas desportivas operadas na Guiné Bissau.

No entanto, para além desses sentimentos, a formalidade da análise dos dados obtidos com a aplicação dos instrumentos de pesquisa nos possibilitaram a elaboração de conclusões e recomendações que a continuação apresentamos:

Quanto aos inquéritos realizados Direcção Geral dos Desportos (DGD), Comité Olímpico da Guiné Bissau (CO-GB), e as Federações Desportivas Nacionais (Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol, Luta, Ténis e Voleibol), recolheram-se um conjunto de elementos em relação aos quais retivemos os parâmetros analisados.

Segundo informação dos respondentes das instituições inquiridas, mais concretamente das Federações Desportivas Nacionais, no ano 1999 existiam 4981 praticantes desportivos federados, sendo 1408 do sexo feminino e 3573 do masculino. Com a exclusão do futebol por razões já evocadas, ficamos com um número de 4217 praticantes desportivos.

O número de praticantes desportivos femininos na Guiné Bissau, representa somente 33.39 % dos praticantes desportivos nacionais.

Os técnicos desportivos na Guiné Bissau, configuram uma estrutura que representa em termos médios um valor de 14.66% dos praticantes desportivos, o que comparado com o esquema do Conselho da Europa com a média de 10.50%, apresenta uma diferença com valores a mais de 4.16 pontos.

No seu aspecto fundamental, que se prende com a relação de dependência do Director Técnico Nacional (DTN) em relação ao Director Geral dos Desportos (DGD), demonstra que a Administração Pública guineense apresenta todavia grandes dificuldades em se libertar da intervenção no livre associativismo.

Relativamente aos técnicos desportivos e o sistema de formação, a situação encontrada através do inquérito enviado ao Director Geral dos Desportos (DGD), Comité Olímpico da Guiné Bissau (CO-GB), e as Federações Desportivas Nacionais, não é das mais favoráveis. Pelos resultados apurados, verificamos que o nível de formação dos técnicos habilita-os para uma intervenção fundamentalmente a nível do terreno. Assim, ficam por resolver os aspectos conceptuais, estratégicos e de planeamento do processo desportivo. A nível de Licenciados e de Bacharéis (únicas categorias profissionais, com preparação académica para intervirem no processo global de desenvolvimento desportivo do país) a percentagem situa-se em 1.34%, o que se nos afigura um resultado negativo. Por outro lado, verificamos a existência de 49,66% de técnicos sem formação.

No concernente ao sector do desporto federado, a averiguação que hoje a primeira podemos fazer é a de que a estrutura, representada pela relação entre os técnicos com formação e aqueles que não têm formação, é muito significativa. Os técnicos com formação representam 49.45%, da qual, 0.14% de quadros superiores, 0.41% com bacharéis, 7.69% dos de formação média, 6.73% de técnicos encartados e 34.48% correspondente aos técnicos monitores. Os técnicos sem formação representam 50.55% do total.

O dirigismo desportivo na Guiné Bissau está ainda muito longe de corresponder as expectativas de uma organização e gestão eficiente de recursos que permitam a promoção e desenvolvimento do sector. A razão que facilmente nos permite compreender o porquê, é de maneira geral, o que caracteriza as análises realizadas, que é ao nosso entender, em parte, o nível de formação e de vivência desportiva dos dirigentes, e por outro, o situarem o problema em relação ao amadorismo dos mesmos e à sua mentalidade desnorteada do fenómeno desportivo.

No presente Estudo, não conseguimos apurar a existência de uma política de instalações desportivas, assim como em relação ao apetrechamento desportivo.

Quanto ao quadro nacional de instalações desportivas, os dados apurados apontam pelo seguinte:

É notório um acentuado desequilíbrio na rede de infra-estruturas desportivas quer em termos tipológicos quer no que respeita à sua distribuição geográfica, e que por sua vez provoca desequilíbrio na oferta de instalações inter-regiões;

Existência de carência na rede de infra-estruturas desportivas de base adequadas, principal critério para a rede de infra-estruturas desportivas em geral;

A oferta de instalações desportivas, não está estruturada nem hierarquizada, sendo algumas já antigas necessitando de obras de modernização técnica e funcional;

Inexistência de instalações desportivas na rede escolar;

A maior parte das infra-estruturas desportivas resumem-se em campos de futebol;

Falta de uma coordenação entre as entidades que intervêm na promoção da construção de infra-estruturas desportivas;

Embora exista uma maior concentração de infra-estruturas desportivas no Sector Autónomo de Bissau de maior densidade populacional, as mesmas não correspondem às necessidades.

Analizado o sector do Desporto Escolar vimos quanto o sistema institucionalizado, por diversos circunstancialismos que por vezes jogaram ao serviço de meros interesses pessoais, tem sido injusto para com a juventude guineense. O número de praticantes é quase inexistente, as verbas por vezes despendidas insignificantes. O que nos permite afirmar que, o sector do Desporto Escolar na Guiné Bissau, quanto ao padrão do seu próprio desenvolvimento, encontra-se numa situação de espera.

Quanto ao modelo de intervenção do Estado no sub-sistema Federado de Alta Competição, vimos que o sistema de intervenção no quadro do mínimo que tem caracterizado os apoios possíveis no sector desportivo nacional, responde as necessidades, fundamentalmente á saída do sistema, quer dizer, depois do atleta ter obtido os resultados.

O processo de atribuição de subsídios às federações teve, de 1989 a 1999, dois pontos altos. O primeiro aconteceu em 1991 e foi provocado pela decisão política de realização dos jogos desportivos à nível da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), nas categorias de formação (sub-17) realizados em Portugal em 1992. O segundo ponto alto aconteceu 9 anos depois, em 1999, e foi provocado pela mudança de regime político e traduziu-se num aumento substancial das verbas para o desporto federado. Ao longo do período considerado, os subsídios às federações desportivas, em 67% dos anos, o aumento verificado foi anulado pela inflação verificada.

No tocante ao custo por praticante desportivo guineense, a modalidade colectiva mais barata é o Basquetebol com um valor de 1.485\$00, sendo a modalidade de Ténis a mais cara com o valor de 9.416\$00. O custo médio do praticante desportivo do desporto federado é de 2.313\$00.

O Comité Olímpico da Guiné Bissau, tem estado incapacitado de enraizar-se no território nacional e desenvolver projectos mais ambiciosos no domínio das actividades desportivas, fora da exclusiva representação olímpica.

As diversas Cartas Desportivas que poderiam ser documentos integradores do sistema não têm passado de documentos de circunstância, que rapidamente passam ao esquecimento.

Como se pode verificar, as transformações não obedeceram a uma ideia previamente amadurecida, já que nem os próprios programas de Governo desenvolveram um discurso de suporte à mudança. Entretanto, os compromissos serão, com certeza, difíceis de manter no futuro, na medida em que as fontes de financiamento existentes e até aqui exploradas, para além de serem escassas, têm um limite a partir do qual não crescerão mais, a menos que o façam à custa de outros organismos de solidariedade social hoje difíceis de convencer quando de partida não existe uma organização transparente, funcionalmente eficiente, com qualidades, competências e interesse reconhecidos ao desenvolvimento do sector.

6.2. Recomendações

Não estamos sob uma perspectiva dogmática apresentando doutrina acabada, capaz de resolver todos os problemas, nem tão pouco de encontrar os caminhos, as estratégias, as respostas para tudo e para todos, mas apresentamos elementos de reflexão que, consideramos serem importantes e decisivos quanto ao desbravar do sinuoso caminho do desporto guineense. Na generalidade, as nossas recomendações estão, sempre, associadas à necessidade de definição de um quadro organizacional de referência que possibilite em cada momento, conceber um modelo de análise adaptado à situação do desporto nacional.

Assim, e na perspectiva do desporto guineense continuar a desenvolver-se e a estruturar-se, defendemos um novo impulso, uma nova ordem, de forma a responder aos desafios do futuro e, que passam forçosamente, pela realização e reconhecimento social deste sub-sistema. Neste contexto, gostaríamos de propor para a reflexão as seguintes preocupações de base:

Necessidade de uma vontade e força política acrescida e coordenada entre os governantes, os responsáveis da administração pública e as entidades privadas e/ou associações desportivas nacionais.

A elaborar a carta desportiva, de modo a construir-se um plano de desenvolvimento desportivo no País.

Incrementar a revitalização do movimento associativo, apoiando, incentivando e tomando medidas no sentido de aumentar o índice de participação na prática desportiva. Tal facto, será traduzido numa melhor capacidade para organizar e numa maior possibilidade de responder às exigências e à especialização crescente que este processo envolve.

Redefinir a política das instalações desportivas não só ao nível da tipologia como também da concepção, do enquadramento e da localização. Devendo-se igualmente ter em conta no caso específico dos clubes da capital Bissau, a criação e elaboração de infra-estruturas próprias de cada um deles.

O adoptar as instalações escolares com equipamentos desportivos abertos à Comunidade.

O apetrechamento dos polivalentes já existentes de forma a poderem dar uma maior e melhor resposta à procura.

No quadro da reorganização, dinamização e funcionamento do desporto escolar, a criação e responsabilização progressiva dos clubes escolares dos escalões de formação, libertando os clubes federados para a especialização e alta competição.

Proceder a uma redefinição do orçamento do pelouro do desporto de modo a que a formação e o enquadramento técnico passem a constituir uma valência forte dentro do apoio prestado ao movimento associativo.

A natureza do presente trabalho, o qual permitiu a confirmação dos nossos pressupostos, ao restringir-se à análise da realidade da Guiné Bissau, por um lado, e por outro, a limitação do tempo torna-se sobremaneira decisiva porquanto a recolha de elementos envolve geralmente terceiras entidades, nem sempre disponíveis e colaborantes em tempo útil ou instrumentalizados com as informações que nos são necessárias.

Pela nossa parte, fica-nos todavia a sensação de um dever cumprido, ou seja , a sensação de ter produzido uma recolha e tratamento de elementos que não se encontra disponíveis nem sistematizados e de ter iniciado um caminho que urge ser continuado e aperfeiçoado na medida em que poderá contribuir decisivamente para a definição de políticas conducentes ao desenvolvimento desportivo na Guiné Bissau. Se assim for, aumentará a nossa satisfação e compensará o nosso esforço.

CAPÍTULO VII BIBLIOGRAFIA

7.1. Legislação e Regulamentação

- Constituição da República da Guiné Bissau, 1973;
- Constituição da República da Guiné Bissau, 1991- Primeira revisão;
- Constituição da República da Guiné Bissau, 1993- Segunda revisão;
- Constituição da República Portuguesa, 4 ª edição Lopes, V. 1976 (anotada);
- Constituição da República Portuguesa, 4 ª Revisão, 1997, Lei n º 1/97 de 20 de Setembro.

✓ **Lei n º 3/73, de 4 de Janeiro**

- Determina a criação do Sub- comissariado de Estado da Juventude e Desportos

✓ **Decisão n º 5/77, de 15 de Março**

- Determina a extinção do Comissariado de Estado da Juventude e desportos

✓ **Decisão n º 6/77, de 19 de Março**

- Cria o Conselho Superior dos Desportos

✓ **Decreto n º 31/78, de 11 de Outubro**

- Institucionaliza com a designação de Totobola, as apostas com base em actividades desportivas.

✓ **Lei n º 2/81, de 29 de Janeiro**

- Cria o Governo provisório após o acontecimento Político Militar “ Movimento Reajustador 14 de Novembro de 1980 ”.

✓ **Lei n º 1/81, de 29 de janeiro, Decisão n º 5/81**

- Cria a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos integrando o Ministério da Educação

✓ **Decreto- Presidencial n º 1/89, de 6 de Fevereiro**

- Extingue o Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, passando a Secretaria de Estado da Cultura Juventude Cultura e Desportos, funcionalmente a depender do Presidente do Conselho de Estado.

✓ **Decreto Presidencial n º 10/92, de 25 de Outubro**

- Cria o Ministério da Educação Nacional e a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos sob tutela deste.

✓ **Decreto Presidencial n º 2/94, de 18 de Novembro**

- Mantém o Ministério da Educação Nacional e cria a Secretaria de Estado da Cultura Juventude e Desportos sob dependência do Primeiro Ministro.

✓ **Decreto Presidencial n º 4/96, de 19 de Janeiro**

- Cria o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos e extingue a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos.

✓ **Decreto Presidencial n º 6/97, de 5 de Junho**

- Cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos na directa dependência do Primeiro Ministro e, extingue o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos.

✓ **Decreto Presidencial n º 21/97, de 16 de Outubro**

- Aparece a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos.

✓ **Decreto Presidencial n º 11/98, de 3 de Dezembro**

- Cria o Ministério da Educação, Juventude, Cultura e Desportos

7.1.1 Bibliografia

- Antonelli, F. 1963 – Psicologia e psicopatologia dello Sport. Roma: Leonardo.
- Baptista, Mário 1990 – Turismo na Economia. Lisboa; Instituto Nacional de Formação Turística.
- Brohm, J. M. et al 1974 – Desporto e Política. Edições Delfos N.º 156.
- Carvalho, Melo 1987 – Desporto escolar e inovação pedagógica; Ed. Caminho; Lisboa.
- Cazorla Prieto, L. M. 1979 – Desporto e Estado. Madrid: Editorial Labor.
- Cazorla Prieto, L. M. 1992 – Derecho del Deporte; Madrid.
- Cagigal, J. M. 1979 – Cultura intelectual y cultura física. Buenos Aires: Kapelusz.
- Constantino, José Manuel 1990 – Políticas de desenvolvimento desportivo nas autarquias; Ed. CMO, Oeiras.
- Cotta, A. 1981 – Le sport est un moyen de socialisation. In: BOZOULS, J. P.; MAGLIULO, B.; PÉRÉS, H. Sport et Société. Paris: Hatier.
- Cunha, Luísa 1993 – Análise da situação desportiva do conselho de Vila Franca de Xira; Ver. Ludens, vol. 13, n.º 2, Lisboa.
- Claye, V. 1984 – A evolução do conceito de desporto e o fenómeno da participação. Lisboa: Direcção Geral dos Desportos, Ministério da Educação e Cultura.
- De Knop, Paul 1992 – Novas tendências em el Turismo Deportivo. In Unisport (ed.), Actas do Congresso Científico Olímpico (132 – 151). Málaga: Unisport.
- Feio, N. 1989 – A dimensão ética e cultural do Desporto. Ensaio sobre a multidimensionalidade do Agon Contemporâneo. In Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto.
- Forsthoff, E. 1975 – Estado de la sociedad industrial. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- Garcia Pelayo, M. 1977 – Las transformaciones del Estado contemporâneo. Madrid: Alianza Universidad.
- Instituto Nacional de Estatística e Censo da Guiné Bissau 1991.
- J. Meynaud 1975 – A política e o desporto-cultura e desporto N.º 28.
- Lima, Teotónio 1981 –Horizonte da cultura física/ Alta competição desportiva de dimensões humanas – Livros Horizonte..

- Lima, Teotónio 1987 –Alcance Educativo da Competição. Lisboa: Colecção Desporto e Sociedade. Direcção Geral dos Desportos, Ministério da Educação e Cultura.
- Lopes, Carlos 1999 – Kaabunké – Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais.
- Lopes, Carlos 1982 – Etnia, Estado e relações de poder na Guiné Bissau.
- MacIntosh, P. C. 1975 – O Desporto na Sociedade, Lisboa, Prelo, 2^a ed.
- McPherson, B., Curtis, J. E., e Loy, J. W. 1989 – The Social Significanse of Sport. Champaign: Human Kinetics Books.
- Ministério de Saúde Pública (MINSAP), - Programa Nacional de Desenvolvimento da Saúde 1998- 2002. “ Generalidades sobre a Guiné Bissau ”
- Morin, E. 1973 – O paradigma perdido – A natureza humana.
- Morin, E. 1981 – As grandes questões do nosso tempo – Colecção ciência aberta.
- Orientações Gerais para a época desportiva, 1990 – 1991 Direcção Geral dos Desportos da Guiné Bissau “Negar ao cidadão o direito à pratica da Cultura Física e Desporto é negar-lhe o direito à formação integral”.
- Pereira, Elsa 1998 – Desporto e Turismo – Análise estratégica dos meios de alojamento de categoria média e superior da região do Algarve
- Pires, G. 1985 – “A estrutura e a política desportivas – O caso Português: Estudo da intervenção do Aparelho Estatal no Sistema Desportivo português”. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Pires, G. 1993 – A organização faz a organização da organização. Ver. Ludens, vol. N.^o ¾, FMH, Lisboa.
- Pires, G. 1995 – A Gestão e as suas funções no quadro do processo de Desenvolvimento do Desporto dos Países de língua portuguesa. A Gestão e as suas funções no quadro do processo de desenvolvimento do desporto, Coimbra.
- Programa dos Governos Constitucionais da Guiné Bissau, 1975- 1999.Área Política e de reforma administrativa. Juventude, Cultura e Desportos.
- Ronaldo Helal 1990 – O que é sociologia do desporto – editora brasiliense.
- Tubino, M. J. G. 1987. – Teoria Geral do Desporte; SÃO PAULO.
- Tubino, M. J. G. 1992. – Dimensões Sociais do Desporto; Polémicas do nosso tempo. Brasil.
- Tubino, M. J. G. 1994 – O que é esporte – 2^a edição – editora brasiliense.

- UNESCO 1976 – O lugar do desporto na educação; Paris.
- Vasconcelos Raposo, A J. 1976 – Desporto e Transformações Sociais. Lisboa: Colecção Cultura e Desporto, Direcção Geral dos Desportos, Ministério da Educação e Cultura.
- Ximenes, Margarida. 1999 - Texto, Portugal e o Mundo- “ A Guiné Bissau, Desesperadamente à procura da paz! ”.

Ao Exmo Senhor

Assunto: Questionário para dissertação de Mestrado

A Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF. UP), através do Gabinete de Gestão Desportiva, encontra-se a desenvolver um estudo de natureza académica (dissertação de Mestrado), que se situa no domínio do desenvolvimento do Desporto e que tem por título o DESPORTO NA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU “Análise evolutiva da legislação e do nível de prática desportiva da Independência (1974 até 1999)”.

O êxito deste estudo, que pode ter multiplas aplicações, depende em grande parte da colaboração da vossa entidade, na disponibilização de toda a informação solicitada no questionário anexo, no período que abrange o presente estudo.

Os dados fornecidos no presente questionário, serão objecto do tratamento estatístico, garantindo-se a confidencialidade dos mesmos, apenas sendo divulgados dados totais.

Certo da colaboração que naturalmente não recusará, agradece-se o preenchimento do referido questionário com maior rigor e exactidão possível, bem como a sua devolução no prazo de 20 dias, a contar da data da sua recepção.

Aceite os nossos cumprimentos e anticipados agradecimentos.

Com os melhores cumprimentos

Doutor José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes

Coordenador do Gabinete de Gestão Desportiva

Porto, 17 de Setembro de 1999

Gabinete de Gestão Desportiva
Prof. Doutor Pedro
Sarmento

INQUÉRITO

I- ENTIDADE

Identificação: _____

Endereço da Sede: _____

Telefone(s): _____

Fax(es): _____

Ano de Fundação: _____

II- FORMAÇÃO

Formação Académica e Desportiva do D G D: _____

Tem Técnicos Desportivos a trabalhar na estrutura Central no domínio do Desporto?

Sim

Não

Em caso afirmativo, quantos?

Qual a formação Académica e Desportiva dos respectivos Técnicos?

SUPERIOR	BACHAREL	MÉDIO	PROFISSIONAL	MONITOR

A instituição processa uma política de formação de quadros desportivos?

Sim Não Em caso afirmativo indique:

Nº DE ORDEM	CURSO	DATA DE REALIZAÇÃO	Nº DE PARTICIPANTES
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

A instituição desenvolve outro tipo de formação?

Sim Não Em caso afirmativo indique-nos quais:

Nº DE ORDEM	CURSO	DATA DE REALIZAÇÃO	Nº DE PARTICIPANTES
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

III- ACTIVIDADES DESPORTIVAS

Pode indicar-nos como é que a instituição desenvolve as acções desportivas?

- Através da acção directa dos seus técnicos junto da comunidade
- Através do apoio aos organismos desportivos do país (associações ou federações desportivas) com a atribuição de subsídios
- Através da descentralização de competências, de meios materiais e humanos, para as associações e/ou federações desportivas

IV- INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

A instituição é proprietária de instalações desportivas? Sim Não
Em caso da resposta afirmativa, indique-nos quais?

Nº DE ORDEM	TIPOLOGIA	QUANTIDADE	LOCALIZAÇÃO
1	ESTÁDIOS		
2	COMPLEXOS DESPORTIVOS		
3	CAMPOS DE FUTEBOL		
4	POLIVALENTES DESPORTIVOS		
5	GINÁSIOS		
6	RECINTOS DESPORTIVOS		
7	COURTS DE TENIS		
8	SALAS DE DESPORTOS		
9	PISCINAS		
10	OUTROS		

V- PESSOAL

Indique o numero do pessoal não desportivo ao serviço da instituição e os respectivos encargos.

VI- RECEITAS

Para além do orçamento do Estado, a Instituição tem outras fontes de receitas? Sim
Não Em caso da resposta afirmativa, indique-nos quais?

Indique a evolução das receitas da instituição (Orçamento Geral de Estado), desde a sua fundação até 1999.

VII- ENCARGOS FINANCEIROS

Das despesas realizadas com o desporto, pode-nos indicar as rubricas onde as verbas foram gastas? Sim Não . Em caso afirmativo, preencha o quadro que se segue.

VIII- OBSERVAÇÕES

Data: _____ / _____ de 1999.

Responsável pela informação. _____

Agradece-se mais uma vez a colaboração assim como a devolução do presente inquérito no prazo estipulado.

INQUÉRITO

I- ENTIDADE

Identificação _____

Endereço da sede _____

Telefone _____ Fax _____

Ano de fundação _____

Características da sede

Própria	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>

II- FORMAÇÃO

Formação académica e desportiva do presidente _____

Têm técnicos desportivos a trabalhar na estrutura central no domínio do desporto?

Sim Não ; No caso afirmativo, quantos

Qual a formação académica e desportiva dos referidos técnicos?

SUPERIOR	BACHAREL	MÉDIO	PROFISSINAL	MONITOR

A entidade processa e/ou apoia uma política de formação dos agentes desportivos nacionais? Sim Não ; No caso afirmativo, indica:

Nº DE ORDEM	CURSO	DATA DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

III- FILIAÇÃO

Indique o número de federações filiadas e o ano de filiação.

Nº DE ORDEM	NOME DA FEDERAÇÃO	ANO DE FILIAÇÃO	CONDIÇÕES DE FILIAÇÃO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

IV- PESSOAL E ENCARGOS

Indique o numero do pessoal não desportivo ao serviço do Comité

V- RECEITAS

Indique a evolução das receitas do Comité “Orçamento Geral do Estado” desde a sua fundação até 1999.

Indique o montante suportado pelo congénere Internacional e pelos patrocinadores.

VI- ENCARGOS FINANCIEROS

Das despesas realizadas com o Desporto Nacional, indique-nos a rubricas próprias para a dinamização do sistema funcional do Desporto Nacional.

VII- OBSERVAÇÕES

DATA ____ / ____ / 1999

Responsável pela Informação : _____

Agradece-se mais uma vez a colaboração assim como a devolução do presente inquérito no prazo estipulado.

INQUÉRITO

I- ENTIDADE

Identificação _____

Endereço da Sede _____

Telefone _____, Fax _____

Ano de fundação _____

Características da Sede

Própria

Alugada

Cedida

II- FORMAÇÃO

Formação académica e desportiva do Presidente: _____

Tem técnicos desportivos a trabalharem na estrutura?

Sim Não

Em caso afirmativo, quantos?

- Qual a formação académica e desportiva dos referidos técnicos?

SUPERIOR	BACHAREL	MÉDIO	PROFISSIONAL	MONITOR
----------	----------	-------	--------------	---------

--	--	--	--	--

- Indique o numero de técnicos desportivos e respectiva formação por Clube.

N.º DE ORDEM	NOME DO CLUBE	NUMERO DE TÉCNICOS E RESPECTIVA FORMAÇÃO				
		LICENCIADO	TEC. TREIN. 1º, 2º OU 3º NIVEL	MONITOR	SEM FORMAÇÃO ESPESSÍFICA	TOTAL
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						

A federação processa uma política de formação dos agentes desportivos? Sim

Sim

Não. No caso afirmativo, indica:

III- FILIAÇÃO

- Indique o numero de Clubes filiados, ano de filiação e sua localização no território nacional.

Nº DE ORDEM	NOME DO CLUBE	ANO DE FILIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

IV- ATLETAS FEDERADOS

Indique o número de atletas que movimenta cada um dos clubes por categoria e sexo.

Nº DE ORDEM	NOME DO CLUBE	BENJA.		INFAN.		INICIA.		JUVEN.		JUNIOR		SÉNIOR		VETERA.		TOTAL P/CLUBE
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1																
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
9																
10																
11																
12																
13																
14																
15																
16																
17																
18																

V- PESSOAL

Indique o numero do pessoal não desportivo ao serviço da federação e os respectivos encargos.

VI- INSTALAÇÕES

Indique se os clubes filiados dispõem de instalações desportivas próprias para a prática da modalidade.

N.º DE ORDEM	NOME DO CLUBE	TIPOLOGIA DA INSTALAÇÃO	ANO DE CONSTRU ÇÃO	ESTADO DE CONSERVA ÇÃO	QUANTI DADE
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					

VII- RECEITAS

Indique a evolução das receitas da federação (orçamento geral de Estado), desde a sua fundação até 1999.

Indique o montante suportado por patrocinadores, congénere Internacional e pelo Comité Olímpico Nacional.

VIII- ENCARGOS FINANCEIROS

Das despesas realizadas com a modalidade, indique-nos as rubricas onde as verbas foram gastos, desde a sua fundação até 1999.

VII- OBSERVAÇÕES

DATA ____ / ____ / 1999

Responsável pela Informação : _____

Agradece-se mais uma vez a colaboração assim como a devolução do presente inquérito no prazo estipulado.